

THIAGO BRATTI SCHMIDT

**PROPOSTA DE AÇÕES PARA POTENCIALIZAR A ARTICULAÇÃO ENTRE A
POLÍTICA DE CULTURA DA UDESC E DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Administração, na Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Administração.
Orientador: Prof. Dr. Leandro Costa Schmitz

**Florianópolis, SC
2018**

Ficha de Identificação da Obra elaborada pelo(a) autor(a), com
auxílio do programa de geração automática da
Biblioteca Central/UDESC

Bratti Schmidt, Thiago
PROPOSTA DE AÇÕES PARA POTENCIALIZAR A
ARTICULAÇÃO ENTRE A POLÍTICA DE CULTURA DA UDESC E
DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA / Thiago Bratti
Schmidt. - Florianópolis , 2018.
139 p.

Orientador: Leandro Costa Schmitz
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de
Santa Catarina, Escola Superior de Administração e
Gerência, Programa de Pós-Graduação Profissional em
Administração, Florianópolis, 2018.

1. Gestão cultural. 2. Cultura na Universidade.
3. Política pública de cultura. 4. Extensão
universitária. I. Costa Schmitz, Leandro . II.
Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação. III. Título.

THIAGO BRATTI SCHMIDT

**PROPOSTA DE AÇÕES PARA POTENCIALIZAR A ARTICULAÇÃO ENTRE A
POLÍTICA DE CULTURA DA UDESC E DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Administração, na Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Banca examinadora:

Orientador:

(Dr. Leandro Costa Schmitz)
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

(Dra. Clerilei Aparecida Bier)
Universidade do Estado de Santa Catarina

(Dr. Alexandre Moraes Ramos)
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 30 de agosto de 2018.

Dedico este trabalho aos meus pais, Juarez e Vera, meus irmãos Filipe e Arthur e demais familiares que estiveram presentes em todos os momentos, difíceis e alegres, da caminhada que me trouxe até aqui. Obrigado por todo apoio e carinho.

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos à minha família, que sempre me apoiou e incentivou. Aos meus amigos e amigas, colegas da UDESC. Agradeço ao professor Leandro Costa Schmitz, pela orientação na elaboração deste trabalho acadêmico, assim como agradeço a todos os mestres talentosos que encontrei no caminho por cada preciosa sugestão recebida. Agradeço à UDESC pelos excelentes profissionais e estrutura que disponibiliza. Aos colaboradores, voluntários e principalmente, a todas as crianças acolhidas durante este período na Ação Social Missão (Casalar Emaús). Com todos pude aprender muito e sair fortalecido durante este período de grande crescimento. Meu agradecimento especial à Marília pelo companheirismo e incentivo.

"...Viva! Bom mesmo ir à luta com determinação, abraçar a vida com paixão, perder com classe e vencer com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito para ser insignificante."

Charles Chaplin (1889 - 1977)

RESUMO

A cultura, apesar de ser um conceito amplo e complexo que envolve as dimensões simbólica, cidadã e econômica, influencia o cotidiano social. A política pública de cultura busca desenvolver mecanismos que garantam este direito constitucional do cidadão às formas de manifestação e expressão da diversidade de identidade e criatividade. O município é o espaço onde a cultura acontece na prática comunitária e social. A Universidade, por sua vez, desempenha um papel fundamental no contexto de desenvolvimento sustentável, o que contempla também o aspecto cultural. O presente trabalho tem por objetivo propor ações para potencializar a articulação entre a política de cultura da UDESC e municípios de Santa Catarina. Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia analisa o nível de alinhamento da política de cultura da UDESC com o que é proposto no Plano Nacional de Cultura, o contexto do desenvolvimento da política de cultura nos municípios e verifica a percepção dos representantes da UDESC e destes municípios sobre os desafios e potencialidades para articulação das ações culturais. Observou-se um forte alinhamento entre a nova política de cultura da instituição e as diretrizes do plano nacional de cultura. Os municípios da amostra representam centros de desenvolvimento em suas mesorregiões, apresentando indicadores superiores à média de sua região. Houve uma avaliação positiva quanto à potencialidade de articulação entre universidade e municípios via ações de Extensão, Pesquisa, Ensino e apoio institucional. Na percepção dos gestores, os maiores desafios correspondem: ao baixo reconhecimento da cultura como um setor relevante para o desenvolvimento socioeconômico; os baixos índices na captação de recursos; a baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais; e o baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município. Os principais pontos de potencial articulação, nesta perspectiva, correspondem a maior integração e participação da UDESC nas reuniões dos Conselhos Municipais de Cultura; a formação de recursos humanos para a gestão cultural e para a prática artística em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação; e a difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município. Recomenda-se para futuros trabalhos o acompanhamento da nova política de cultura da universidade, bem como a análise comparada com a prática de instituições de ensino e municípios de outros estados brasileiros visando o intercâmbio de práticas.

Palavras-chave: Gestão cultural. Cultura na Universidade. Política pública de cultura. Extensão universitária.

RESUMEN

La cultura, a pesar de ser un concepto amplio y complejo que envuelve las dimensiones simbólica, ciudadana y económica, influye en el cotidiano social. La política pública de cultura busca desarrollar mecanismos que garanticen este derecho constitucional del ciudadano a las formas de manifestación y expresión de la diversidad de identidad y creatividad. El municipio es el espacio donde la cultura ocurre en la práctica comunitaria y social. La Universidad, a su vez, desempeña un papel fundamental en el contexto del desarrollo sostenible, lo que contempla también el aspecto cultural. El presente trabajo tiene por objetivo proponer acciones para potenciar la articulación entre la política de cultura de la UDESC y municipios de Santa Catarina. Para alcanzar el objetivo propuesto, la metodología analiza el nivel de alineamiento de la política de cultura de la UDESC con lo que se propone en el Plan Nacional de Cultura, el contexto del desarrollo de la política de cultura en los municipios y verifica la percepción de los representantes de la UDESC y de estos municipios sobre los desafíos y potencialidades para articular las acciones culturales. Se observó una fuerte alineación entre la nueva política de cultura de la institución y las directrices del plan nacional de cultura. Los municipios de la muestra representan centros de desarrollo en sus mesorregiones, presentando indicadores superiores a la media si su región. Hubo una evaluación positiva en cuanto a la potencialidad de articulación entre universidad y municipios vía acciones de Extensión, Investigación, Enseñanza y apoyo institucional. En la percepción de los gestores, los mayores desafíos corresponden: al bajo reconocimiento de la cultura como un sector relevante para el desarrollo socioeconómico; los bajos índices en la captación de recursos; la baja circulación de la producción de bienes y servicios artísticos y culturales; y el bajo índice o diversidad de creación artística y cultural en el municipio. Los principales puntos de potencial articulación, en esta perspectiva, corresponden a la mayor integración y participación de la UDESC en las reuniones de los Consejos Municipales de Cultura; la formación de recursos humanos para la gestión cultural y la práctica artística en cursos de extensión, graduación, especialización y postgrado; y la difusión de los bienes y actividades culturales por la producción y realización de eventos en el municipio. Se recomienda para futuros trabajos el acompañamiento de la nueva política de cultura de la universidad, así como el análisis comparado con la práctica de instituciones de enseñanza y municipios de otros estados brasileños visando el intercambio de prácticas.

Palabras clave: Gestión cultural. Cultura em la Universidad. Política pública de cultura. Extensión Universitaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro resumo modelos teóricos em políticas públicas.....	32
Figura 2 - Sistema Nacional de Cultura - SNC	44
Figura 3 – Sistema Estadual de Cultura - SEC.....	46
Figura 4 - Cultura nos municípios catarinenses - IDMS 2016.....	48
Figura 5 – Sistema Municipal de Cultura - SMC.....	50
Figura 6 - IDMS 2016 Joinville	52
Figura 7 – Quadro de dados demográficos dos municípios da amostra	53
Figura 8 – Quadro com o IDMS 2016 dos municípios da amostra.....	53
Figura 9 – Tipos de estrutura de gestão cultural nos municípios da amostra	57
Figura 10 - Quadro de resumo metodológico dos momentos da pesquisa	63
Figura 11 - Imagem esquemática para resumo metodológico	65
Figura 12 - Quadro explicativo sobre a amostra dos representantes da UDESC.	66
Figura 13 - Quadro explicativo sobre a amostra dos representantes dos municípios	67
Figura 14 - Quadro resumo do processo de categorização	71
Figura 15 – Coleta de dados com a amostra dos representantes da UDESC	72
Figura 16 – Coleta de dados com a amostra dos representantes dos municípios	73
Figura 17 – Quadro resumo sobre a coleta de dados primários	74
Figura 18 – Classificação e organização das respostas aos questionários	77
Figura 19 – Quadro da tabulação dos questionários: desafios UDESC.....	84
Figura 20 – Quadro de tabulação dos questionários: oportunidades UDESC.....	89
Figura 21 – Índices absolutos por centro de ensino	91
Figura 22 – Quadro da tabulação dos questionários: desafios municípios	94
Figura 23 - Quadro da tabulação dos questionários: oportunidades municípios.....	96
Figura 24 – Quadro de índices absolutos por município.....	98
Figura 25 – Quadro de análise dos desafios: teia DU/DM	99
Figura 26 – Quadro de análise das oportunidades: teia - OUxOM	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAV - UDESC Lages: Centro de Ciências Agroveterinárias

CCT - UDESC Joinville: Centro de Ciências Tecnológicas

Ccult – Coordenação de Cultura da UDESC

CEAD – UDESC Cead: Centro de Educação a Distância

CEART – UDESC Ceart: Centro de Artes

CEAVI - UDESC Ibirama: Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí

CEC – Conselho Estadual de Cultura

CEFID – UDESC Cefid: Centro de Ciências da Saúde e do Esporte

CEO - UDESC Oeste: Centro de Educação Superior do Oeste (Chapecó, Pinhalzinho e Palmitos)

CEPLAN - UDESC Planalto Norte: Centro de Educação do Planalto Norte (São Bento do Sul)

CERES - UDESC Laguna: Centro de Educação Superior da Região Sul

CESFI - UDESC Balneário Camboriú: Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí

CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

DM – Desafios municípios

DU – Desafios para a UDESC

ESAG – UDESC Esag: Centro de Ciências da Adm. e Socioeconômicas

FAED – UDESC Faed: Centro de Ciências Humanas e da Educação

FECAM – Federação Catarinense de Municípios

IDMS - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável

OM – Oportunidades municípios

OU – Oportunidades para a UDESC

SEC - Sistema Estadual de Cultura

SMC- Sistema Municipal de Cultura

SNC - Sistema Nacional de Cultura

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

PNC - Plano Nacional de Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	21
1.1	CONTEXTO	21
1.2	SITUAÇÃO PROBLEMA.....	23
1.3	OBJETIVOS.....	25
1.3.1	Objetivo Geral	25
1.3.2	Objetivos específicos	25
1.4	JUSTIFICATIVA.....	25
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	27
2.1	CULTURA	27
2.2	POLÍTICA PÚBLICA	29
2.3	POLÍTICA PÚBLICA DA CULTURA.....	35
2.3.1	A instabilidade das políticas públicas nacionais e o contexto atual da cultura	38
2.4	BASE NORMATIVA - LEIS DO NACIONAIS E RESOLUÇÕES DA UDESC.....	41
2.4.1	Plano Nacional de Cultura – PNC	41
2.4.2	Sistema Nacional de Cultura – SNC	43
2.5	SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA – SEC	46
2.5.1	Sistema Municipal de Cultura - SMC	50
2.6	CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL E NÍVEL DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA AO SNC.....	51
2.7	POLÍTICA CULTURAL NA UNIVERSIDADE	57
2.8	POLÍTICA CULTURAL DA UDESC: CONTEXTO ATUAL E PERSPECTIVAS ..	58
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	62
3.2	POPULAÇÃO DA AMOSTRA	66
3.3	INSTRUMENTOS DE COLETA	68
3.4	TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS.....	75
3.5	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	78
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS.....	79
4.1	INTER-RELAÇÃO E NÍVEL DE ALINHAMENTO DA POLÍTICA CULTURAL DA UDESC COM O PLANO NACIONAL DE CULTURA.	79
4.2	A PERCEPÇÃO DA UDESC.....	83
4.3	A PERCEPÇÃO DOS MUNICÍPIOS	92

5	DIRETRIZES E PROPOSTAS DE AÇÃO	99
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXO A – CARTA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (FORPROEX)	121
	ANEXO B – IDMS 2016 DOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA	123
	APÊNDICE A – REVISÃO NARRATIVA.....	128
	APÊNDICE B – A POLÍTICA DE CULTURA DA UDESC E O PNC	134
	APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA NAPOLEÃO/ PROEX.....	121
	APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA IVAN TONON/ CCULT	128
	APÊNDICE E – CATEGORIZAÇÃO E REFERENCIAL.....	133
	APÊNDICE F – ROTEIROS DE ENTREVISTA.....	136

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

O termo cultura pode representar um conceito amplo, transversal e complexo. Constitui um campo de estudo abordado por diversas áreas, que é pesquisado em diversos países do globo, sob os mais distintos enfoques. Da mesma forma, a cultura está presente na vida cotidiana, inter-relacionando-se com diversos aspectos da sociedade contemporânea.

As origens do termo remontam o sentido de cultivo, da agricultura, no sentido de cuidar, produzir. Uma conceituação difundida de cultura provém da Antropologia, sendo o pioneiro no uso desta expressão Edward Tylor (1832-1917), para qual esse conceito inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (LARAIA, 2003). É comportamento aprendido e independe de transmissão genética, caracterizando-se pela soma de ideias de uma sociedade e padrões de comportamento.

Pela grande influência nas políticas e nos estudos em todo o mundo, Rubim (2013) sugere que deve ser lembrada a famosa definição (ampla) de cultura, formulada pela UNESCO em 1982, que engloba o conjunto dos atributos distintivos, tangíveis e intangíveis que se manifestam, por exemplo, por meio dos sistemas de valores, direitos, tradições e crenças, arte, literatura e modo de vida de um grupo social.

Nos últimos anos, conforme verificado na revisão narrativa, disponível no apêndice A deste trabalho, pesquisadores de diversos países, incluindo o Brasil, tem se dedicado ao estudo transdisciplinar da cultura. Entre os temas desenvolvidos estão, por exemplo, estudos sobre a relação da cultura com a economia criativa, novas tecnologias, educação, gestão cultural, identidade, diversidade, território, o desenvolvimento local e a sustentabilidade. No Brasil, os estudos seguem estas abordagens e ganham destaque temas como política cultural, leis de incentivo e economia criativa.

O direito e acesso à cultura está presente na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 215. “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a

valorização e a difusão das manifestações culturais”. Este direito se manifesta, principalmente pelas leis específicas e por meio da política pública para cultura. A política pública, segundo Secchi (2011, p. 2), consiste em “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”.

De forma sucinta, de acordo com Rubim (2013, p. 57), o processo de desenvolvimento das políticas públicas tem seu início a partir década de 30. No contexto nacional, devemos considerar alguns períodos destacados desta evolução histórica. Um deles refere-se à influência da ditadura militar entre os anos 70 e 80 e seu impacto na liberdade de expressão e produção de pesquisas sobre o tema.

Rubim (2013) aponta ainda o predomínio da ideologia neoliberal na década de 90, que fortaleceu o papel do setor privado no processo de decisão de investimento em cultura pela predominância das leis de incentivo.

A lei de incentivo fiscal nacional para cultura recebe críticas, por exemplo, pela grande concentração geográfica dos recursos financeiros e o predomínio do mercado na definição dos investimentos (de recursos públicos) em cultura (CALABRE, 2013).

De acordo com Rubim (2013), após este período, ocorre uma retomada das discussões sobre políticas públicas culturais com envolvimento do estado. Neste sentido, para compreender o momento atual, cabe destacar novamente a atuação da UNESCO na difusão do tema “diversidade cultural” que irá permitir o retorno à cena do tema das políticas culturais e redesenhar sua inserção no contexto internacional.

Reforçando esta perspectiva, Saravia (2013) defende que a política cultural nacional é fundamental para buscar o equilíbrio entre os interesses dos diversos atores sociais visando o fortalecimento do setor e desenvolvimento cultural de nossa sociedade. Afirma ainda que o apoio financeiro do Estado é imprescindível, apesar dos perigos que envolve quanto ao direcionamento ideológico e a instrumentalização da cultura com finalidade política, por exemplo.

Em 2010, Calabre (2013), considerou que um passo importante neste caminho foi dado com a aprovação do Plano Nacional de Cultura, o segundo do Brasil república. O primeiro do regime democrático, depois de 30 anos.

Este plano foi construído com um processo participativo dos agentes culturais dos estados e municípios. O plano se efetiva por meio do Sistema

Nacional de Cultura - SNC. O SNC estabelece para os três níveis federativos uma estrutura com órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, comissões intergestoras, planos de cultura, sistemas de financiamento à cultura, sistemas de informações e indicadores culturais, programas de formação na área da cultura e sistemas setoriais de cultura. (PNC/Minc, 2018). A lei estabelece a vigência do atual PNC até 2020, momento em que prevê a elaboração de um novo plano nacional de cultura.

Cabe registrar, neste cenário, que o contexto de instabilidade política que culminou com a mudança de gestão no governo federal manifestou-se no setor cultural. Este movimento de alteração do posicionamento governamental perante o setor cultural incluiu a temporária dissolução do Ministério da Cultura. Considera-se então a pertinência em aproveitar o período restante de vigência do PNC. Trata-se de uma oportunidade para verificar os desafios encontrados em buscar a consolidação da política pública de cultura, estabelecendo ações que colaborem para o aproveitamento do longo período de debates realizados nesta construção coletiva e democrática.

Na sequência, serão abordados os principais pontos que compõe e justificam o escopo de atuação deste trabalho.

1.2 SITUAÇÃO PROBLEMA

Neste momento, apresenta-se algumas considerações sobre os pontos considerados mais relevantes para delinear a situação problema que será objeto de estudo.

Dentro do contexto do sistema nacional de cultura, as avaliações realizadas por pesquisadores e gestores de cultura apontam como alguns dos desafios para o setor cultural: a baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais (REIS, 2009); segmentos e cadeias produtivas sem bases de dados e informações agregados (LINS, 2009 e 2011); baixos índices na captação de recursos e/ou transferências voluntárias; baixa formação ou capacitação para a gestão cultural; empreendedorismo cultural incipiente (SEC/MinC 2011); políticas públicas de cultura não consolidadas; e baixos índices de institucionalização na gestão pública municipal (RUBIM, 2013).

Outra questão importante para reflexão neste trabalho é a aproximação entre cultura e educação e, no caso específico deste trabalho, entre Cultura e a Universidade. Em 2015, foi realizado, durante o XI ENECULT, o simpósio “Políticas culturais para as Universidades”, visando discutir temas para conectar e empoderar a atuação das universidades no campo cultural sendo que participaram aproximadamente 30 pesquisadores de vários estados brasileiros. Segundo os organizadores do evento, as universidades têm papel relevante para as políticas culturais e a vida cultural no Brasil e no mundo. Elas são vitais para a realização de: críticas, estudos e pesquisas; atividades culturais de extensão; formação de pessoal em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação e assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade.

Conclusões do ENECULT (2015) apontam que, apesar de alguns programas recentes dos Ministérios da Educação e da Cultura englobarem o papel da Universidade, elas não têm sido utilizadas em toda sua intensidade, inclusive porque as universidades brasileiras até hoje, em sua maioria, não dispõem de políticas culturais próprias consolidadas, que articulem e potencializem suas intervenções.

Algumas universidades nacionais desempenham um papel mais estruturado e direcionado para a atuação na política pública. De acordo com Rubim (2013), com efeito, além de temas perenes nos campos da administração pública e empresarial, já há muitos anos instituições mantêm programas regulares de ensino e pesquisa nas áreas de política, planejamento, gestão e produção cultural, tendo formando quadros para o governo e a iniciativa privada nas áreas de formulação de políticas, desenho de projetos, gestão de equipamentos culturais, economia criativa e mercado de bens culturais.

A UDESC possui um centro de artes reconhecido, ações de extensão na área de cultura por todo o território catarinense e aprovou recentemente sua nova política institucional de cultura. Este trabalho visa compreender os desafios e estabelecer potencialidades para a articulação da UDESC como agente de desenvolvimento da política cultural nos municípios de Santa Catarina em que a instituição possui campus universitário presencial. Este objetivo será realizado a partir do referencial teórico levantando e do mapeamento da percepção dos gestores da universidade e dos municípios quanto ao tema de pesquisa.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Propor ações para potencializar a articulação entre a política de cultura da UDESC e de municípios de Santa Catarina.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Descrever a inter-relação e nível de alinhamento da política cultural da UDESC com o Plano Nacional de Cultura.
- b) Verificar como a UDESC (visão da UDESC) pode contribuir para a articulação e integração dos municípios ao SNC.
- c) Verificar a percepção dos gestores municipais de cultura referente a contribuição da UDESC na articulação dos municípios ao SNC (visão dos municípios).

1.4 JUSTIFICATIVA

Nesta seção serão apresentadas as justificativas para a elaboração deste trabalho quanto às dimensões do campo de estudo, a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável regional e para a UDESC.

A cultura, além de ser elemento fundamental e insubstituível na construção da identidade nacional, é cada vez mais um setor que ganha destaque na economia do país, como fonte de geração crescente de empregos e renda (SEC/MinC, 2011). Nos últimos anos vem sendo fortalecido um movimento de profissionalização, pesquisa acadêmica e de ações governamentais sob uma perspectiva ampliada do conceito de cultura, considerando-a em suas dimensões simbólica e econômica, e como direito de cidadania e forma de trabalhar socialmente temas emergentes, sejam globais ou regionais.

Considerando a implementação do SNC e as especificidades de Santa Catarina, a pesquisa busca contribuir para o fortalecimento do papel da universidade no desenvolvimento cultural regional por meio de suas pesquisas

acadêmicas, extensão, formação profissional e presença institucional. A UDESC apresenta vantagens estratégicas neste setor como a capilaridade dos seus centros e estrutura no interior do estado. Esta articulação pode impulsionar o desenvolvimento de melhores práticas, que possam ser úteis para a compreensão de outras realidades similares. Percebe-se, inicialmente, um alinhamento entre as diretrizes da política de cultura da UDESC e as demandas municipais para o desenvolvimento cultural. Esta relação será melhor verificada ao longo do trabalho.

Deve-se destacar, conforme informações apresentadas no Catálogo de Extensão 2016 (UDESC, 2017, p. 13), o fortalecimento das ações culturais da UDESC nos últimos anos e a atuação junto à comunidade, aproveitando o potencial de articulação de ações de ensino, pesquisa e extensão em cultura nos municípios. Faz-se oportuno considerar a possibilidade da UDESC acessar o Fundo Estadual de Cultura para realizar essas ações. Cabe ressaltar, que as ações e eventos culturais estruturados institucionalmente podem representar uma interessante forma de posicionar e dar visibilidade para marca UDESC perante à sociedade catarinense.

Pertinente mencionar que a nova política de cultura da UDESC prevê explicitamente um maior alinhamento aos objetivos do PNC e maior articulação entre os centros de ensino e os municípios onde a Universidade está inserida. Sendo assim, os resultados deste trabalho podem contribuir para a definição de estratégias de ação mais eficientes dentro da ampla gama de ações possíveis previstas na política de cultura.

Outro aspecto a ressaltar são os índices de 2016 de desenvolvimento municipal sustentável apresentados pela FECAM, presentes no decorrer do trabalho, que confirmam a necessidade de trabalhar ações para elevar o patamar da cultura enquanto fator de desenvolvimento sociocultural no Estado de Santa Catarina.

Na continuação, será apresentada a fundamentação teórica que sustentará o desenvolvimento desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta sessão objetiva a exposição de perspectivas acadêmicas que proverão subsídios para análise, compreensão e resolução do problema de pesquisa, bem como o atingimento dos objetivos expostos. Neste sentido, considera-se essencial a estruturação das bases teóricas que permitam compreender o desenvolvimento histórico do conceito de cultura, das políticas públicas, da política pública de cultura, mais especificamente as bases legais que orientam o atual sistema nacional de cultura nas três esferas governamentais, as resoluções que instituem a Política de Cultura da UDESC e a atual realidade do contexto da política cultural brasileira.

A pesquisa sobre o tema é também realizada em outros países, guardadas as distinções do contexto de cada sociedade. De acordo com Antônio Albino Canelas Rubim (2013), a análise do estado da arte dos estudos em políticas culturais no Brasil aponta para a íntima conexão existente entre tais estudos e os experimentos efetivos desenvolvidos no campo das políticas culturais no mundo e em nosso país.

O próprio conceito de cultura, que permeia todo o esforço de pesquisa, será o ponto de partida.

2.1 CULTURA

Este tópico presente tem por finalidade trazer à tona as principais abordagens sobre o conceito de cultura, a fim de estabelecer suas implicações contextuais e evolução histórica, além de delinear qual será a perspectiva adotada para balizar este trabalho.

A conceituação de cultura provém da Antropologia, sendo o pioneiro no uso desta expressão Edward Tylor (1832-1917), para quem esse conceito “inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 2003, p. 24). Nesta perspectiva, é comportamento aprendido e independe de transmissão genética, caracterizando-se pela soma de ideias de uma sociedade e padrões de comportamento. Ainda de acordo com uma abordagem antropológica:

A cultura é um sistema simbólico, claramente possível pelo isolamento histórico de grupos humanos, expressa as relações próprias da comunidade, passando por gerações até caracterizar-se como um sistema integrado de ações conjuntas, identificadas por suas ideologias, crenças, expressões, formas de ser e de estar (GEERTZ, 1989, p. 22).

Considerando a importante influência nas políticas e nos estudos em todo o mundo, deve ser lembrada a famosa definição (ampla) de cultura, formulada pela UNESCO em 1982 onde afirmou-se que:

[...] pode se considerar a cultura como o conjunto de atributos distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, o sistema de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982, p. 39).

Neste sentido, a cultura, foi sendo reconhecida como um segmento cada vez mais importante para o desenvolvimento integrado das sociedades, e para o crescimento econômico propriamente dito, comparecendo nesse novo cenário como importante segmento produtor e empregador nas áreas de bens e serviços, quanto como setor capaz de qualificar a nova mão-de-obra requerida pelo setor (BALABAN, 1998).

Pertinente registrar uma percepção mais crítica para a definição de cultura, no caso, proposta por Otávio Ianni (IANNI, 2004 *apud* SIMÕES e VIEIRA, 2010, p. 17), que diz que a cultura não é inocente, pois suas expressões são criadas “no jogo das relações, os antagonismos e as diversidades sociais, políticas e econômicas também se fazem presentes nela”.

Desta forma, a cultura é inserida na trama de acontecimentos históricos e sociais vinculados aos debates nacionais. Ianni, citado por Simões e Vieira (2010), destaca ainda que a cultura compreende também hegemonia, pois pode ser construída por uma classe, pela composição de forças sociais, por blocos de poder, pelo Estado e até por reivindicações de outros grupos que não se acham no poder. “É essa compreensão de cultura, como possibilidade de manifestações de antagonismos, conflitos e relações de poder, que pode sustentar a compreensão do campo da cultura” (SIMÕES e VIEIRA, 2010, p. 17).

Para Bauman, a cultura humana é vista como um movimento que pode quebrar as limitações da ordem estabelecida e revela a criatividade humana, isto é, a cultura impulsiona e abre caminho para uma multiplicidade de realidades originadas no despertar de vontades e desejos anteriormente reprimidos. “A

cultura, portanto, é o inimigo natural da alienação. Ela questiona constantemente a sabedoria, a serenidade e a autoridade que o real atribui a si mesmo” (BAUMAN, 2012, p. 301).

Bauman afirma que é na ambivalência que se produz sentidos à cultura, seja na sua função criadora e ao mesmo tempo de regulação normativa, isto é, a cultura é tanto “um agente da desordem quanto um instrumento da ordem [...], nada pode produzir além da mudança constante, embora só possa produzir mudança por meio do esforço de ordenação (BAUMAN, 2012, p. 18). Além disso, na proposição de Bauman, somente o homem, como espécie, é capaz de desafiar sua realidade e produzir novos significados para sua vida. Seja no plano individual ou no coletivo, somente o homem pode conquistar a liberdade para criar.

Fazendo uma ponte com seus escritos mais recentes, Bauman (2013) afirma que a vida moderna/contemporânea sustentada no consumo e no individualismo destruiu o projeto de cultura nacional, assim como o projeto comunitarista composto por noções de culturas fechadas em si. Para o autor, vivemos o período do pluralismo cultural no qual uma multiplicidade de valores são frouxamente coordenados e ligados, fruto do intenso e constante intercâmbio cultural impulsionado pelas facilidades de transição das informações e dos indivíduos. Uma época, segundo Bauman, propícia ao intercâmbio cultural.

Complementando as concepções anteriormente apresentadas, acolheremos neste trabalho o reconhecimento da importância da cultura, nas dimensões: simbólica, cidadã e econômica para o desenvolvimento humano (MinC, 2018). O que reforça a necessidade de articular espaços abertos e plurais às manifestações culturais desenvolvidas na comunidade, para promoção da inclusão social e valorização do diálogo e diversidade.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA

Construídas com amplo debate, num processo complexo que conta com a interação e participação de agentes e grupos de interesse distintos, as políticas públicas orientam as ações e programas de governo. Compreender suas peculiaridades e sua evolução é importante para identificar, posteriormente, o contexto em que as políticas públicas de cultura foram estabelecidas.

Conceitualmente, Saravia (2006, p. 28) define política pública como um “fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade em busca de novos objetivos.” Decisões estas que são influenciadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. A finalidade última de tal dinâmica, seja qual for seu foco de ação, constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política.

Para sintetizar o conceito, com uma perspectiva mais operacional sobre políticas públicas, Saravia (2006) afirma que:

“... poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (SARAVIA, 2006, p. 29).

Na visão de Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública e apresenta um resumo sobre a visão de distintos pensadores. Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957), de acordo com Secchi (2010), introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policymakers*), defendendo, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Sendo assim, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo escasso para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, entre outros.

A racionalidade segundo Simon, complementa Souza (2006), pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse

comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Lindblom, conforme citado por Souza (2006), por sua vez, questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas deveriam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Acolhendo o argumento de Souza (2016) de que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, a composição das definições anteriormente apresentadas será utilizada como referência para esta pesquisa.

Revisados os pontos básicos sobre o conceito de política pública, cabe agora verificar como uma questão passa a ser percebida enquanto um problema digno de discussão e da intervenção do poder público.

Secchi (2010, p. 7), considera que para um problema ser considerado “público”, este “deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas”. Em síntese, um problema só se torna público quando os atores políticos intersubstantivamente o consideram um problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade).

Sendo um problema considerado “público”, aborda-se agora o processo pelo qual este objeto passa a ser foco de uma política pública. Dentro do campo específico da política pública, alguns modelos explicativos foram desenvolvidos para se entender melhor como e porque o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que repercutirá na vida dos cidadãos. Muitos foram os modelos desenvolvidos e aqui serão mapeados apenas os principais.

Figura 1 - Quadro resumo modelos teóricos em políticas públicas

Modelo	Descrição
Análise do tipo da política pública	Theodor Lowi (1964; 1972) desenvolveu a talvez mais conhecida tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima: a política pública faz a política. Quatro tipos principais: regulatória, distributiva, redistributiva e construtiva.
Incrementalismo	A visão da política pública como um processo incremental foi desenvolvida por Lindblom (1979), Caiden e Wildavsky (1980) e Wildavsky (1992). Baseados em pesquisas empíricas, os autores argumentaram que os recursos governamentais para um programa, órgão ou uma dada política pública não partem do zero e sim, de decisões marginais e incrementais que desconsideram mudanças políticas ou mudanças substantivas nos programas públicos.
O ciclo da política pública	Esta tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.
O modelo “garbagecan”	O modelo garbagecan ou “lata de lixo” foi desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1972), argumentando que escolhas de políticas públicas são feitas como se as alternativas estivessem em uma “lata de lixo”.
Coalizão de defesa	O modelo da coalizão de defesa (advocacycoalition), de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), discorda da visão da política pública trazida pelo ciclo da política e pelo garbagecan por sua escassa capacidade explicativa sobre por que mudanças ocorrem nas políticas públicas. Segundo estes autores, a política pública deveria ser concebida como um conjunto de subsistemas relativamente estáveis, que se articulam com os acontecimentos externos, os quais dão os parâmetros para os constrangimentos e os recursos de cada política pública.
Arenas sociais	O modelo de arenas sociais vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Isto porque, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito.
Modelo do “equilíbrio interrompido”	O modelo do “equilíbrio interrompido” (punctuatedequilibrium) foi elaborado por Baumgartner e Jones (1993), baseado em noções de biologia e computação.
Modelos influenciados pelo “novo gerencialismo público” e pelo ajuste fiscal	A partir da influência do que se convencionou chamar de “novo gerencialismo público” e da política fiscal restritiva de gasto, adotada por vários governos, novos formatos foram introduzidos nas políticas públicas, todos voltados para a busca de eficiência.

Fonte: Souza (2006, p. 20 - 45) Nota: Dados trabalhados pelo autor.

Souza (2006) considera que a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados e envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição. Tanto para Saravia (2006, p. 33) quanto para Secchi (2010) apresentam o ciclo de políticas públicas composto pelos seguintes momentos:

- a) O primeiro momento é o da agenda ou da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público.
- b) O segundo momento é a elaboração, que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades.
- c) A formulação, que inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro.
- d) A implementação, constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la. Segundo Hill, a implementação refere-se a objetivos específicos, à tradução, na prática, das políticas que emergem do complexo processo decisório. Os efeitos (*outcomes*) referem-se aos resultados conjuntos da decisão e da implementação, isto é, o que realmente aconteceu.
- e) A execução, que é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É pôr em prática efetiva a política, é a sua realização. Essa etapa inclui o estudo dos obstáculos, que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, e especialmente, a análise da burocracia.
- f) O acompanhamento, que é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos.
- g) A avaliação, que consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às conseqüências previstas e não previstas. A

avaliação é a área de política pública que mais tem-se desenvolvido nos últimos tempos.

Secchi (2010) acrescenta uma oitava etapa, que corresponde à morte ou extinção da política pública. Os estudos sobre esta etapa ganharam impulso a partir da década de 1970, nos países desenvolvidos, quando diversas políticas vinculadas ao Estado de bem-estar social foram questionadas.

Esse momento se dá quando o problema que originou a política é considerado resolvido, os mecanismos da política são percebidos como ineficazes ou o problema, mesmo vigente, perdeu importância e saiu das agendas políticas e formais (SECCHI, 2010, p.53).

Conhecido o ciclo de vida geral de uma política pública, torna-se pertinente verificar como ocorre o jogo de ações que podem influenciar o caminho percorrido por uma política pública durante seu ciclo. Tomaremos como foco verificar como as instituições afetam o desenvolvimento (ou não) de uma política pública.

Em toda política pública, Secchi (2010) afirma que as instituições desempenham um papel decisivo. Com efeito, delas emanam ou elas condicionam as principais decisões. Sua estrutura, seus quadros e sua cultura organizacional são elementos que configuram a política. As instituições impregnam as ações com seu estilo específico de atuação. Secchi (2010, p.34) considera que, como praticamente todas as políticas públicas são executadas por grandes organizações públicas, “somente entendendo como as organizações funcionam é que podemos entender como as políticas são modeladas no processo de implementação”.

Os estudos de política pública, corrobora Saravia (2006), mostram a importância das instituições estatais tanto como organizações, pelas quais os agentes públicos (eleitos ou administrativos) perseguem finalidades que não são exclusivamente respostas a necessidades sociais, como também configurações e ações que estruturam, modelam e influenciam os processos econômicos com tanto peso, como as classes e os grupos de interesse.

Souza (2006), por sua vez, traz a reflexão sobre qual a importância das variáveis institucionais para explicar resultados de políticas públicas. Considera que a resposta está na presunção de que as instituições tornam o curso de certas políticas mais fáceis do que outras. Ademais, as instituições e suas regras

redefinem as alternativas políticas e mudam a posição relativa dos atores.

Segundo a autora:

Em geral, instituições são associadas a inércia, mas muita política pública é formulada e implementada. Assim, o que a teoria neo-institucionalista nos ilumina é no entendimento de que não são só os indivíduos ou grupos que têm força relevante influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições (SOUZA, 2006, p. 20).

A partir das considerações desses autores fica mais evidente o poder de influência das instituições no desenvolvimento das políticas públicas. E, por ser a UDESC uma instituição consolidada, com mais de 50 anos de história, com amplo alcance geográfico e representatividade social no estado de Santa Catarina, pode-se supor que estas implicações teóricas aplicam-se a própria universidade. Sendo pertinente também ao objeto desta pesquisa em apontar o potencial de articulação da UDESC com o poder municipal visando influenciar o resultado da política de cultura, planejada nacionalmente, porém, realizada em boa parte nas práticas locais.

O próximo tópico aborda o desenvolvimento específico da política pública de cultura.

2.3 POLÍTICA PÚBLICA DA CULTURA

Neste tópico será abordado um resumo sobre o processo histórico de formação das políticas de cultura, suas particularidades até o estabelecimento do contexto atual.

Rubim (2013) lista três experimentos que poderiam se constituir no fundacional das Políticas Públicas de Cultura: as iniciativas político-culturais da Segunda República Espanhola nos anos trinta; a instituição do ArtsCouncil na Inglaterra na década de quarenta e a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, em 1959. Mas o próprio autor reconhece que a iniciativa francesa, além de ser a mais estudada, tem maior densidade e envergadura.

Se historicamente a relação entre cultura e política era sempre caracterizada pelo predomínio da finalidade política e pela instrumentalização da cultura, agora começa a acontecer uma radical guinada neste panorama, inaugurando uma nova conexão, na qual a cultura é a finalidade e a política apenas o recurso para atingir este fim (RUBIM, 2013, p. 52-53).

A difusão internacional das políticas públicas decorre não só do exemplo francês, mas principalmente pelas ações desenvolvidas no campo da cultura pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A influência fica evidente em sua atuação ativa no patamar das políticas culturais por meio de recomendações, declarações e convenções acerca do tema (RUBIM, 2013).

Alguns temas pesquisados nesta época foram: atuação dos estados na atividade cultural; participação da população na cultura; democratização da cultura; identidade cultural; desenvolvimento cultural; afirmação cultural (identidade, patrimônio e criatividade); integralidade e transversalidade da cultura e da política cultural (RUBIM, 2013, p. 56).

A evolução do campo de cultura e sua institucionalização no Brasil, por sua vez, é descrita por Simões e Vieira (2010) através da identificação das organizações, eventos e relações que marcaram 4 períodos identificados como: cultura como identidade (1920-1945), cultura como ideologia (1945-1964), cultura como estratégia (1964-1985) e cultura como mercado (1985- 2002).

A apresentação destes períodos evidencia a forte atuação do Estado ao longo do processo de institucionalização do campo da cultura, mas, também, a marcante extensão da influência de relações mercadológicas, sobretudo no último período, no qual:

“O papel do Estado na dinâmica de estruturação do campo organizacional da cultura no país parece ir ao encontro do argumento defendido por Durand (2001) de que o Estado teria que atuar em relação à cultura em um espaço internamente dividido em subespaços que seguem lógicas diferentes. Em diversos momentos no tempo, cabia ao Estado agir diante de complexas diferenças regionais e de várias concepções de cultura...” (SIMÕES e VIEIRA, 2010, p. 32).

Na percepção de Rubim (2013), a peculiar versão nacional de leis de incentivo, diferente do que ocorre em outros países, transforma estas leis quase na única fonte de financiamento da cultura e, mais que isto, faz que tais leis ocupem o lugar das políticas culturais.

Sobre o contexto de sobreposição do mercado como ente regulador das dinâmicas da sociedade e da cultura, no qual as políticas culturais pareciam interditas, a UNESCO apresenta um posicionamento claro em sua Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, aprovada em 2001. O artigo décimo primeiro do referido documento é muito claro nesta perspectiva:

As forças do mercado, por si sós, não podem garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano sustentável. Desse ponto de vista, convém fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil (UNESCO, 2005, p. 211).

Para Simões e Vieira (2010, p.39), a gestão da cultura que caberia ao Estado e não ao mercado e que “o resgate da centralidade do papel do Estado na cultura é vital para que a potencialidade da cultura se realize”. Este debate ainda continua presente e sucinta debates sobre diferentes perspectivas teóricas. Calabre (2013, p.37), todavia, afirma que “com todas as críticas e problemas que possam ser apontados, não se pode negar que tal mecanismo teve um papel importante no desenvolvimento das atividades culturais do período.”

Na sequência histórica, Rubim (2013) destaca o retorno da UNESCO, com o fortalecimento do tema “diversidade cultural”, permitindo o retorno à cena do tema das políticas culturais e redesenhando sua inserção no contexto internacional. Documentos como Nossa Diversidade Criadora, de 1996, relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, instituída pela UNESCO e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005, aprovadas em fóruns da UNESCO, tornam-se desencadeadores da emergência das políticas culturais na contemporaneidade.

A partir de 2003, Rubim (2013), afirma que o governo eleito, apesar de ainda não ter modificado diretamente o mecanismo das leis de incentivo, recolocou na agenda pública o tema das políticas culturais e da responsabilidade do estado nacional com relação ao desenvolvimento da cultura.

É neste contexto que instituições diversas promovem ao longo dos últimos anos encontros que propiciam a troca de conhecimentos sobre políticas culturais. Em 2005, como destaca Rubim (2013, p. 64),

Acontece em Salvador o I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT), que coloca em debate o tema das políticas culturais, através de mesas-redondas e sessões de apresentação de trabalhos científicos. Desde esse ano, o ENECULT, em suas edições anuais, vem dando destaque aos trabalhos e mesas-redondas sobre políticas culturais, fazendo CULT um espaço aglutinador de estudiosos de políticas culturais, brasileiros e estrangeiros (RUBIM, 2013, p. 64).

Para Calabre (2013), o conceito de política cultural trabalhado, por diversos autores e instituições (Nestor Canclini, Eduardo Nivón, Teixeira Coelho, UNESCO, entre outros), especialmente na América Latina, tem muitas

semelhanças. Dele pode-se extrair como ponto de confluência a ideia de que política cultural se refere a um conjunto de decisões (ações e intervenções) realizadas pelo Estado e pela sociedade civil através de diversos de seus segmentos. Em sua percepção, este processo de construção de políticas públicas deve criar instâncias de participação social, sem as quais o ciclo de elaboração de tais políticas não estará completo.

Neste tópico pretendeu-se melhor delinear as considerações teóricas que nortearam o significado de políticas públicas de cultura adotado neste trabalho. Partir-se-á para uma análise do atual contexto político e do posicionamento do atual governo frente o setor cultural e o atual Plano Nacional de Cultura brasileiro.

2.3.1 A instabilidade das políticas públicas nacionais e o contexto atual da cultura

Houve uma marcante reviravolta no cenário político nacional no ano de 2016 após os escândalos de corrupção que culminaram com o impeachment de Dilma Rousseff. Episódio que marcou o fim de um período de treze anos da permanência ininterrupta no governo de candidatos do Partido dos Trabalhadores. Coincidentemente, foi durante este mesmo período que praticamente todo o processo formal que originou o Plano Nacional de Cultura e seus desdobramentos ocorreu. Neste tópico, busca-se levantar informações e referenciais que colaborem na compreensão deste cenário atual no campo da política pública de cultura do Brasil.

Apesar dos esforços empreendidos para estabelecer a cultura como política de estado e não de governo, os levantamentos seguintes parecem apontar para uma sensível alteração no ritmo de desenvolvimento desta política pública nacional. Diversos fatos foram noticiados e demonstram o quanto o setor da Cultura foi impactado pela instabilidade política da atual conjuntura nacional.

Para ilustrar os acontecimentos, é apresentada uma matéria de um tradicional veículo midiático de circulação nacional. Segundo “O Globo”, assim que o presidente Michel Temer assumiu interinamente, após o impeachment da titular, Dilma Rousseff, em maio do ano passado, ocorreu a redução do número de ministérios. Dentre as ações, foi extinguido o Ministério da Cultura, onde suas

atribuições foram transferidas para a Educação. A extinção, no entanto, causou manifestações e mobilização entre a classe artística. O presidente resolveu então recriar a pasta nomeando ministro o senhor Marcelo Calero, até então secretário nacional da Cultura.

Ainda segundo “O Globo”, foi o início do aumento incomum da rotatividade na gestão do ministério. As trocas no Minc (Ministério da Cultura) começaram com o pedido de demissão do ministro Marcelo Calero, em novembro de 2016, seis meses após assumir a pasta. A pasta da Cultura foi então assumida por Roberto Freire como titular. Seis meses depois, no entanto, as delações da JBS geraram suspeitas de envolvimento em corrupção e fizeram com que o ministro deixasse o governo logo que o presidente Michel Temer se pronunciou sobre as acusações, em 18 de maio.

O MinC foi então assumido interinamente pelo secretário-executivo João Batista de Andrade. Um mês após assumir, o ministro apresentou a carta de demissão, se tornando o primeiro ministro ainda interino a pedir demissão. Além da instabilidade política do governo e da descontinuidade de gestão a cada mudança, a situação financeira da pasta também sofreu alterações negativas. Ao deixar o cargo de ministro interino, Andrade classificou o MinC como um ministério “inviável”, sobretudo pelo corte de 43% no seu orçamento. Foram quatro mudanças de ministros, em menos de um ano depois de 12 de maio de 2016. Uma representação da instabilidade que se instalou na pasta.

Este relacionamento entre a influência política e dificuldade de estabelecer certa estabilidade no desenvolvimento do campo de políticas públicas pode ser verificado na análise de Simões e Vieira, para quem:

“A questão de que a mudança na lógica predominante no contexto histórico social definiria as transformações nas configurações do campo organizacional da cultura corresponde às idéias de Ianni (2004), segundo as quais a cultura e os atores a ela ligados serão alternados conforme o contexto situacional. Assim, a cultura não poderia ser considerada como algo coeso e homogêneo, e sim como um campo complexo que é capaz de responder a diferentes lógicas predominantes na sociedade em cada momento do tempo” (SIMÕES e VIEIRA, 2010, p. 31).

Estes fatos corroboram com os apontamentos de Rubim (2007), para quem o itinerário das políticas culturais produziu tristes tradições e, por conseguinte, enormes desafios.

A instabilidade é reconhecida como uma das principais características da política cultural brasileira e também um desafio estratégico a ser superado. Para Albino Rubim (2007), a ausência e o autoritarismo são outras tristes tradições da política cultural do Estado brasileiro que, conjugadas, produzem a instabilidade. Esta decorre de diversos fatores, como a descontinuidade administrativa, a fragilidade política e a falta de reconhecimento, público e privado, da importância da cultura no desenvolvimento nacional.

Rubim (2007) identifica a instabilidade histórica, no âmbito institucional, como decorrente da falta de continuidade das políticas culturais, do baixo orçamento destinado à pasta, da ausência de qualificação e de aumento do corpo funcional, além da ausência de planejamento e de integração federativa das políticas culturais.

A descentralização e a nacionalização das ações públicas de cultura são aspectos que podem contribuir para a superação desse desafio e alcance de uma estabilidade necessária:

A existência de políticas públicas de Estado, que institucionalizem a política cultural para que esta não fique restrita a mandatos de governos específicos, e, assim, proporcionem maior continuidade das ações, é parte do desafio de superação da tradição de instabilidade no campo da cultura. Acreditamos que isso faz parte de um processo de formação política que reconhece e valoriza a cultura como um direito de cidadania, estimulando a participação e a pactuação social, a médio e longo prazo, na execução das ações públicas (VILITUS, 2012, p. 137).

Segundo Vilutis (2012), atualmente podemos somar outros desafios à institucionalização da política cultural brasileira. As principais fragilidades encontradas dizem respeito à produção de dados e informações, bem como à oferta de cursos de formação na área da cultura. A diversificação das formas de fomento à cultura; o fortalecimento da infraestrutura e da transversalidade da política, bem como a formulação de marcos regulatórios na área cultural são necessidades exigidas para o seu fortalecimento institucional.

Souza (2006) considera que outro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico a inclusão social de grande parte de sua população.

Apesar de toda a base teórica disponível, respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores que merecem uma análise mais aprofundada. O que parece evidente é a repetição do ciclo histórico de instabilidade no desenvolvimento de políticas públicas de estado para a cultura.

O trabalho segue sua fundamentação teórica apresentando, sem adentrar em maiores discussões, a estruturação e os mecanismos que compõem a base jurídica do atual Plano Nacional de Cultura.

2.4 BASE NORMATIVA - LEIS DO NACIONAIS E RESOLUÇÕES DA UDESC

Este tópico irá apresentar a base normativa que formaliza o atual processo de construção da política pública de cultura no âmbito nacional, estadual, municipal e, institucionalmente, na UDESC. Para isto, condensará os principais preceitos, conceitos, diretrizes, estratégias e objetivos estabelecidos.

2.4.1 Plano Nacional de Cultura – PNC

O Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. (MinC, 2017)

Os objetivos gerais do PNC, formalizados no § 3º do Art. 215 – CF/88, são o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura: a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

Os preceitos norteadores do PNC são os seguintes: (i) liberdade de expressão, criação e fruição; (ii) diversidade cultural; (iii) respeito aos direitos humanos; (iv) direito de todos à arte e à cultura; (v) direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; (vi) direito à memória e às tradições; (vii) responsabilidade socioambiental; (viii) valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável; (ix) democratização das instâncias de formulação das políticas culturais; (x) responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais; (xi) colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura; (xii) participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

A Lei nº 12.343, de 02 de Dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, estabelece que são objetivos do plano: (i) reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; (ii) proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; (iii) valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais; (iv) promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções; (v) universalizar o acesso à arte e à cultura; (vi) estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; (vii) estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos; (viii) estimular a sustentabilidade socioambiental; (ix) desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais; (x) reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores; (xi) qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado; (xii) profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais; (xiii) descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura; (xiv) consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais; (xv) ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo; (xvi) articular e integrar sistemas de gestão cultural.

Igualmente, esta lei que criou o PNC prevê metas nacionais para a área da cultura a serem atingidas até 2020. As metas do Plano, em número de 53, foram estabelecidas por meio da ampla participação da sociedade e gestores públicos. (MINC, 2018). O acompanhamento destas metas pode ser realizado pelo portal no PNC, na internet.

Segundo Lia (CALABRE, 2013, p. 44), o Plano Nacional de Cultura é permeado pelos seguintes conceitos guias: 1 – A Cultura como um conceito abrangente, como expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento; 2 – A cultura brasileira como algo dinâmico, que expressa as relações entre o passado, presente e futuro da nossa sociedade; 3 – As relações com o meio ambiente como parte integrante dos repertórios e das escolhas culturais; 4 – A sociedade brasileira como geradora e dinamizadora de sua cultura, a despeito da omissão ou interferência autoritária do Estado e da lógica específica do mercado; 5 – O Estado com o dever de atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais; e, 6 – Ao Ministério da Cultura cabe formular, promover e executar políticas, programas e ações na área da cultura. O Plano Nacional de Cultura está ancorado na corresponsabilidade de diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil.

Saravia (2013), argumenta que o apoio financeiro do Estado é imprescindível, apesar dos perigos que envolve. Mesmo nos países de economia aberta, considera visível que as forças de mercado não podem satisfazer, exclusivamente, as necessidades culturais de uma sociedade dinâmica. Os governos dos países de economia de mercado estão utilizando, de forma crescente, a ajuda estatal, por meio de subsídios diretos ou de órgãos semi-públicos. Em seu texto sobre o financiamento da cultura, afirma que:

O mínimo que hoje se exige do Estado em matéria de política cultural é: a) a restauração e a preservação do patrimônio cultural; b) o fornecimento da infraestrutura indispensável para a manifestação cultural; c) o fomento à formação artística e de recursos humanos para a cultura; d) a difusão dos bens culturais; e, finalmente, a criação e manutenção de um clima de liberdade democrática, para que todo o anterior seja possível (SARAVIA, 2013, p.100).

Expostos os principais aspectos da base normativa do PNC e algumas considerações teóricas, faz-se importante verificar como estes preceitos são operacionalizados na estrutura de gestão prática.

2.4.2 Sistema Nacional de Cultura – SNC

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) representa a ponte entre o Plano Nacional de Cultura (PNC), estados, cidades e o Governo Federal. O Sistema

estabelece mecanismos de gestão compartilhada entre estados, cidades, Governo Federal e a sociedade civil para a construção de políticas públicas de cultura. A adesão ao SNC é voluntária e realizada por meio de um Acordo de Cooperação Federativa. Ao aderir ao SNC, o estado ou a cidade deve elaborar um plano de cultura: documento que reúne diretrizes, estratégias e metas para as políticas de cultura naquele território por um período de dez anos. Assim, pode receber recursos federais para o setor cultural e assistência técnica para a elaboração de planos, bem como ser incluído no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (MinC, 2018).

Os componentes que constituem a estrutura do SNC estão definidos no § 2º do Art. 216-A da Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012:

”§ 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da federação: I - órgãos gestores da cultura; II - conselhos de política cultural; III - conferências de cultura; IV - comissões intergestores; V - planos de cultura; VI - sistemas de financiamento à cultura; VII - sistemas de informações e indicadores culturais; VIII - programas de formação na área da cultura; e IX - sistemas setoriais de cultura.” (Emenda Constitucional nº 71, 2012).

De acordo com João Roberto (PEIXE, 2013) no Projeto de Lei de Regulamentação do SNC, N.º 4.271, de 2016, em função das características específicas e das respectivas funções no sistema, os nove componentes são agrupados em quatro setores: 1. Coordenação; 2. Instâncias de articulação, pactuação e deliberação; 3. Instrumentos de gestão; e 4. Sistemas setoriais de cultura.

Figura 2 - Sistema Nacional de Cultura - SNC



Fonte: Extraído de Peixe (2013)

Os doze princípios do SNC definem os fundamentos que inspiram esse modelo de gestão e são elencados no § 1º do novo artigo 216-A da Constituição Federal: 1 – Diversidade das expressões culturais; 2 – Universalização do acesso aos bens e serviços culturais; 3 – Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; 4 – Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura; 5 – Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; 6 – Complementaridade nos papéis dos agentes culturais; 7 – Transversalidade das políticas culturais; 8 – Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; 9 – Transparência e compartilhamento das informações; 10 – Democratização dos processos decisórios com participação e controle social; 11 - Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; e 12 - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

O SNC, de acordo com Rubim (2013) é uma articulação entre Estado e Sociedade que visa dar organicidade, racionalidade e estabilidade às políticas públicas de cultura tendo por finalidade principal garantir a todos os cidadãos o pleno exercício de seus direitos culturais. Os sistemas de cultura podem transformar as políticas culturais em políticas de estado. Isto é, em políticas que permanecem para além dos mandatos dos governos.

Segundo Calabre (2013), a construção de um sistema nacional setorial é um processo lento. A construção de uma prática de gestão democráticas nos diversos níveis de governo é feita processualmente. Há muito esforço a ser feito para que obtenha uma efetividade nacional. Os maiores desafios ainda são os de ampliar a democratização dos processos decisórios, garantindo os direitos culturais do conjunto da sociedade brasileira.

A efetividade e o bom funcionamento do Sistema, na percepção estão ligados à elaboração e implementação dos planos de cultura, ao funcionamento dos conselhos de cultura, a realização das conferências e dos fóruns, que devem estar presentes nos três níveis de governo. (CALABRE, 2013)

A organização do Sistema Nacional de Cultura, da mesma forma que os demais sistemas nacionais já constituídos, como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), adota a estrutura

federativa, sendo constituída por sistemas correspondentes aos três níveis de governo.

O próximo tópico apresenta os principais aspectos do envolvimento dos estados no desenvolvimento do SNC.

2.5 SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA – SEC

A estrutura básica do SNC se reproduz em cada nível, com os devidos ajustes às particularidades locais, conforme estabelece o § 4º do Art. 216-A da Emenda Constitucional nº. 71, de 29 de novembro de 2012, prevendo que “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias”.

Assim, fica estabelecido no projeto de Lei N.º 4.271, de 2016, Cap. III - das competências dos partícipes, Seção II - das Competências dos Estados e do Distrito Federal, em seu Art. 20 que integram o Sistema Nacional de Cultura - SNC, no âmbito estadual e distrital, os Sistemas Estaduais e Distrital de Cultura, compostos, no mínimo, por: I - coordenação: a) Secretaria Estadual ou Distrital de Cultura ou órgão equivalente. II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação: a) Conselho Estadual ou Distrital de Política Cultural; b) Conferência Estadual ou Distrital de Cultura; e c) Comissão Intergestores Bipartite. III - instrumentos de gestão: a) Plano Estadual ou Distrital de Cultura; e b) Sistema Estadual ou Distrital de Financiamento à Cultura. Composição ilustrada na figura que segue.

Figura 3 – Sistema Estadual de Cultura - SEC



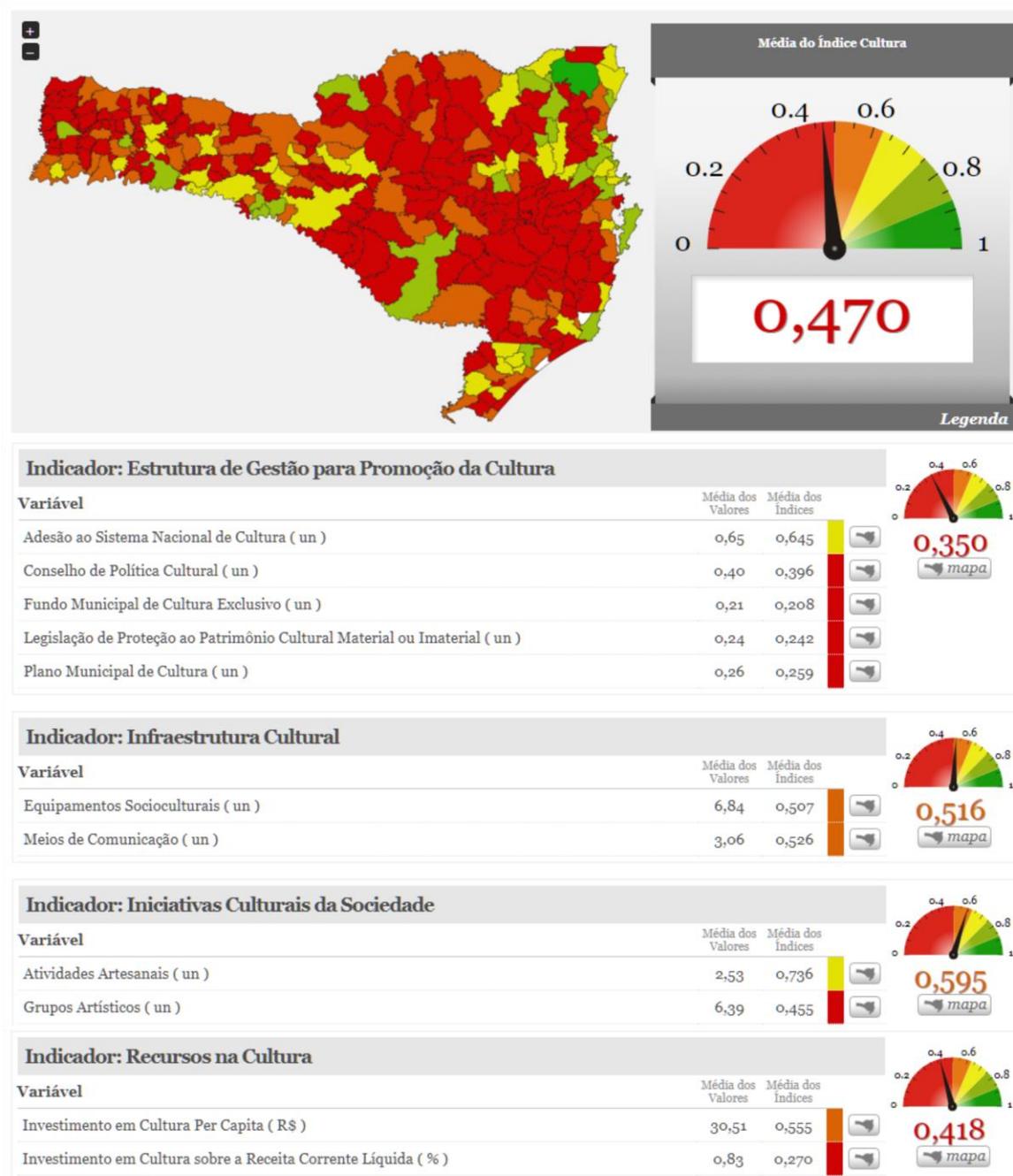
Fonte: Extraído de Peixe (2013)

Segundo Peixe (2013), a legislação estabelece que compete aos Estados e ao Distrito Federal criar, coordenar e desenvolver, mediante lei específica, o Sistema Estadual ou Distrital de Cultura; integrar-se ao Sistema Nacional de Cultura; apoiar a criação, a implementação e o desenvolvimento dos sistemas municipais de cultura; e fomentar a participação social por meio da criação de fóruns estaduais ou distrital de cultura; e XVII - promover a integração com Municípios e a União, para a promoção de metas culturais conjuntas, inclusive por meio de consórcios públicos.

Por se tratar do espaço geográfico e institucional analisado nesta pesquisa, faz-se importante verificar qual o desenvolvimento geral e nível de adesão do estado de Santa Catarina em relação ao SNC. Os dados do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal – SIDEMS, da FECAM (2016), por meio da compilação dos seus Índices de Desenvolvimento Municipal Sustentável, permitem uma visualização objetiva sobre o cenário do cultural catarinense. Primeiramente, apresenta-se uma imagem do desempenho global do estado, considerando os critérios sociocultural, econômico, ambiental e político institucional.

Verifica-se que os fatores dos critérios ambientais e culturais apresentam os piores desempenhos dentre os critérios considerados, influenciando negativamente o desempenho global. A figura abaixo apresenta os a média do índice de desenvolvimento cultural dos municípios catarinenses.

Os indicadores apresentados permitem concluir que o índice do desenvolvimento cultural está abaixo do índice de desenvolvimento médio geral no estado de Santa Catarina. Dentro da composição do índice de desenvolvimento cultural os fatores que mais influenciam negativamente sua avaliação são: a estrutura de gestão para promoção de cultura, seguido pelo montante de recursos investidos e pela infraestrutura de cultura nos municípios. Dentro das categorias componentes do indicador cultural o índice médio mais bem avaliado são as iniciativas culturais da sociedade.

Figura 4 - Cultura nos municípios catarinenses - IDMS 2016

Fonte: Disponível em <http://indicadores.fecam.org.br>

Em razão deste contexto, em 19 de dezembro de 2017 o Conselho Estadual de Cultura – CEC divulgou uma nota pública com o que considerou os compromissos essenciais e estruturantes fundamentais para o futuro da área da Cultura no Estado. O texto, disponível nos anexos, incluiu compromissos como: a aprovação e início da implementação do Sistema Estadual de Cultura e seu anexo, o Plano Estadual de Cultura (Projeto de Lei 238.0/2017); a criação de

uma Pasta exclusiva para a Cultura; o diálogo com vistas à ampliação da aplicação de recursos econômicos em projetos culturais; e o fortalecimento de uma visão ampliada da Cultura, expressa em suas esferas econômica, simbólica e cidadã.

Quanto à adesão e a estrutura mínima exigida pelo SNC, Santa Catarina contava como a SOL - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte e a Fundação Catarinense de Cultura – FCC, instituída pelo decreto nº 7.439, de 24 de abril de 1979, e posteriores alterações, para suprir a coordenação do setor. Quanto as instâncias de articulação, pactuação e deliberação o estado já contava com o Conselho Estadual de Cultura, criado pela lei nº. 2975, de 18 de dezembro de 1961 e atualizado pela LEI Nº 14.367, de 25 de janeiro de 2008

Todavia, foi a LEI Nº17.449, de 10 de janeiro de 2018, que instituiu, conforme preconizado no PNC, o Sistema Estadual de Cultura – SIEC. Determina também o funcionamento do Conselho Estadual de Cultura (CEC-SC), da Conferência Estadual de Cultura, da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e do Plano Estadual de Cultura e as suas estratégias e ações. Em sua Seção II, o Art. 30 determina que O Sistema Estadual de Financiamento da Cultura será constituído pelo FUNCULTURAL (instituído pela Lei nº 13.336, de 8 de março de 2005), sendo este o principal instrumento de fomento às políticas culturais. Acrescenta ainda que poderão ser integrados outros mecanismos que vierem a ser criados.

No capítulo II do anexo único da LEI Nº17.449, supracitada, fica estabelecido que as estratégias e ações do Plano Estadual de Cultura estão definidas segundo os seguintes eixos temáticos: 1. Infraestrutura: ampliação, adequação, construção e acessibilidade; 2. Preservação, proteção legal, conservação e restauração do patrimônio cultural; 3. Criação, produção e inovação; 4. Difusão, circulação e promoção; 5. Educação e produção de conhecimento: capacitação, formação, qualificação, investigação e pesquisa; e 6. Organização, planejamento e gestão do setor.

Apresentada as implicações do SNC para os estados brasileiros, o próximo tópico abordará o papel dos municípios no desenvolvimento desta política cultural.

2.5.1 Sistema Municipal de Cultura - SMC

Os debates internacionais contemporâneos consideram a cidade, ou o município, como um *locus* especial dentro da gestão pública. Segundo Calabre (2009):

[... a cidade sempre foi um lugar privilegiado para a construção de “democracias de proximidade, aproveitando a confluência de diversidade em um espaço geográfico relativamente limitado” (VETRALE, s.d., p. 9). As cidades propiciam o convívio e o intercâmbio entre os grupos e suas práticas culturais, permitindo a elaboração de políticas culturais que devem ser capazes de trabalhar com a diversidade local de forma que produzam alternativas de enriquecimento do conjunto da população (CALABRE, 2009, p. 81).

A Lei n.º 4.271, de 2016, Capítulo III, seção II, trata das competências dos municípios. Em seu art. 21 define que: integram o SNC, no âmbito municipal, os sistemas municipais de cultura, compostos, no mínimo, por: I - coordenação: a) secretaria municipal de cultura ou órgão equivalente. II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação: a) Conselho Municipal de Política Cultural; e b) Conferência Municipal de Cultura. III - instrumentos de gestão: a) Plano Municipal de Cultura; e b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura.

Figura 5 – Sistema Municipal de Cultura - SMC



Fonte: Extraído de Peixe (2013)

Os municípios, sendo este ator de destaque no apoio à valorização da cultura local, devem estruturar o seu próprio Plano Municipal de Cultura. O Plano municipal, segundo o SNC (2017), visa fortalecer: 1. Protagonismo municipal; 2. Diálogo interinstitucional e social; 3. Legitimidade; 4. Visão sistêmica e territorial; 5. Transparência e objetividade.

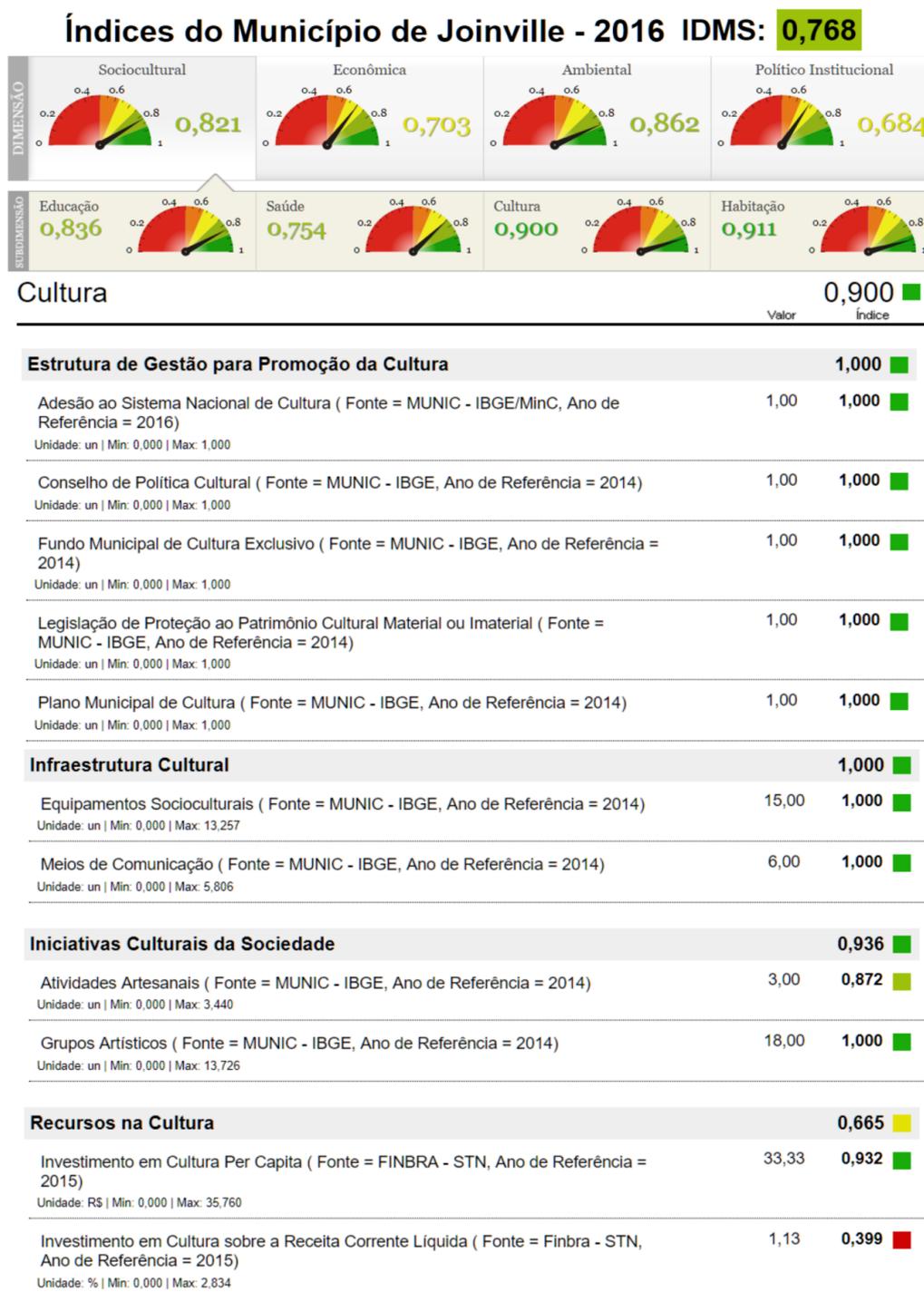
Britto e Boullosa (2017), em seu guia para construção do PMC – estipulam os seguintes passos: passo 1 – analisar a situação atual do seu município com caracterização do município e o diagnóstico cultural; passo 2 – propor o futuro que se deseja para a cultura por meio da definição das diretrizes e dos objetivos; passo 3 – definir metas, ações e resultados com a formulação de metas e ações passíveis da posterior identificação dos resultados; passo 4 – projetar prazos e considerar recursos; passo 5 – desenhar um sistema de avaliação e monitoramento que compreende a elaboração de indicadores para gestão da implementação do PMC, considerando ainda seu monitoramento e avaliação.

Considerações feitas, verificar-se-á na sequência, para os municípios da amostra, os dados da FECAM (2016) e seus os índices municipais de desenvolvimento sustentável, perfil e nível de adesão aos SNC.

2.6 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL E NÍVEL DE ADESÃO DOS MUNICÍPIOS DA AMOSTRA AO SNC

Conhecer detalhes das características dos municípios analisados se faz importante para compreender as particularidades do desenvolvimento da cultura de cada unidade e para a correlação das informações levantadas, visando obter conclusões mais assertivas. Uma série de dados demográficos e indicadores das informações de cada município foi organizada conforme exemplifica a imagem abaixo. Os dados dos demais municípios encontram-se no apêndice.

Figura 6 - IDMS 2016 Joinville



Fonte: Disponível em <http://indicadores.fecam.org.br>

Figura 7 – Quadro de dados demográficos dos municípios da amostra

Municípios	Localização	Fundação	População - 2013	Área - Km ²	Densidade
Balneário Camboriú - CESFI	Vale do Itajaí	20 de julho de 1964	131.727	46,489	2833,509002
Chapecó - CEO	Oeste Catarinense	25 de agosto de 1917	209.553	626,06	334,7171198
Florianópolis - CEART; FAED, CEFID, ESAG	Grande Florianópolis	23 de março de 1726	453.285	675,409	671,1266803
Ibirama - CEAVI	Vale do Itajaí	11 de março de 1934	18.567	246,7	75,26145116
Joinville - CCT	Norte Catarinense	9 de março de 1851	526.338	1.126,11	467,3964973
Lages - CAV	Serrana	22 de novembro de 1766	158.620	2.631,50	60,2773167
Laguna - CERES	Sul Catarinense	29/07/1720	44.982	438,8	102,5113947
Pinhalzinho - OESTE	Oeste Catarinense	30 de dezembro de 1961	19.105	128,7	148,4459984
São Bento do Sul - CEPLAN	Norte Catarinense	23 de setembro de 1873	74.797	495,578	150,9288144

Fonte: Disponível em <http://indicadores.fecam.org.br>

Figura 8 – Quadro com o IDMS 2016 dos municípios da amostra

Municípios	PIB (fonte: IBGE/2014)	IDMS 2016 - FECAM						Média Mesoregião Geral	Média Mesoregião Cultura
		Sócio Cultural	Cultura	Economia e renda	Ambiental	Político Institucional	Geral		
Balneário Camboriú - CESFI	R\$4.445.241,01	0,802	0,838	0,637	0,612	0,696	0,687	0,643	0,502
Chapecó - CEO	R\$7.713.606,57	0,818	0,844	0,655	0,645	0,685	0,701	0,593	0,47
Florianópolis - CEART; FAED, CEFID, ESAG	R\$17.328.526,99	0,797	0,869	0,712	0,8	0,558	0,717	0,615	0,39
Ibirama - CEAVI	R\$384.593,88	0,724	0,632	0,57	0,602	0,73	0,656	0,643	0,502
Joinville - CCT	R\$24.570.850,78	0,821	0,9	0,703	0,862	0,684	0,768	0,62	0,528
Lages - CAV	R\$4.255.922,22	0,719	0,788	0,537	0,713	0,636	0,651	0,582	0,373
Laguna - CERES	R\$739.694,99	0,725	0,83	0,391	0,424	0,755	0,574	0,61	0,493
Pinhalzinho - OESTE	R\$846.418,24	0,783	0,754	0,614	0,458	0,76	0,654	0,593	0,47
São Bento do Sul - CEPLAN	R\$3.115.362,44	0,808	0,753	0,596	0,642	0,618	0,666	0,62	0,528

Fonte: Disponível em <http://indicadores.fecam.org.br>

O IDMS é uma ferramenta para a aplicação do conceito de desenvolvimento municipal sustentável construído a partir de uma série de indicadores considerados fundamentais para diagnosticar o grau de desenvolvimento de um território. Esse índice, ao avaliar o desenvolvimento, configura-se como uma ferramenta de apoio à gestão capaz de evidenciar as prioridades municipais e regionais e situar as municipalidades em relação a um

cenário futuro desejável. A sustentabilidade é entendida como o desenvolvimento equilibrado das dimensões Social, Cultural, Ambiental, Econômica e Político-institucional. (FECAM, 2016)

O SIDEMS apresenta quatro variáveis globais de análise. A variável econômica, ambiental, político Institucional, e sociocultural. Dentro da categoria sociocultural há outras quatro subcategorias: Educação, saúde, habitação e cultura. Foi esta última que recebeu o foco de nossa atenção.

O fator “Cultura”, dentro do SIDEMS, é composto por mais quatro indicadores. O primeiro indicador é a Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura e é formado pelo nível de desenvolvimento e adesão ao Sistema Nacional de Cultura, presença do Conselho de Política Cultural, Fundo Municipal de Cultura Exclusivo, Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Material ou Imaterial e do Plano Municipal de Cultura.

O segundo indicador cultural é o nível da Infraestrutura Cultural, composto pelas variáveis Equipamentos Socioculturais e Meios de Comunicação. O terceiro indicador aborda as Iniciativas Culturais da Sociedade, considerando como variáveis o desenvolvimento de atividades artesanais e a presença de grupos artísticos. O quarto indicador trata dos Recursos na Cultura e compreende a mensuração do nível de investimento em cultura per capita (em reais) e o percentual de investimento em cultura sobre a receita corrente líquida. Maiores informações metodológicas sobre a obtenção de cada índice podem ser encontradas no portal do SIDEMS/FECAM.

Os municípios analisados representam as seis mesorregiões do estado de Santa Catarina, sendo que cada uma das regiões do Vale do Itajaí, Oeste e Norte Catarinense apresentam dois municípios na amostra. Essas cidades correspondem, de modo geral, aquelas com maiores índices de desenvolvimento na sua região, superando os índices médios das suas mesorregiões. As mesorregiões com maior índice de desenvolvimento médio geral, em ordem decrescente, são: Vale do Itajaí, Norte, Grande Florianópolis, Sul, Oeste, e Serrana.

As mesorregiões com maior índice de desenvolvimento cultural, em ordem decrescente, são: Norte, Vale do Itajaí, Sul, Oeste, Grande Florianópolis e Serrana.

Em relação aos índices gerais de desenvolvimento nos municípios estão,

em ordem decrescente, Joinville, Florianópolis, Chapecó, Balneário Camboriú, São Bento do Sul, Ibirama, Pinhalzinho, Lages, Laguna. Já a relação dos índices de cultura dos municípios, em ordem decrescente, apresenta os municípios de Joinville, Florianópolis, Chapecó, Balneário Camboriú, Laguna, Lages, Pinhalzinho, São Bento do Sul e Ibirama.

Todos os municípios, com exceção do município de Laguna, apresentam valor médio do índice de cultura consideravelmente acima da média da mesorregião onde estão inseridos. Não é objetivo de análise deste trabalho, mas cabe destacar que há, nos municípios da amostra, aparente relação proporcional entre o índice de desenvolvimento econômico e cultural. Esta relação pode ser analisada em outros trabalhos.

Quanto ao desenvolvimento do Plano Nacional de Cultura, praticamente todos os municípios participaram das três reuniões do Conselho Nacional de Cultura, com exceção dos municípios de Ibirama e Laguna, que não participaram apenas do primeiro encontro.

Um ponto para refletir sobre os indicadores apresentados são os aspectos qualitativos do item “Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura”. Por considerar apenas a existência formal e legal da estrutura não podemos considerar o nível de atividade e funcionamento destas estruturas na realidade. Não pode-se afirmar, por exemplo, se o conselho de Política Cultural reuniu-se com frequência e representatividade adequada para deliberar, se o fundo municipal exclusivo de cultura vem sendo ativado em editais e projetos e qual o nível de desenvolvimento e execução das leis e planos de cultura aprovados.

Os indicadores do IDMS, baseados em dados de 2014 do IBGE, confirmam que todos os municípios aderiram ao SNC, a maioria em 2013, e que todos apresentam seu Conselho Municipal de Cultura estabelecido, com exceção de Laguna. Quanto ao Fundo de Cultura Exclusivo, todos os municípios haviam estabelecido a estrutura com exceção de Ibirama e Laguna.

A Legislação de proteção ao patrimônio cultural material e imaterial não está presente nos municípios de Ibirama, Pinhalzinho e São Bento do Sul. Sobre o Plano municipal de cultura, os dados da época apontam que os municípios de Balneário Camboriú, Florianópolis, Lages, Laguna, Pinhalzinho não possuíam o plano estabelecido. O destaque para a estrutura de gestão cultural fica para os municípios de Joinville e Chapecó, o que é confirmado pelas entrevistas

realizadas com o Pró-reitor de Extensão e Coordenação de Cultura da UDESC, enquanto um exemplo de desenvolvimento da política pública de cultura em Santa Catarina.

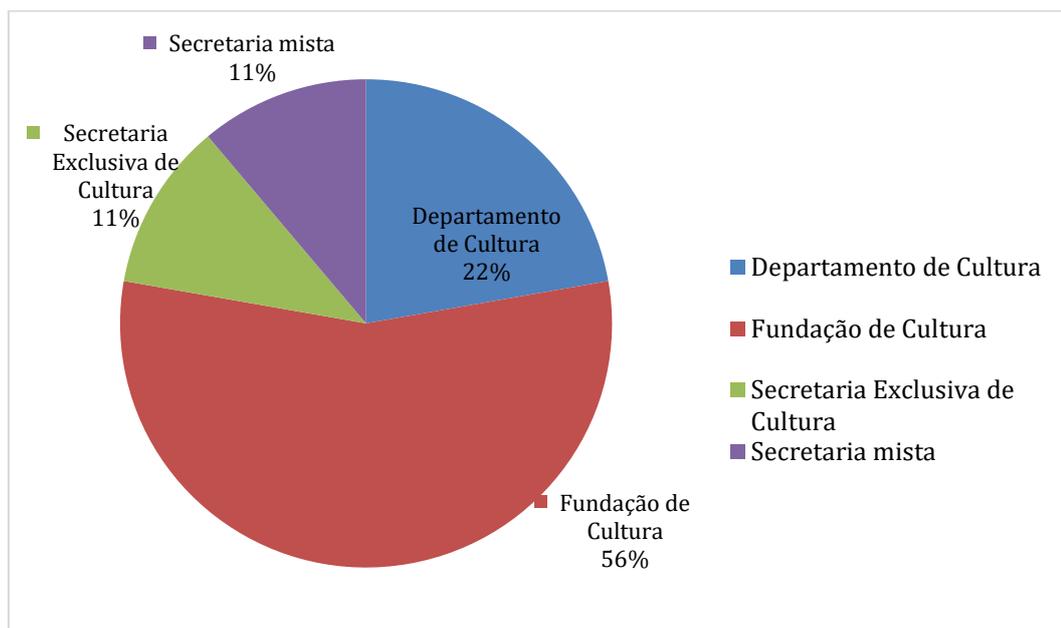
Todos os municípios da amostra apresentam um elevado para “Infraestrutura Cultural”, composta pelos subíndices de equipamentos socioculturais e meios de comunicação.

O indicador de “Iniciativas culturais da sociedade” também apresenta elevado conceito nos municípios. Apresentam índices menores neste quesito os municípios Ibirama e Pinhalzinho. Interessante considerar que, apesar da falta de estrutura ideal e o baixo nível de recursos, a sociedade viabiliza atividades culturais.

O Indicador “Recursos investidos” é o que apresentam pior desempenho entre os fatores analisados. Compõe este índice o “investimento em cultura per capita”, que acaba elevando o valor indicador final. Já o componente “Investimento em Cultura sobre a receita corrente líquida” representa a média mais baixa dentre todos os indicadores. O melhor índice é apresentado pelo município de Pinhalzinho. Estes dados confirmam que o setor de cultura, historicamente, não figura entre as prioridades de investimento público nos municípios catarinenses. Pelo contrário. E este fato representa um grande gargalo para o desenvolvimento do SNC, não só no estado, como no país todo.

Como forma de verificar o posicionamento da gestão cultural dentro do organograma municipal, verificou-se qual a estruturação do órgão de gestão municipal por meio da consulta dos sites institucionais municipais. Dentre as possibilidades encontradas estão a estruturação da gestão da cultura em: secretaria exclusiva (1 caso), secretaria mista (1 casos), fundação (5 casos), departamento (2 casos). Estes dados podem sugerir discussões sobre o nível de influência política do órgão, sua autonomia da gestão e a dotação orçamentária e de recursos humanos possíveis a cada configuração. A figura a seguir resume o quadro estrutural encontrado nos municípios da amostra.

Figura 9 – Tipos de estrutura de gestão cultural nos municípios da amostra



Fonte: Portais institucionais dos municípios. Organizado pelo autor, 2018.

2.7 POLÍTICA CULTURAL NA UNIVERSIDADE

Outra temática fundamental para esta pesquisa é a redefinição do papel da cultura na Universidade brasileira e da universidade na cultura. Diversas publicações tratam do tema, o que pode ser verificado analisando os painéis do O Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT (2015), congresso realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Segundo as conclusões:

... as universidades têm papel relevante para as políticas culturais e a vida cultural no Brasil e no mundo. Elas são vitais para: realização de críticas, estudos e pesquisas; atividades culturais de extensão; formação de pessoal em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação e assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade (ENECULT, 2015).

Apesar de alguns interessantes programas recentes dos Ministérios da Educação e da Cultura (como o programa Mais Cultura nas Universidades), estas e outras possibilidades, entretanto, não têm sido utilizadas em toda sua intensidade, inclusive porque as universidades brasileiras até hoje não dispõem de políticas culturais próprias, que articulem e potencializem suas intervenções. O simpósio visou discutir tais temas para conectar e empoderar a atuação das universidades no campo cultural (ENECULT, 2015).

Antes do evento supracitado, os trabalhos desenvolvidos durante o *1o. Seminário Cultura e Universidade: Bases para uma política nacional de Cultura para as Instituições de Ensino Superior*, ocorrido nos dias 22, 23 e 24 de abril de 2013, em Salvador, foram compilados em forma de revista reúne e apresenta os resultados. O evento reuniu mais de 500 pessoas dentre pró-reitores, docentes, pesquisadores, estudantes, gestores públicos dos Ministérios da Cultura, da Educação e da Ciência e Tecnologia. Os grupos de trabalho construíram propostas para implementação de um Programa que fortaleça a Arte e a Cultura no Ensino Superior do Brasil.

Na atualidade, aponta Rubim (2013), a política cultural é algo que ultrapassa a simples soma das políticas setoriais relacionadas com a arte e com a educação artística, pois supõe um esforço de articulação entre todos os agentes que intervêm no campo cultural. O resultado disso é o de que a institucionalização da cultura seja uma das características básicas do momento em que vivemos.

A Universidade, segunda esta perspectiva, deve então refletir sobre sua capacidade em incentivar, multiplicar, consolidar e reconhecer circuitos culturais, colaborando com articulação e qualificação do setor em diferentes escalas. A seguir busca-se delinear como é concebida a estruturada da política cultural da UDESC e seu desenvolvimento.

2.8 POLÍTICA CULTURAL DA UDESC: CONTEXTO ATUAL E PERSPECTIVAS

A relação da UDESC com o desenvolvimento cultural figura em seu estatuto, Aprovado pelo Decreto nº 4.184, de 06 de abril de 2006, cujo capítulo II - Dos Princípios e Fins, no Art. 4, determina que “A UDESC tem por fim a produção, preservação e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico, desportivo e cultural, por intermédio do fomento das atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

Para atingir esta finalidade, o estatuto prevê que a instituição deve:

- I – garantir a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas diversas áreas do conhecimento, comprometidos com a cidadania e a socialização do saber** (grifo nosso);
- II – estabelecer parcerias solidárias com a comunidade na busca de soluções coletivas e na construção de uma sociedade democrática,

plural e ética; **III – promover a inclusão social e étnica, respeitando a diversidade cultural** (grifo nosso); IV – contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, visando à melhoria da qualidade de vida da sociedade, com a busca da erradicação das desigualdades sociais e a utilização de tecnologias ecologicamente orientadas... (ESTATUTO DA UDESC, Cap II, Art. 4, 2016, grifo nosso).

Busca-se agora esclarecer como se realiza a estrutura de gestão cultural na UDESC. Institucionalmente, a gestão da cultura universitária está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade (Proex), sob qual está diretamente vinculada a Coordenação de Cultura - CCult.

A Cultura está presente na Política de Extensão, materializada na RESOLUÇÃO Nº 007/2011 - CONSUNI, desde seu capítulo primeiro, que trata das concepções. O Art.1º. delimita que a Extensão é entendida como um processo educativo, cultural e científico que viabiliza e propõe ações que respondam às demandas da sociedade e, nesta via de mão dupla, oportuniza um espaço de produção de novos saberes nas várias áreas de conhecimento, articulada com o ensino e a pesquisa, numa concepção transformadora e crítica.

O Parágrafo único destaca ainda que a Extensão deve ser dimensionada como ação política, estratégia democratizante do conhecimento com metodologias voltadas aos problemas sociais, capaz de assessorar e colaborar com a sociedade civil e o poder público, intervindo na solução de problemas de relevância social e técnica para a sociedade.

Alguns resultados esperados deste trabalho estão relacionados com o capítulo IV, que apresenta os objetivos da Política de Extensão. O Art. 6º define que os objetivos da Política de Extensão da UDESC são: I. Oportunizar a relação entre a Universidade e Sociedade com ações transformadoras capazes de promover soluções aos problemas locais e regionais; V. Estimular a produção e a expressão da diversidade cultural, artística, científica e tecnológica; VII. Promover Ações articuladas com os órgãos de fomento e de estímulo às políticas públicas relacionadas, prioritariamente, com as Áreas Temáticas da Extensão; VIII. Oportunizar Ações de Extensão voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Outro documento que situa a cultura na UDESC é o “Plano 20” (UDESC, p 28), que consiste em uma ferramenta de planejamento estratégico elaborada para que a UDESC realize seus objetivos institucionais. A última versão disponível, atualizada em 2015, inclui entre os focos de ação a responsabilidade

social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Fato fundamental registrar para este tópico foi que o Processo interno nº 155/2017/UDESC transitou pelas instâncias deliberativas da UDESC, sendo aprovado em outubro de 2017. Desta forma estabeleceu-se a RESOLUÇÃO Nº 056/2017 – CONSUNI, que Institui e regulamenta a (nova) Política Institucional de Cultura, o Comitê de Cultura e o Programa de Apoio à Cultura (ProCult) da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Dentre as motivações expostas e assinadas pelo Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade, está o fato de que a Política de Cultura da UDESC (Resolução Nº 084/2011 – Consuni) teve sua aprovação anterior a Emenda Constitucional Nº 71, de 29 de novembro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura. Igualmente anterior à época das discussões sobre a Política Nacional de Cultura e seu desdobramento nas universidades brasileiras, estabelecidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX.

Estas discussões sobre o papel da cultura estão explicitadas em diversas cartas do FORPROEX. Um exemplo é a “Carta de São Bernardo do Campo de 2016”, presente nos anexos, que ressalta a importância da articulação entre as políticas culturais das universidades brasileiras, o Plano Nacional de Educação - PNE, o Plano Nacional de Cultura - PNC e o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3, além da garantia de adequado aporte de recursos para a implementação da Política Nacional de Formação Artística e Cultural.

Neste sentido, o processo nº 155/2017/UDESC fez menção às estruturas previstas no Sistema Nacional de Cultura, que visam uma gestão eficaz, democrática e plural das ações culturais, perfeitamente adaptáveis às IES: 1º) órgãos gestores de cultura; 2º) conselhos de política cultural; 3º) planos de cultura; 4º) sistemas de financiamento à cultura; 5º) sistemas de informação e indicadores culturais. É enfatizado que estas estruturas estão presentes na gestão cultural em mais de 2 mil municípios, assim como na política de cultura de outras universidades brasileiras.

A mesma resolução institucionaliza na UDESC o Comitê de Cultura, o Plano Bianual de Atividades Culturais, o Sistema de Cartografia e Estatística das Ações Culturais e o Programa de Apoio aos Projetos Culturais. Assim sendo, a instituição, na Figura do Pró-Reitor Fábio Napoleão, considerou que:

...a Política Institucional de Cultura da UDESC cria os alicerces verdadeiramente adequados para efetivação dos princípios e objetivos voltados à produção, preservação e difusão do conhecimento artístico e cultural, previstos no Art. 4. do Estatuto da UDESC, anteriormente apresentado em detalhes (Processo nº 155/2017/UDESC, 2017, p.1).

Um importante destaque é realizado ao final da exposição de motivos. Sublinha-se que a busca pela excelência das atividades finalísticas no ensino superior requer que a cultura não seja tratada de forma acessória e residual, a começar por uma política institucional na área que expresse o que há de mais avançado nas discussões nacionais sobre o tema.

Com este tópico encerra-se a fundamentação teórica que baliza o desenvolvimento desta pesquisa e que, junto aos procedimentos metodológicos, irá fornecer subsídios para a consecução dos objetivos específicos e, por fim, do objetivo geral de propor ações para potencializar a articulação entre a política de cultura da UDESC e de municípios de Santa Catarina.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devem ser empregados na investigação (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 126). É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa que conduz ao adequado entendimento e processamento dos dados e informações e à formulação de proposta de solução ajustada ao problema apresentado.

Nesta seção são apresentados e detalhados os procedimentos metodológicos realizados com a finalidade de cumprir os objetivos desta pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa se enquadra no âmbito do mestrado profissional em administração do Programa de Pesquisa Pós-graduação em Administração de Empresas, do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG). Tem como área de concentração a gestão estratégica e a linha de pesquisa voltada à gestão, inovação e empreendedorismo: que propõe a realizar estudos e pesquisas, sobre as decisões e ações dos ambientes organizacionais, a exploração de novas ideias, assim como, o gerenciamento e o desenvolvimento de novos projetos no campo da administração.

Esta pesquisa está alicerçada no paradigma interpretativista, pois busca compreender o fenômeno relacionado ao processo de gestão da política pública de cultura nos municípios e na UDESC, a partir da perspectiva dos próprios gestores, ou seja, um processo flexível, aberto à visão dos atores pesquisados e à sensibilidade do contexto no qual a pesquisa está sendo realizada. Os resultados não são apenas os fatos em si, mas sim, a interpretação do pesquisador sobre interações com os indivíduos participantes de um determinado fenômeno, neste caso, da gestão cultural.

A ontologia desta pesquisa é a intersubjetiva, porque os resultados são frutos de uma construção social que provém da interpretação do pesquisador, resultantes das interações, com os vários indivíduos que participaram da pesquisa e atuam na área tema. No mesmo sentido, foi adotada a epistemologia

construtivista, pois os resultados serão construídos a partir da interação com os diversos agentes participantes do cenário delimitado.

Em resumo, a pesquisa foi realizada em três etapas distintas, conforme ilustrado no quadro a seguir:

Figura 10 - Quadro de resumo metodológico dos momentos da pesquisa

Momento I - Etapa descritiva: argumentos teóricos para fundamentação, descrição do estado vigente, depoimentos de especialistas, consulta a indicadores, análise documental e legislação do SNC. Análise de indicadores internos da política cultural da UDESC, seus referenciais normativos e sua relação com as diretrizes do SNC e PNC. Análise do perfil demográfico e do desenvolvimento cultural dos municípios da amostra. Nessa etapa emergiram os referenciais iniciais que orientaram a categorização analítica do trabalho. Além da análise de dados secundários, foram realizadas entrevistas de aprofundamento com os principais gestores de cultura da UDESC, lotados na reitoria. Estas entrevistas serviram para validar os apontamentos da revisão teórica e dos dados levantados a fim de refinar a elaboração das categorias de desafios e oportunidades utilizadas para a realização do momento II. Sendo assim, este primeiro momento foi orientado ao atendimento do objetivo específico (a).

Momento II – Etapa Exploratória. Levantamento dos dados primários para a consecução dos objetivos específicos b e c. Compreendeu a finalização da categorização de análise e elaboração das ferramentas de coleta de forma a permitir a posterior tabulação e análise. Testes para validação dos instrumentos de coleta. Realização de entrevistas e aplicação de questionários com servidores da UDESC envolvidos com a gestão cultural nos centros de ensino. Entrevistas e aplicação de questionários com gestores e profissionais que trabalham com gestão cultural nos municípios da amostra. As entrevistas e questionários realizados neste momento foram mais focadas em verificar a percepção dos agentes a partir das categorias de desafios e oportunidades, estabelecidas no momento I.

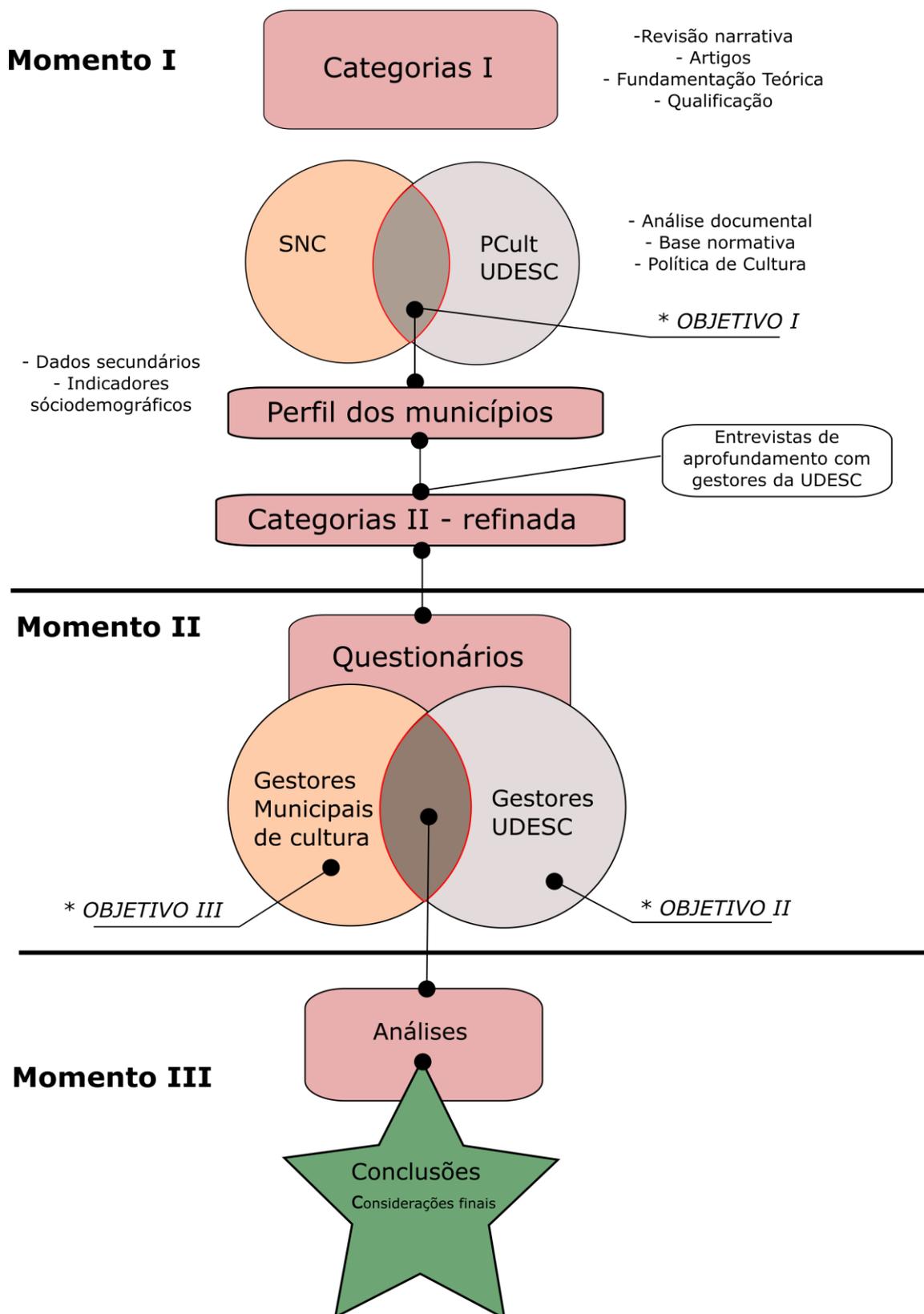
Momento III – Tabulação, compilação e hierarquização das categorias de análise a partir do material obtido com os instrumentos de coleta. Análise dos resultados obtidos e proposição de ações baseadas na triangulação dos dados levantados nas

etapas anteriores. Esta etapa considerou as informações obtidas de fontes secundárias, aspectos normativos legais, o referencial teórico e a percepção dos agentes do setor analisado. Elaboração de um plano de ações estratégicas e prioritárias identificando oportunidades de alinhamento entre a UDESC e os municípios em relação ao fortalecimento da política pública de cultura.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A visualização destas etapas pode ser ilustrada por meio da figura a seguir:

Figura 11 - Imagem esquemática para resumo metodológico



Fonte: Elaborada pelo autor, 2018.

3.2 POPULAÇÃO DA AMOSTRA

Dentro da UDESC, a amostra foi composta por servidores públicos que participam da gestão cultural na instituição, que segundo sua política de cultura, está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Comunidade e seus departamentos, mais especificamente a Coordenação de Cultura e os Diretores de Extensão dos centros de ensino abordados. Neste sentido, considerada uma amostra, não probabilística, composta pelos nove municípios nos quais a UDESC possui uma estrutura de cursos presenciais: Balneário Camboriú, Chapecó, Florianópolis, Ibirama, Joinville, Lages, Laguna, Pinhalzinho e São Bento do Sul.

Figura 12 - Quadro explicativo sobre a amostra dos representantes da UDESC.

	Município	Função	Representante
1.	Florianópolis	Pró-Reitor Extensão	Fábio Napoleão CESFI
2.	Florianópolis	Coord. Cultura UDESC	Ivan LuisTonon CEO
3.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC CEAD	X
4.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC CEART	Daiane Dordete Steckert Jacobs
5.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC CEFID	Sandroval Francisco Torres
6.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC ESAG	Ivonete Ramos
7.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC FAED	Rosa Elisabete Militz W. Martins
8.	Balneário Camboriú	Dir. Extensão /UDESC CESFI	Luiz Filipe Goldfeder Reinecke
9.	Chapecó e Pinhalzinho	Dir. Extensão /UDESC CEO	Marcel Manente Boiago
10.	Ibirama	Dir. Extensão /UDESC CEAVI	Jaison Ademir Sevegnani
11.	Joinville	Dir. Extensão /UDESC CCT	Cinara Menegazzo

12.	Lages	Dir. Extensão /UDESC CAV	Clóvis Eliseu Gewehr
13.	Laguna	Dir. Extensão /UDESC CERES	Renata Rogowski Pozzo
14.	São Bento do Sul	Dir. Extensão /UDESC CEPLAN	Alex Luiz de Sousa

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Nestes municípios buscou-se entrevistar os Secretários de Cultura, Coordenadores de Cultura ou representantes equivalentes do órgão gestor de cultura municipal conforme apresentado na figura que segue:

Figura 13 - Quadro explicativo sobre a amostra dos representantes dos municípios

	Municípios	Representante	Função
1.	Balneário Camboriú	Ana Mattar	Diretora da Fundação
2.	Chapecó	Roselaine Barboza Vinhas	Secretária de Cultura
3.	Florianópolis	Roseli Maria da Silva Pereira	Superintendente da Fundação
4.	Ibirama	Grégory Peter Kietzer	Secretário de Cultura
5.	Joinville	Evandro Censi	Diretor Executivo Secretaria
6.	Lages	Gilberto Ronconi	Superintendente da Fundação
7.	Laguna	Márcio José Rodrigues Filho	Presidente da Fundação
8.	Pinhalzinho	X (Não respondeu)	X (Não respondeu)
9.	São Bento do Sul	Márcio Brosowsky	(Presidente Fundação)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A limitação da abrangência estadual também é justificada, pois o setor cultural compreende a complexidade social de cada região, que possui fatores distintos de geografia, economia, desenvolvimento social, educação, tradições e hábitos. Fato este que pode ser verificado em Santa Catarina por suas diversas etnias constituintes com festas, sotaques, tradições particulares que fazem parte fundamental na determinação de sua identidade e vocações regionais.

Foram entrevistadas vinte e duas pessoas durante o desenvolvimento da pesquisa. Na sequência apresenta-se o processo de elaboração dos instrumentos de coleta utilizados para a obtenção dos resultados pretendidos neste trabalho.

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA

As estratégias de pesquisa aplicadas neste trabalho buscaram realizar um diagnóstico interativo por meio de uma pesquisa participante. Desta forma, foram empregadas técnicas de coleta de dados combinadas. Esta combinação permitiu triangulação de dados objetivando maior riqueza interpretativa no intuito de elaborar conclusões pertinentes. Buscou-se ir a campo para captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando diversos pontos de vistas relevantes.

A triangulação tem sido amplamente discutida e muito bem aceita, tanto na coleta como na análise de dados. É considerada como uma combinação de metodologias diferentes para analisar o mesmo fenômeno, de modo a consolidar a construção de teorias sociais com a redução de eventuais vieses no processo, assegurando a compreensão mais profunda do fenômeno investigado. A triangulação deve ampliar as atividades de pesquisa utilizando mais de um método, mais de uma fonte de dados ou mais de um pesquisador. (FLICK, 2009)

Mais recentemente Flick (2013) definiu o método de triangulação simplesmente como estudar um tema e um problema de pesquisa baseado em duas perspectivas privilegiadas. Isso significa assumir diferentes visões a respeito da questão de pesquisa que se busca responder, combinando-se distintos tipos de dados sob uma abordagem teórica e produzindo-se um conhecimento adicional em relação ao que seria possível adotando-se uma única perspectiva. Trata-se, portanto, de um método que utiliza dados adicionais para validar ou ampliar as interpretações feitas pelo pesquisador.

Para o desenvolvimento desta dissertação foi utilizada, inicialmente, uma pesquisa descritiva, por meio de dados secundários, para o levantamento do referencial teórico e sua contextualização ao foco de análise deste trabalho. O objetivo desta etapa foi entender o conceito de cultura, a política pública de cultura, a cultura na universidade, as bases normativas, o contexto atual, seus

desafios e oportunidades que influenciam na articulação da Universidade pública para o fortalecimento da política de cultura nos municípios catarinenses da amostra.

A pesquisa bibliográfica e revisão narrativa foi realizada nas bases de dados da CAPES, EBSCO e Google Scholar, e envolveu o enfoque do estudo de artigos e produções acadêmicas nacionais, pela necessidade de encontrar um conteúdo mais focado nas particularidades do contexto nacional. A produção acadêmica internacional, presente em artigos e livros, foi mais utilizada como referencial na definição da evolução de aspectos teóricos mais amplos. Os artigos selecionados utilizaram o critério de relevância, ou seja, foram utilizados os artigos mais citados sobre cultura, política pública, política pública de cultura, e cultura na universidade.

Uma outra fonte de referência bibliográfica nacional foram os anais de eventos e publicações de setores específicos sobre cultura. Este foi o caso dos materiais elaborados, por exemplo, pelo ENECULT, Fundação Itaú Cultural, Universidade Federal da Bahia, Ministério da Cultura, Ipea, IBGE, entre outros. Fontes estas que ajudaram a mapear uma rede de pesquisadores ativos e atuais. Sendo que muitos destes pesquisadores participaram do processo de formulação da política cultural, seja colaborando ou ocupando cargos no poder executivo no âmbito estadual ou federal. Esta etapa exploratória está formalizada no APÊNDICE A.

Com o intuito de atender o objetivo (a), de descrever a inter-relação e nível de alinhamento da política cultural da UDESC com o Plano Nacional de Cultura, realizou-se a análise documental mais focada no cruzamento do conteúdo normativo da política de cultura vigente na UDESC com o PNC e SNC. Para isto, foi estabelecida uma tabela comparativa entre os conceitos, diretrizes e objetivos constantes em cada um dos documentos analisados.

Para a consecução dos objetivos específicos de identificar a percepção dos gestores de cultura da UDESC e municípios frente aos desafios e oportunidades de articulação foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e questionários. Porém, para se obter estas ferramentas houve um processo anterior de categorização dos itens mais relevantes, dentre desafios e oportunidades, apontados pelo referencial teórico, especialistas, e os principais gestores de cultura da UDESC.

Segundo Jacob (2004), categorização é o processo de dividir o mundo em grupos de entidades cujos membros têm similaridades entre eles dentro de um determinado contexto. Agregar as entidades em categorias leva o indivíduo a perceber ordem no mundo que o circunda. Segundo Barite (2000), as categorias são usadas como ferramentas para se descobrir certos padrões e noções do mundo físico e ideal, de acordo com as propriedades dos objetos. Para que o conhecimento possa ser disseminado, são realizados processos cognitivos conhecidos como classificação, ordenação e organização da informação. A classificação é, portanto, uma capacidade conceitual humana, que utiliza as categorias como ferramentas. (JACOB, 2004).

As categorias de análise foram definidas, inicialmente, a partir do material referencial base e, posteriormente, redefinidas com o surgimento de novos elementos a partir da análise documental e das entrevistas com os principais gestores de cultura na UDESC. Buscou-se assim, expandir e aprofundar o delineamento das categorias estabelecidas durante o processo de pesquisa.

Lotados na Reitoria da UDESC, foram entrevistados o Pró-Reitor de Extensão, senhor Fábio Napoleão e o Coordenador de Cultura, senhor Ivan Tonon. As entrevistas foram realizadas presencialmente no dia dezoito de outubro de dois mil e dezessete. Tiveram a duração média aproximada de uma hora e trinta minutos. O conteúdo das respostas foi registrado em gravação de áudio e, posteriormente, transcrito. O roteiro das entrevistas e o material resultante das suas transcrições pode ser conferido no APÊNDICE C e D.

O roteiro destas entrevistas incluiu: a sensibilização inicial sobre o tema e o objetivo geral da pesquisa; as percepções gerais sobre o tema cultura na universidade e políticas municipais de cultura do SNC; verificação do reconhecimento do potencial de articulação entre a política cultural e o desenvolvimento do SNC nos municípios da amostra (primeiro objetivo específico); definição das categorias onde se verifica maior potencial de articulação; e os maiores desafios para a implementação das políticas públicas de cultura.

A partir do agrupamento entre os itens mais alinhados dentro das diretrizes do SNC e da política cultural da UDESC, além dos apontamentos teóricos, dados coletados e das entrevistas realizadas estabeleceu-se a categorização conforme segue em resumo:

Figura 14 - Quadro resumo do processo de categorização

2 Categorias	Oportunidades (1) e desafios (2). Representam o agrupamento de fatores facilitadores ou dificultadores, respectivamente, para a potencialização da articulação entre a política de cultura da UDESC e municípios.
4 Subcategorias	Extensão (1), Pesquisa (2), Ensino (3), e Apoio institucional (4): Representam grupos de ações por meio dos quais a UDESC pode desempenhar um papel institucional na área de cultura.
Questões categóricas	Itens que materializam na forma de questões propositivas as possibilidades de atividades que efetivem os grupos de ações (subcategorias) e categorias estabelecidas. Assim sendo, foram estabelecidas 10 itens/questões para a categoria “Desafios” e 14 questões para a categoria “Oportunidades”. Necessário considerar que uma questão pode implicar em mais de uma subcategoria, em graus diferenciados de pertinência. Por exemplo, uma oficina de capacitação pode envolver “Extensão” e “Ensino”.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O quadro geral de categorias de análise, assim como suas referências originárias, pode ser encontrado no Apêndice E.

A partir desta categorização foram elaborados os questionários semiestruturados com o objetivo de determinar as percepções dos representantes da UDESC e municípios sobre gestão cultural. Estes instrumentos representaram uma forma de captar e consolidar a percepção dos agentes consultados a partir das categorias de análise que permitissem a posterior tabulação, hierarquização, análise e elaboração de conclusões. Os questionários semiestruturados foram elaborados a partir do modelo de referência apresentado no APÊNDICE F.

Após elaborados os questionários, deu-se a coleta de dados para consecução dos objetivos. O segundo objetivo específico, de verificar a percepção da UDESC, foi realizado por meio da aplicação de questionários

semiestruturados com servidores responsáveis pela gestão cultural na instituição e nos centros de ensino. Foram consultados o Pró-reitor de Extensão, o Coordenador de Cultura e os Diretores de Extensão dos centros presentes nos municípios da amostra.

Os questionários dirigidos aos diretores de extensão incluíram questões abertas, visando captar percepções particulares, além de questões fechadas orientadas e segmentadas por categorias de ação pré-definidas. Para captar a percepção nas respostas fechadas foi utilizada uma escala Likert. Um primeiro bloco de questões abordou os desafios para o desenvolvimento de ações e da política de cultura da instituição, que podem não ser necessariamente as mesmas dificuldades enfrentadas pelos municípios. O segundo bloco levantou a percepção sobre o potencial de articulação da UDESC com os municípios visando o fortalecimento das ações na área de cultura. O quadro a seguir apresenta o detalhamento da aplicação destes questionários, bem como a forma de contato utilizada.

Figura 15 – Coleta de dados com a amostra dos representantes da UDESC

	Município	Função	Representante	Data/ Forma de contato
1.	Florianópolis	Pró-Reitor Extensão	Fábio Napoleão CESFI	18/10/2017 Pessoalmente
2.	Florianópolis	Coord. Cultura UDESC	Ivan LuisTonon CEO	18/10/2017 Pessoalmente
3.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC CEAD	X	
4.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC CEART	Daiane Dordete Steckert Jacobs	07/11/2017 E-mail
5.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC CEFID	Sandroval Francisco Torres	X
6.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC ESAG	Ivonete Ramos	19/10/2017 Pessoalmente
7.	Florianópolis	Dir. Extensão /UDESC FAED	Rosa Elisabete Militz W. Martins	23/10/2017 Pessoalmente
8.	Balneário Camboriú	Dir. Extensão /UDESC CESFI	Luiz Filipe Goldfeder Reinecke	06/11/2017 E-mail

9.	Chapecó e Pinhalzinho	Dir. Extensão /UDESC CEO	Marcel Manente Boiago	25/10/2017 E-mail
10.	Ibirama	Dir. Extensão /UDESC CEAVI	Jaison Ademir Sevegnani	06/11/2017 Pessoalmente
11.	Joinville	Dir. Extensão /UDESC CCT	Cinara Menegazzo	07/11/2017 E-mail/ telefone
12.	Lages	Dir. Extensão /UDESC CAV	Clóvis Eliseu Gewehr	06/11/2017 E-mail
13.	Laguna	Dir. Extensão /UDESC CERES	Renata Rogowski Pozzo	08/11/2017 E-mail
14.	São Bento do Sul	Dir. Extensão /UDESC CEPLAN	Alex Luiz de Sousa	08/11/2017 E-mail

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O terceiro objetivo específico de determinar a percepção dos municípios sobre o objeto de pesquisa foi abordado de forma similar ao segundo objetivo específico. Seguindo a metodologia, foram entrevistados Secretários de Cultura ou Coordenadores de Cultura dos municípios. O quadro a seguir apresenta como se deu a coleta de dados com os representantes dos municípios.

Figura 16 – Coleta de dados com a amostra dos representantes dos municípios

	Municípios	Representante	Função	Data e forma de contato estabelecida para coleta dos dados
1.	Balneário Camboriú	Ana Mattar	Diretora da Fundação	17/11/2017 17:12:53 E-mail
2.	Chapecó	Roselaine Barboza Vinhas	Secretária de Cultura	06/11/2017 E-mail/ Telefone
3.	Florianópolis	Roseli Maria da Silva Pereira	Superintendente da Fundação	04/12/2017 E-mail/ Telefone
4.	Ibirama	Grégory Peter Kietzer	Secretário de Cultura	23/11/2017 E-mail
5.	Joinville	Evandro Censi	Diretor Executivo Secretaria	29/11/2017 E-mail

6.	Lages	Gilberto Ronconi	Superintendente da Fundação	07/11/2017 Telefone
7.	Laguna	Márcio José Rodrigues Filho	Presidente da Fundação	01/12/2017 E-mail/ Telefone
8.	Pinhalzinho	X (Não respondeu)	X (Não respondeu)	Sem retorno após tentativas por telefone e e-mail.
9.	São Bento do Sul	Márcio Brosowsky	(Presidente Fundação)	14/11/2017 E-mail

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

O método foi utilizado pelo fato de levantar dados a partir de agentes envolvidos com o trabalho diário de dar vida às políticas públicas de cultura, seja na UDESC ou enquanto representante do poder municipal. A realização desta etapa permitiu colher informações novas além de esclarecer a percepção construída nas etapas anteriores da metodologia, fornecendo subsídios para uma conclusão mais apurada.

Em resumo, o levantamento de dados primários foi realizado em três momentos e com objetivos distintos:

Figura 17 – Quadro resumo sobre a coleta de dados primários

Momento	Descrição	Objetivo
I	Entrevista com o Pró-Reitor de Extensão e Coordenador de Cultura	Validar, expandir e aprofundar o delineamento das categorias de análise que subsidiaram a formulação dos questionários
II	Aplicação de questionários com servidores da UDESC responsáveis pela gestão cultural na instituição e nos centros de ensino.	Verificar como a UDESC (visão da UDESC) pode contribuir para o fortalecimento da articulação/integração dos municípios ao SNC.
III	Aplicação de questionários com servidores responsáveis pela gestão	Verificar como a UDESC pode contribuir para o fortalecimento da articulação/integração dos

	cultural nos municípios da amostra.	municípios ao SNC. (Visão dos municípios)
--	-------------------------------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Na sequência serão abordados os instrumentos de análise utilizados para compilar os resultados obtidos na coleta de dados.

3.4 TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS

Neste trabalho utilizou-se técnicas de análise de dados qualitativas além de ferramentas básicas de estatística descritiva. Para alcançar o objetivo geral de “propor ações para potencializar a articulação entre a política de cultura da UDESC e municípios de Santa Catarina” percorreu-se um caminho sequencial que contempla o cumprimento dos objetivos específicos conforme exposto na sequência.

O objetivo “a”, verificar o alinhamento da política de cultura da UDESC com o SNC, foi tratado a partir de dados secundários. Depois da organização e dados, empreendeu-se uma análise dos conteúdos e foram elaboradas tabelas para evidenciar as relações e facilitar as conclusões pretendidas. Por fim, as conclusões foram expostas de forma textual, incluindo a disponibilização de tabelas, no Apêndice B, para facilitar a verificação de informações e relações de forma mais visual. Uma das funções do objetivo específico (a) foi verificar o que é virtualmente e institucionalmente possível para a UDESC realizar de ações no âmbito cultural, sendo este o filtro maior para refinar a categorização dos itens de análise.

Segundo Bardin (2006), a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Para a utilização do método é necessária a criação de categorias relacionadas ao objeto de pesquisa. As deduções lógicas ou inferências que serão obtidas a partir das categorias serão responsáveis pela identificação das questões relevantes contidas no conteúdo das mensagens.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. A exploração do material constitui a segunda fase, que consiste na exploração do material com a definição de categorias e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nesta fase (Bardin, 2006).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (Bardin, 2006).

Tendo em vista as diferentes fases da análise de conteúdo proposta por Bardin (2006), destacam-se nesse trabalho, as dimensões da codificação e categorização que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências. No que tange à codificação, “corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão” (BARDIN, 2006, p. 103). Após a codificação, segue-se para a categorização, a qual consiste na:

Classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos ... sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2006, p. 117).

Para complementar a consecução do objetivo (a), algumas etapas da análise de conteúdo foram aplicadas ao material transcrito das entrevistas com os principais gestores de cultura da UDESC. Por meio da técnica de categorização foi empreendida a descrição e interpretação dos dados coletados. Os dados foram analisados de forma sistemática para "codificar" ideias, conceitos e temas, conforme eles se encaixassem nas categorias de oportunidades e desafios e nas subcategorias de grupos de ação. A codificação ajudou a organizar os dados e a identificar padrões e semelhanças, reforçando o delineamento das questões categóricas, base para a elaboração dos questionários. Está análise também encontra-se disponível no Apêndice E.

Já os objetivos “b” e “c”, de verificar a percepção dos agentes sobre desafios e oportunidades de articulação para o fortalecimento da política pública

de cultura, contaram com uma estrutura de análise mais baseada em dados primários. Estes objetivos demandaram maior atenção e esforço pela necessidade de organizar um maior número de dados levantados a partir das percepções baseadas em número de itens também elevado.

Os dados foram obtidos por meio dos instrumentos de coletas elaborados a partir das categorias, subcategorias e questões categóricas. Esta construção foi apresentada na seção 3.3 (figura 14) e encontra-se detalhada no Apêndice E. Para realizar a análise dos dados primeiramente foram organizadas as respostas das questões com uma nomenclatura que descreveu a categoria geral da questão e o grupo respondente analisados.

Figura 18 – Classificação e organização das respostas aos questionários

GRUPO	ANÁLISE
“(n°)DM”	Ordenação das questões sobre DESAFIOS na percepção dos MUNICÍPIOS
“(n°)DU”	Ordenação das questões sobre DESAFIOS na percepção da UDESC.
“(n°)OM”	Ordenação das questões sobre OPORTUNIDADES na percepção dos MUNICÍPIOS.
“(n°)OU”	Ordenação das questões sobre OPORTUNIDADES na percepção da UDESC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

A partir desta organização em grupos de análise, as questões referentes a cada grupo foram hierarquizadas segundo critérios previamente estabelecidos. O primeiro critério foi o somatório dos valores atribuídos pelos participantes para cada questão. Estes valores variaram dentro de cinco níveis de uma escala Likert. Nesta escala, o número “1” representava a menor baixa relevância da questão enquanto desafio ou oportunidade, assim como o número “5” indicava a percepção da mais elevada relevância da questão. Como segundo critério, foi priorizada no ranqueamento a questão que apresentou o maior valor de frequências para as respostas positivas quanto à relevância do item analisado (notas 4 e 5 da escala). As tabelas, que vem apresentadas no capítulo de desenvolvimento (seções 4.2 e 4.3), também apresentam a frequência relativa das respostas para cada questão.

Por exemplo, a classificação “3DM”, indica que esta questão aparece como a terceira mais relevante dentre as questões sobre desafios, segundo a percepção dos municípios da amostra.

Este processo resultou em um ranqueamento geral e definição das questões categóricas e suas subcategorias segundo a ordem de relevância, enquanto desafio ou oportunidade para articulação, na percepção dos gestores de cultura da UDESC e dos municípios da amostra. Para facilitar o reconhecimento visual das relações foram elaboradas tabelas em forma de teia objetivando identificar a rede de equivalências entre a percepção da UDESC e dos municípios. As tabelas são apresentadas e discutidas na seção cinco.

A conclusão da análise das informações levantadas foi realizada de modo a agrupar os pontos de articulação com maior potencial. Apresentou-se, por fim, a partir de uma visão teórico-prática, um plano com orientações estratégicas e prioritárias na condução das ações para a política pública de cultura da UDESC visando o fortalecimento da articulação com os municípios da amostra, atendendo assim, o objetivo da pesquisa.

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Entre as principais limitações encontradas no desenvolvimento da pesquisa estão: O fato do modelo de amostra não-probabilística inviabilizar o rigor estatístico da inferência dos resultados obtidos com a amostra perante a população pesquisada; Há limitações de análise da estatística descritiva, principalmente pela baixa variação entre os índices absolutos de algumas questões, após a hierarquização das respostas; A dificuldade de agendamento com os representantes municipais para realização de entrevistas presenciais foi um fator marcante, porém contornado com a utilização de tecnologias de comunicação diversas; A possibilidade de que a mudança dos gestores implique na alteração das percepções sobre os desafios e possibilidades de articulação propostos, sendo que se trata de um recorte temporal. Por fim, os dados levantados permitem estabelecer análises mais específicas, segmentadas por municípios, o que não foi realizado nesta oportunidade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS DADOS

Nesta seção são apresentados e detalhados os dados obtidos nas análises documentais sobre o alinhamento da política de cultura da UDESC ao PNC, bem como a partir das entrevistas e questionários realizados para verificar a percepção dos gestores municipais e universitários sobre os desafios e potenciais para articulação das ações em prol do fortalecimento da política pública cultural. A análise dos municípios em relação aos seus perfis e índices de desenvolvimento cultural foi apresentada no capítulo dois (seção 2.5).

4.1 INTER-RELAÇÃO E NÍVEL DE ALINHAMENTO DA POLÍTICA CULTURAL DA UDESC COM O PLANO NACIONAL DE CULTURA.

Considerando que a base normativa já foi apresentada anteriormente e que as leis e resoluções analisadas encontram-se disponíveis na íntegra para consulta na internet, seguimos com a análise da aderência entre elas. De forma geral, conclui-se que há um grande alinhamento entre a base normativa nacional e a política de cultura da UDESC. Salvo as particularidades do campo de ação e competência de cada instituição, podemos considerar que a atual Política de Cultura da UDESC, de novembro de 2017, apresenta ampla similaridade de conceitos, princípios, diretrizes, objetivos e metas em relação ao Plano Nacional de Cultura.

Como resultado destas análises foi gerada uma tabela com objetivo de evidenciar os pontos de alinhamento entre a política de Cultura da UDESC e o SNC. A tabela encontra-se disponível no APÊNDICE B.

Cabe destacar que a nova resolução da política cultural da UDESC, se comparada com a anterior, de 2011, intensificou o referido alinhamento. Por exemplo, a política de cultura atual cita explicitamente o PNC e propõe um modelo de estrutura de gestão para cultura semelhante ao indicado pela política nacional. Entre as inovações propostas estão a criação do Comitê de Cultura e o Programa de Apoio à Cultura (ProCult). Nesta proposta, ficará sob responsabilidade da Proex, através da Ccult, elaborar e executar o Plano Bianual de Cultura, o ProCult, além de coordenar ações de fomento, intercâmbio e promoção da cultura presentes na Política Institucional de Cultura da UDESC.

Passaremos a descrever o alinhamento dos conceitos estruturantes que orientam o Plano Nacional de Cultura e a Política de Cultura da UDESC. Ambos consideram a Cultura como conceito abrangente que compreende as dimensões simbólica, cidadã e como vetor de desenvolvimento. Coincidem também ao afirmar a cultura como algo dinâmico, construído no espaço tempo pela transversalidade de relações sociais marcadas pela diversidade. Consideram a importância da sociedade como geradora e dinamizadora da cultura, cabendo ao Estado articular, fomentar e regular os serviços e bens culturais.

Alguns aspectos marcam características específicas de cada instituição, como a função do MinC de promover e executar políticas e ações culturais no território nacional. A UDESC apresenta, por sua vez, a premissa de realizar suas ações culturais priorizando a articulação entre ensino, a pesquisa e a extensão.

Há também alinhamento entre os princípios e diretrizes da política de cultura da UDESC com o que é apresentado no Sistema Nacional de Cultura. Esse alinhamento se manifesta: no reconhecimento da diversidade das expressões culturais, seus múltiplos aspectos e no pluralismo de opiniões e formas; na universalização e democratização do acesso aos bens e serviços culturais bem como o fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento desses bens culturais. Novamente a transversalidade da cultura é registrada como eixo na formação em todas as áreas de conhecimento para o desenvolvimento sustentável. Observa-se a mútua preocupação em construir e ampliar mecanismos para a participação da sociedade civil nas ações culturais.

O Plano Nacional de Cultura apresenta dezesseis objetivos definidos. Fica evidente o maior alinhamento entre a nova Política de Cultura da UDESC a esses objetivos. O plano de cultura anterior já relacionava entre seus objetivos a valorização da diversidade de identidades, o estímulo à presença da arte e cultura no ambiente educacional e a ampliação da participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado. A nova proposta de política cultural universitária mantém esses objetivos e aprofunda o alinhamento em outros aspectos como: a proteção e promoção do patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; a valorização e difusão das criações artísticas e bens culturais; o estímulo ao pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos; o estímulo à sustentabilidade socioambiental; reconhecimento dos saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus

detentores; e articulação e integração dos sistemas de gestão cultural. O PNC, por sua vez, apresenta particularidades nos objetivos de fomentar a capacitação, profissionalização e gestão participativa e descentralizada do setor no país.

Quanto à estrutura de funcionamento, a antiga Política de Cultura da UDESC apresentava uma composição de fluxos e gestão comum a maioria dos outros setores e processos existentes na Universidade. Neste contexto atual, as instâncias legais da Cultura na UDESC eram: I. Departamento - menor fração da estrutura universitária para efeitos das deliberações de ordem didática, científica e administrativa, sendo responsável pelo recebimento, cadastro e remessa das ações para as Direções de Extensão de cada Centro (incluindo as ações de cultura); II. Direções de Extensão – responsáveis pela supervisão das ações, utilização de recursos financeiros pleiteados pelos Centros, gestão dos bolsistas e encaminham as ações e relatórios para a Coordenação de Cultura da PROEX; III. CONCENTRO - Instância que homologa as Ações de Cultura aprovadas nos Departamentos e Comissões de Extensão dos Centros; e IV. PROEX - Representada pela Coordenação de Cultura, que recebe, elabora a instrução técnica e encaminha as Ações para os pareceristas *ad hoc* externos.

A nova política de cultura da UDESC, em vigor, apresenta uma tendência de adotar o modelo de estrutura para gestão de cultura presente no SNC. Instituiu o Comitê de Cultura da UDESC, como órgão consultivo e fiscalizador da Ccult-Proex, que tem por finalidade: I. Propor mudanças nas normativas que regulamentam a política e as ações de cultura; II. Analisar e emitir parecer sobre o Programa de Apoio aos Projetos de Cultura (ProCult); III. Propor medidas e ações que visem implementar a Política Institucional de Cultura da UDESC; IV. Auxiliar a Ccult na elaboração do Plano Bianual de Atividades de Cultura da UDESC, do ProCult, que deverá respeitar o PDI, o Plano de Gestão da Reitoria da UDESC, o Plano Nacional de Cultura e as diretrizes nacionais e regionais do FORPROEX; V. Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados às atividades de cultura.

Cada centro de ensino, neste novo contexto, poderá instituir a sua comissão de cultura, com o intuito de auxiliar o membro do comitê de cultura e orientar propor ações no âmbito do centro. O modelo proposto permite maior descentralização e participação no desenvolvimento das ações em cultura. Da

mesma forma, proporciona maior capacidade de construção de uma linha de ação institucionalmente mais forte e integrada no setor cultural.

O ProCult é um programa de apoio às iniciativas artístico-culturais coordenadas por docentes ou técnicos universitários da UDESC. As ações de cultura estão vinculadas à Proex, através da Ccult, e às direções de extensão, cultura e comunidade nos centros, instâncias responsáveis pelo suporte à execução das atividades artístico-culturais. O financiamento das ações de cultura será proveniente de recursos: I. Do Fundo de Cultura do Estado de Santa Catarina; II. De instituições públicas e/ou privadas de fomento; III. De percentual acordado em contratos e/ou convênios firmados com entidades financiadoras; IV. Do pagamento por prestação de serviços.

A conclusão desta confrontação de conteúdo é de que as alterações contidas na nova Política Institucional de Cultura da UDESC, aprovada em novembro de 2017, apresentou maior alinhamento aos conceitos, diretrizes e objetivos materializados no Plano Nacional de Cultura.

Dentre essas mudanças, destaca-se os seguintes aspectos na relação a ser estabelecida com a sociedade: b) Construir e fortalecer parcerias institucionais entre os campus da UDESC e municípios das regiões onde se localizam as unidades de ensino da Universidade, visando à realização de manifestações culturais e artísticas; c. Articular proativamente a política cultural universitária com políticas regionais e locais; d. Vincular esse segmento da Universidade com as estruturas de governo relacionamento à gestão da cultura, garantindo que a UDESC seja reconhecida como espaço de gestão, produção e realizações de ações culturais; f. Incentivar o diálogo com as demais instituições de ensino superior públicas do Estado de Santa Catarina e também de outros estados por meio do FORPROEX, possibilitando a consolidação de uma política cultural articulada e unificada; g. Realizar trocas acadêmicas em artes e em cultura com instituições de ensino superior – públicas e privadas – de toda região em que estão sediadas as unidades de ensino da UDESC. Acredita-se que este trabalho poderá auxiliar no desenvolvimento destes objetivos.

Será abordada na próxima seção a análise, por meio dos dados coletados, da percepção dos representantes da UDESC perante as categorias estabelecidas neste trabalho.

4.2 A PERCEPÇÃO DA UDESC

A percepção dos representantes da UDESC sobre o tema deste trabalho deu-se por dois momentos complementares entre si. Primeiramente, por meio de entrevistas com gestores estratégicos da UDESC, que exercem relação direta com o setor de cultura na universidade. Neste caso, foram entrevistados o Pró-Reitor de Extensão - PROEX e o Coordenador de Cultura – CCULT como forma de melhor definir as categorias de análise. Em um segundo momento, por meio de questionários, buscou-se identificar a percepção dos servidores responsáveis pela Direção de Extensão de cada Centro, localizados nos municípios da amostra. Tanto as entrevistas transcritas quanto a tabulação dos questionários estão dispostos no apêndice deste trabalho.

Os gestores entrevistados vinculados à Reitoria, demonstraram grande interesse e familiaridade com a temática além de atualização sobre o que vem sendo discutido nos diversos âmbitos representativos, seja regional ou nacionalmente. De modo geral, a grande maioria dos respondentes acredita no potencial da UDESC de fortalecer a política municipal de cultura nas cidades onde possui campus presencial.

As respostas abertas foram coletadas antes que os participantes tivessem acesso às categorias de análise apresentadas nas questões fechadas, ou seja, são opiniões apresentadas de forma mais natural pelos diretores de extensão dos centros, sem um possível direcionamento de viés causado pelo conhecimento das categorias de análise.

Encontramos consenso nas afirmações positivas em relação a atuação da instituição enquanto ator de desenvolvimento cultural no estado. A geração de oportunidades de atividades culturais foi reconhecida como um dos papéis importantes da universidade e que sua política de cultura já indicaria uma série de ações que podem ser desenvolvidas. Neste sentido, um respondente considerou que, para as ações de extensão, seja qual a área, quanto mais próximo da comunidade melhor.

A partir da tabulação e análise das respostas às questões fechadas, baseada em categorias de análise pré-estabelecidas, tem-se uma visão geral da perspectiva dos Diretores de Extensão frente aos desafios para o desenvolvimento da política de cultura da UDESC. Os desafios são

apresentados pela ordem decrescente da relevância apontada hierarquização das respostas recebidas

Figura 19 – Quadro da tabulação dos questionários: desafios UDESC

		QUESTIONÁRIO: DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE CULTURA DA UDESC										
		1DU	2DU	3DU	4DU	5DU	6DU	7DU	8DU	9DU	10DU	*IA/CentRespDU
CENTRO DE ENSINO	ESAG	5	5	5	5	5	5	5	5	3	2	0,9
	FAED	3	4	4	4	3	1	4	3	5	3	0,68
	CEO - C	4	3	4	3	3	4	2	1	2	1	0,54
	CESFI	3	3	2	2	1	4	2	3	2	3	0,5
	CEAVI	3	5	5	5	2	3	4	3	4	2	0,72
	CAV	2	2	3	1	2	3	1	2	x	1	0,34
	UDESC Joinville	5	5	4	5	5	5	3	3	2	4	0,82
	CEART	5	4	4	5	5	3	5	5	5	5	0,92
	Udesc Laguna	4	5	3	5	5	3	5	4	4	3	0,82
	CEPLAN	5	1	3	1	3	3	1	3	3	3	0,52
DADOS ESTATÍSTICOS	Somatório	39	37	37	36	34	34	32	32	30	27	
	Moda	5	5	4	5	5	3	5	3	2	3	
	**IA/QuestãoDU	0,78	0,74	0,74	0,72	0,68	0,68	0,64	0,64	0,60	0,54	
	Freq. Relativa %	1DU	2DU	3DU	4DU	5DU	6DU	7DU	8DU	9DU	10DU	
	1	0%	10%	0%	20%	10%	10%	20%	10%	0%	20%	
	2	10%	10%	30%	10%	20%	0%	20%	10%	30%	20%	
	3	30%	20%	10%	10%	30%	50%	10%	50%	20%	40%	
	4	20%	20%	40%	10%	0%	20%	20%	10%	20%	10%	
5	40%	40%	20%	50%	40%	20%	30%	20%	20%	10%		

1DU	A percepção da cultura como um setor relevante na universidade	Valorização da Cultura	0,78
2DU	Baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais nos Centros de Ensino	Circulação	0,74
3DU	Baixa adesão e participação da comunidade nos eventos propostos	Interesse social	0,74
4DU	Baixa disponibilidade de recursos para ações culturais na universidade	Recursos	0,72
5DU	Concentração histórica das iniciativas no Campus I	Política pública	0,68
6DU	Baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município onde o campus está inserido	Produção	0,68
7DU	Baixa formação ou capacitação dos recursos humanos para a gestão cultural na universidade	Capacitação	0,64
8DU	Comunicação e publicidade das ações culturais junto ao público	Comunicação	0,64
9DU	Ausência de estrutura física e espaços culturais disponíveis	Estrutura física	0,60
10DU	A atual política de cultura da UDESC	Política Pública	0,54

*IA/CentResp	Índice absoluto geral por centro respondente
**IA/Questão	Índice absoluto geral de cada questão

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

O maior desafio, considerando a opinião dos diretores de extensão, é o próprio estabelecimento da percepção da cultura como um setor relevante na universidade (1DU). Esta opinião corrobora a percepção do atual Coordenador de Cultura, Ivan Tonon, que considera o principal desafio posicionar a cultura, o processo de fomento, desenvolvimento e fruição da arte e da cultura dentro do eixo de ensino, pesquisa e extensão, que é o que a Universidade geralmente

tem como prioridade. Para Ivan, este é um desafio pois nem sempre a cultura é percebida desta forma. Muitas vezes ela é vista como algo acessório, que possa cobrir algumas pequenas lacunas de eventos ou de outras abordagens mais periféricas. Então, a cultura deveria ser colocada no centro, o que considera uma perspectiva difícil.

Referindo-se ao reconhecimento da cultura, foi apresentada nas respostas abertas a necessidade de certa vontade política para se abranger a comunidade e levar esta predisposição para desenvolver a cultura nos centros. Ocorreram citações sobre a importância do apoio e presença institucional da UDESC, participando efetivamente do Conselho Municipal de Políticas Culturais e acompanhando as discussões sobre o desenvolvimento da política pública de cultura nos municípios.

Seguem, em ordem de relevância, os desafios da baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais nos Centros de Ensino (2DU), além da baixa adesão e participação da comunidade nos eventos propostos (3DU).

Para Ivan Tonon, temos uma política estadual de cultura pouco consolidada. Isso quer dizer que não temos leis de incentivo à cultura adequadas nem um sistema de cultura estadual consolidado. Então, essa ausência de políticas públicas de cultura acaba resultando na necessidade de que a Universidade, por ter uma ação na cultura através do seu centro de artes (CEART), seja protagonista nessa produção artística. Ela tem o protagonismo de produção, mas também a dificuldade de ter o protagonismo na questão de fomento, porque não existe uma verba específica para isso e nem é o objetivo fim da instituição o que gera um certo conflito. Por vezes a Universidade quer suprir essa lacuna deixada pelo Estado e, por vezes, não quer. Mas, para Ivan, querendo ou não, essa lacuna é uma realidade que está posta e é sim uma dificuldade.

Foi reconhecida nas respostas abertas a necessidade de promoção e circulação de eventos culturais, dada a excelência em cursos voltados a este fim, talvez de forma itinerante, e em parceria com as prefeituras e outras instituições culturais. Houve o reconhecimento da qualidade das atividades desenvolvidas pelo do centro de artes, CEART, afirmando ainda, que cada centro pode direcionar sua vocação e expertise para realizar atividades culturais integradas

e alinhadas. A FAED, por exemplo, considera que contribui com projetos de valorização da cultura popular local, seja por meio da extensão, pesquisa ou apoio institucional na divulgação de eventos.

Quanto a participação da comunidade, houve por parte dos entrevistados a consideração de que esta participação institucional na cultura somente será efetiva se a UDESC já estiver, histórica e organicamente, conectada com atores culturais da cidade: grupos, movimentos, instituições, entidades. Interagindo com a comunidade, criando grupos/comissão internos para discussão de temáticas transversais. Esta conexão dar-se-ia basicamente via extensão universitária. Além disso, acredita-se que articulando parcerias com a sociedade, seja iniciativa privada ou o município, pode haver maior potencial de ações estruturadas e de maior impacto.

Entre os itens de média relevância encontramos: a baixa disponibilidade de recursos para ações culturais na universidade (4DU); a concentração histórica das iniciativas no Campus I (5DU); o baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município onde o campus está inserido (6DU); e recursos humanos, para a gestão cultural na universidade (7DU). Observa-se que a opinião sobre a baixa disponibilidade de recursos apresentou o maior índice de variância, o que pode representar a falta de alinhamento dos respondentes quanto a percepção da relevância atribuído ao item.

Na opinião do Pró-Reitor de Extensão, Fábio Napoleão, o principal desafio que envolve a questão do desenvolvimento da cultura na instituição diz respeito à questão orçamentária. Talvez, afirma Napoleão, este seja um dilema presente quando se trata da cultura em outros patamares, a exemplo do próprio MinC, das secretarias de Cultura. O tratamento que se dá à cultura é um tratamento residual, de gastos que não são considerados investimentos.

Em relação aos recursos para cultura, outros entrevistados reconheceram o quanto os fatores econômicos limitam as prefeituras em oferecer alojamento e alimentação para a realização e circulação de espetáculos. Na política e gestão deve-se portanto buscar ferramentas para facilitar a logística, transporte e alimentação para realizar espetáculos nos municípios.

Quanto aos recursos humanos para gestão cultural na universidade, Tonon acredita que o ideal seria que houvesse um servidor, ou parte de horas de dedicação de um servidor, junto às direções de extensão, para focar atenções

no trabalho de cultura. Inclusive na parte de políticas públicas, seria possível, por exemplo, havendo envolvimento das direções de extensão, a participação de um servidor da UDESC no conselho de políticas públicas dos municípios onde a instituição se insere. Afirma que seria algo relevante e que pode ser pensado, caso seja percebido como essencial por parte da instituição.

Outra resposta destacou o potencial da UDESC em influenciar a qualificação dos profissionais da arte e cultura dos municípios por meio de cursos de extensão e de capacitação profissional. Isto poderia ser realizado com a oferta de cursos nas áreas de arte e cultura para a comunidade, da capacitação de produtores culturais locais e na apresentação de trabalhos de excelência artística desenvolvidos na UDESC.

Os menores níveis de relevância foram atribuídos para as questões de: comunicação e publicidade das ações culturais junto ao público (8DU); ausência de estrutura física e espaços culturais disponíveis (9DU); e, o menor de todos, para a atual política de cultura da UDESC (10DU) - na época das respostas era vigente a resolução de 2011.

A opinião do Pró-Reitor Napoleão por sua vez, é que a estrutura da UDESC, por contar com o CEART, centro com expertise na área de produção cultural, possui pessoas qualificadas e disponíveis para levar arte e cultura para todo o estado e o que falta, portanto, é a estrutura. Sendo assim, se faz necessário cuidar da parte de infraestrutura e orçamento. Pró-Reitor acredita que os centros é que são desprovidos do aparato necessário para promover cultura, seja espaço como teatros, estrutura de sonorização e uma equipe técnica voltada para isso. 'Há uma "Proexdependência"', afirma. Este cenário mudaria caso pudesse ser lançado um edital de Cultura que viesse a dotar os centros com algum valor orçamentário e que gerasse elementos facilitadores para o contrato de empresas para realização de eventos. Hoje os centros do interior teriam as suas dificuldades em termos de promoção da atividade cultural. Segundo Fábio, a gestão atual busca mitigar isso a todo custo com algumas ações, mesmo quando não havia a política de cultura aprovada nas instâncias superiores. Pensa que a nova política de cultura irá fortalecer e potencializar as ações.

Apesar de alguns comentários específicos, podemos atribuir certo consenso sobre o fato de que a estrutura física não representa um dos maiores

desafios. Outro ponto importante evidenciado foi a questão da baixa percepção da atual política de cultura enquanto um desafio para o desenvolvimento da cultura na UDESC.

Neste sentido, o Pró-Reitor Fabio considera que avançaram as discussões no que tange à questão da política nacional da cultura. Houve uma preocupação em dar o ordenamento jurídico adequado, pautado num diálogo amplo com aqueles que são gestores e atores da cultura. Percebe como muito proveitosos e significativos estes debates nacionais para organização interna da universidade em sua política de cultura. Outro desafio é a própria incorporação destes conceitos e diretrizes nacionais no plano de cultura universitário: pode-se lançar um edital para suprir uma demanda cultural, porém este irá esbarrar na limitação orçamentária. São criados os elementos constitutivos dessa política de cultura, conselho, plano bianual, o fundo e depois tem que tornar efetiva essa política. “Esse é um grande desafio”, afirmou o entrevistado.

O atual Coordenador de Cultura percebe que existe por parte dos diretores de extensão, uma vontade crescente de interagir e ter ações culturais nos seus centros de ensino, seja vinda de fora ou de dentro, em interação com a sociedade local. Por outro lado, pensa que a questão de políticas públicas de cultura não é bem disseminada e que talvez a universidade não tenha ainda incorporado isso como meta o que depende, muitas vezes, da aptidão ou propensão de cada diretor de extensão. Afirma ainda que no momento, os diretores, até pelo maior volume de trabalho, consideram-se “primeiramente como diretores de Extensão, talvez Extensão e assuntos estudantis, que tem seus editais de permanência e auxílio regularmente lançados. Assim, dispende-se pouco tempo e energia para fomento da parte cultural”. Este seria portanto o quadro geral: existe uma gradação, em maior ou menor nível em cada centro e a cultura, dentro destes três pilares da função de direção de extensão, cultura e comunidade são os menos atendidos atualmente.

A partir deste ponto, são analisadas as respostas para as questões que visavam captar a percepção dos representantes da UDESC sobre o potencial de ações que visam contribuir na articulação da Política Pública de Cultura nos municípios em que há campus presencial. De modo geral, as respostas tendem a considerar este potencial como relevante ou elevado. A tabela a seguir

condensa a análise dos dados sobre estas respostas e permite verificar as respostas em ordem decrescente de relevância atribuída.

Figura 20 – Quadro de tabulação dos questionários: oportunidades UDESC

		QUESTIONÁRIO - OPORTUNIDADES PARA A POLÍTICA DE CULTURA DA UDESC														
		1OU	2OU	3OU	4OU	5OU	6OU	7OU	8OU	9OU	10OU	11OU	12OU	13OU	14OU	IA/CentRespOU
CENTRO DE ENSINO	PROEX - CCult	4	1	4	2	3	2	5	2	1	5	3	4	2	2	0,53
	PROEX - Napol	4	5	5	3	5	5	4	4	2	4	3	3	5	5	0,76
	ESAG	5	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	5	3	0,89
	FAED	5	4	5	5	4	4	5	4	3	5	4	4	4	3	0,79
	CEO - C	5	4	4	5	4	4	5	5	5	3	4	3	3	3	0,76
	CESFI	3	4	3	4	5	5	2	3	4	3	4	2	2	3	0,63
	CEAVI	5	5	4	4	4	4	4	3	5	4	4	5	4	4	0,79
	CAV - Lages	4	4	1	1	4	2	1	2	1	2	2	4	3	1	0,43
	UDESC Joinville	5	3	5	4	4	3	4	5	4	4	4	1	2	4	0,69
	CEART	5	4	5	5	4	5	5	4	5	4	4	5	5	5	0,87
	Udesc Laguna	4	5	5	5	3	4	5	5	4	5	4	4	4	5	0,83
	CEPLAN	3	5	3	1	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	0,32
	DADOS ESTATÍSTICOS	Somatório	44	43	40	39	38	38	37	37	37	36	36	34	33	32
Moda		5	4	5	5	4	4	5	5	5	5	4	5	4	3	
IA/QuestãoOU		0,73	0,72	0,67	0,65	0,63	0,63	0,62	0,62	0,62	0,60	0,60	0,57	0,55	0,53	
Freq. Relativa		1OU	2OU	3OU	5OU	6OU	7OU	8OU	9OU	10OU	11OU	12OU	13OU	14OU	15OU	
1		0%	10%	10%	20%	10%	0%	20%	10%	30%	10%	10%	20%	10%	20%	
2		0%	0%	0%	10%	0%	20%	10%	20%	10%	10%	10%	10%	30%	10%	
3		20%	10%	20%	10%	20%	20%	0%	20%	10%	20%	20%	20%	20%	40%	
4		40%	50%	30%	30%	60%	50%	30%	30%	30%	40%	70%	40%	30%	20%	
5	60%	50%	60%	50%	30%	30%	60%	40%	40%	40%	10%	30%	30%	30%		

10U	Divulgação de eventos culturais do município pela Rádio UDESC (Florianópolis, Joinville e Lages) e junto à comunidade acadêmica dos centros de ensino.	Apoio institucional	0,73
20U	Integrando e participando das reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes	Apoio institucional	0,72
30U	A difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município	Extensão	0,67
40U	Formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação	Extensão/ Ensino	0,65
50U	Contribuir na articulação de ações mais estruturadas em parceria com o setor privado	Apoio Institucional	0,63
60U	Assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade	Extensão	0,63
70U	Fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação	Extensão/ Ensino	0,62
80U	Produção de informação por meio de críticas, estudos e pesquisas que orientem e auxiliem no planejamentos de ações no município	Pesquisa	0,62
90U	Acesso a recursos do Fundo Estadual de Cultural para viabilizar projetos em parceria com o município	Apoio institucional	0,62
100U	Preservação do patrimônio cultural por meio de pesquisas acadêmicas	Pesquisa	0,60
110U	Acompanhamento e avaliação das políticas culturais no município	Pesquisa	0,60
120U	Fornecimento da infraestrutura física, complementar ao município, para realização da manifestação cultural;	Apoio institucional	0,57
130U	Realização de eventos acadêmicos sobre a Gestão de Cultura	Extensão/ Pesquisa	0,55
140U	Formação de público pela inserção das atividades culturais no currículo acadêmico da Universidade	Extensão	0,53

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Os dois itens considerados mais relevantes foram: a divulgação de eventos culturais do município pela Rádio UDESC (Florianópolis, Joinville e Lages) e junto à comunidade acadêmica dos centros de ensino (10U); e a

integração e participação das reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes institucionais (2OU). Ambos apresentaram baixo nível de variação dentro da amostra e representam ações da categoria de apoio institucional.

Na sequência, dentre as possibilidades mais bem avaliadas encontramos: a difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município(3OU); a formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação (4OU); e contribuir na articulação de ações mais estruturadas em parceria com o setor privado (5OU). Há um predomínio de atividades relacionadas à extensão universitária neste grupo.

Entre as oportunidades que indicaram média relevância estão: a assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade (6OU); fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação (7OU); a produção de informação por meio de críticas, estudos e pesquisas que orientem e auxiliem no planejamentos de ações no município (8OU); e o acesso a recursos do Fundo Estadual de Cultural para viabilizar projetos em parceria com o município (9OU). Pode-se dizer que neste agrupamento predominam atividades de extensão.

Os itens considerados com menor relevância de potencial foram: a preservação do patrimônio cultural por meio de pesquisas acadêmicas (10OU); o acompanhamento e avaliação das políticas culturais no município (11OU); o fornecimento da infraestrutura física, complementar ao município, para realização da manifestação cultural (12OU); a realização de eventos acadêmicos sobre a Gestão de Cultura (13OU); e a formação de público pela inserção das atividades culturais no currículo acadêmico da Universidade (14OU). Neste agrupamento predominam atividades de pesquisa e extensão.

Após a análise dos desafios e potencialidades pode-se verificar que há um alinhamento de visão entre a equipe de gestão e os diretores. Porém, analisando as respostas, fica evidente o impacto das especificidades da vocação dos centros, seus diretores e a diferença na percepção sobre o tema cultura. Alguns, inclusive, reconhecem não possuir o conhecimento suficiente para opinar sobre esta questão por integrar um centro orientado à tecnologia, onde os esforços em extensão são todos voltados para Extensão Tecnológica. Cabe

destacar que a elevada relevância atribuída aos itens da categoria de apoio institucional pode representar um menor grau de protagonismo da instituição perante as possibilidades de ação.

A figura a seguir permite verificar a percepção geral dos representantes dos centros de ensino sobre os desafios e oportunidades abordados.

Figura 21 – Índices absolutos por centro de ensino

Oportunidades		Desafios	
Centro	Ind. Absoluto	Centro	Ind. absoluto
CEPLAN	0,32	CAV	0,34
CAV – Lages	0,43	CESFI	0,50
CESFI	0,63	CEPLAN	0,52
UDESC Joinville - CCT	0,69	CEO - C	0,54
CEO – C	0,76	FAED	0,68
FAED	0,79	CEAVI	0,72
CEAVI	0,79	UDESC Joinville	0,82
Udesc Laguna	0,83	Udesc Laguna	0,82
CEART	0,87	ESAG	0,90
ESAG	0,89	CEART	0,92

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Observa-se que os diretores que apresentam menor reconhecimento da relevância das questões sobre os desafios para a política de cultura universitária tendem a avaliar de forma semelhante as questões sobre o potencial de fortalecimento e articulação desta política nos municípios. Para fortalecer sua política de cultura nestes centros, a UDESC poderia pensar ações estruturadas institucionalmente que sejam menos dependentes do protagonismo da gestão local. A estruturação efetiva de comissões dispostas nos centros, conforme previsto na política de cultura vigente, pode facilitar esta estratégia.

Verificam-se, no confronto dos dados obtidos, pontos de divergência entre a percepção dos gestores entrevistados e as respostas apresentadas pelos diretores de extensão quanto a relevância de três pontos: Importância dos recursos humanos, recursos financeiros e da necessidade de alterações na política de cultura enquanto desafios para a gestão cultural na universidade. Os

gestores atribuem maior relevância para estes fatores se comparado aos diretores de extensão dos centros.

Ivan Tonon, atual Coordenador de Cultura, reconhece que há uma grande lacuna na cultura, seja na produção ou na circulação, mas que em compensação, a cultura não morre. Afirmo que tendo vontade de efetuar parcerias, e a universidade tem grande potencial, ela pode fazer surgir manifestações culturais que às vezes ficam dormentes. Pela impossibilidade de acesso ao conhecimento, recursos e até espaços culturais, os artistas acabam ficando num ciclo descendente. Se a universidade tiver uma posição mais atuante, incorporando a cultura como um papel institucional, fará certamente com que os municípios tenham uma produção cultural e uma gestão municipal de cultura que de apoio a essa produção. Tonon não defende que venha primeiro a gestão pública de cultura e depois a produção de cultura. Afirmo que ambas devem ser trabalhadas paralelamente ou então incentivada a produção e depois a gestão.

Para o atual Coordenador de Cultura, a medida em que a UDESC se apresenta com espetáculos de altíssima qualidade e mobiliza a sociedade de algum município, a direção superior da universidade reconhece que: “sim, nós temos produção de pesquisa, temos ensino, extensão mas também temos cultura forte que precisa de recursos e tem um papel importante.” O que falta depois, segundo Tonon, talvez seja aliar esse reconhecimento para que não fique apenas na parte de produção de eventos, para então adentrar na institucionalização da universidade. Neste sentido, acredita-se que conhecer a percepção dos diretores de extensão dos centros pode representar um fator facilitador para a elaboração de estratégias para o fortalecimento da política de cultura da instituição.

Esclarecida a percepção dos representantes da UDESC perante as categorias de análise, será abordado na sequência o posicionamento dos representantes dos municípios da amostra.

4.3 A PERCEPÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Este tópico sistematiza a percepção dos representantes municipais que ocupam funções na área de gestão cultural. De forma geral, assim como na percepção dos gestores da UDESC, os representantes municipais acreditam no

potencial de articulação com a instituição para o fortalecimento da política pública de cultura. Há uma tendência na avaliação positiva das categorias de oportunidades de articulação. Avaliações estas, de modo geral, mais positivas que as realizadas pelos representantes da UDESC. Apesar de haver o reconhecimento dos desafios apresentados nos enunciados, houve uma menor atribuição de relevância a estes desafios em relação às oportunidades de articulação entre a UDESC e o município. Estes dois fatores podem sugerir uma maior receptividade ou necessidade para estabelecer ações de parceria.

Verificou-se que dentre as sugestões oriundas das respostas às questões abertas, efetivadas antes dos entrevistados conhecerem as categorias de análise, encontram-se diversos pontos que corroboram com esta categorização de oportunidades de articulação.

A partir da tabulação e análise das respostas às questões fechadas, baseada em categorias de análise pré-estabelecidas, tem-se uma visão geral sobre a perspectiva dos gestores municipais frente aos desafios para o desenvolvimento da política pública de cultura. Serão apresentados a seguir os desafios pela ordem decrescente da relevância apontada pelas respostas.

Figura 22 – Quadro da tabulação dos questionários: desafios municípios

		QUESTIONÁRIO: DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE CULTURA NO MUNICÍPIO										
		1DM	2DM	3DM	4DM	5DM	6DM	7DM	8DM	9DM	10DM	IA/MunRespDM
MUNICÍPIOS	Baln. Camboriú	3	4	3	4	3	4	4	4	3	4	0,60
	Chapecó	5	5	4	3	4	4		2	5	2	0,57
	Florianópolis											Não respondeu
	Ibirama	5	4	4	3	3	4	5	4	2	5	0,65
	Joinville	4	4	4	4	4	1	4	4	2	1	0,53
	Lages - SC	4	5	5	4	4	3	3	3	5	3	0,65
	Laguna/SC	5	4	4	4	3	5	5	5	5	5	0,75
	S. Bento do Sul	5	4	5	4	5	5	4	3	3	4	0,70
	DADOS ESTATÍSTICOS	Somatório	31	30	29	26	26	26	25	25	25	24
Moda		5	4	4	4	3	4	4	4	5	4	
IA/QuestãoDM		0,89	0,86	0,83	0,74	0,74	0,74	0,71	0,71	0,71	0,69	
Freq. Relativa		1DM	2DM	3DM	4DM	5DM	6DM	7DM	8DM	9DM	10DM	
1		0%	0%	0%	0%	0%	10%	0%	0%	0%	10%	
2		0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	20%	10%	
3		10%	0%	10%	20%	30%	10%	10%	20%	20%	10%	
4		20%	50%	40%	50%	30%	30%	30%	30%	0%	20%	
5	40%	20%	20%	0%	10%	20%	20%	10%	30%	20%		

1DM	Baixos índices na captação de recursos e/ou transferências voluntárias	Recursos	0,89
2DM	Aproveitamento da Cultura local e seu patrimônio na atratividade turística e desenv. econômico	Valorização da Cultura	0,86
3DM	Baixa formação ou capacitação dos recursos humanos para a gestão cultural	Capacitação	0,83
4DM	Baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município	Produção	0,74
5DM	Baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais	Circulação	0,74
6DM	Concentração histórica das iniciativas governamentais em poucas regiões e cidades	Política pública	0,74
7DM	Burocracia da atual Política pública de cultura	Política Pública	0,71
8DM	Ausência de estrutura física e espaços culturais	Estrutura física	0,71
9DM	Comunicação e publicidade das ações culturais junto ao público	Comunicação	0,71
10DM	Baixa adesão e participação social nos eventos propostos	Interesse social	0,69

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Entre os maiores desafios apontados pelos gestores municipais de cultura estão: os baixos índices na captação de recursos e/ou transferências voluntárias (1DM); o aproveitamento da Cultura local e seu patrimônio na atratividade turística e desenvolvimento econômico (2DM); e a baixa formação ou capacitação dos recursos humanos para a gestão cultural (3DM). Observa-se neste grupo os menores índices de variação das respostas, o que pode representar maior alinhamento desta percepção.

Respostas às questões abertas, efetivadas antes da apresentação das categorias de análise, trouxeram sugestões alinhadas a estes itens. O estabelecimento de convênios e termos de fomento, por exemplo, também foram

citados. Dentre as principais ações mencionadas estão cursos de capacitação de conselheiros de cultura, sobre administração pública da cultura e elaboração de projetos. Mais especificamente, mencionou-se a possibilidade de estabelecer uma estrutura de apoio para desenvolver projetos junto ao ministério da cultura com intuito de buscar fundos via leis de incentivos. Exemplos seriam projetos para o levantamento do acervo arquitetônico cultural do município e de fomento à produção e circulação de bens culturais nestes municípios.

Os itens avaliados proporcionalmente como fatores de média relevância foram: o baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município (4DM); a baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais (5DM); a concentração histórica das iniciativas governamentais em poucas regiões e cidades (6DM); e a burocracia da atual Política pública de cultura (7DM). Dentre as respostas abertas, foi citado como possibilidade de ação o fortalecimento de parcerias com os municípios e suas fundações culturais visando colaborar na difusão e articulação cultural. Fomentando-se para isto a cultura através de projetos junto a acadêmicos e a comunidade em geral.

Os desafios menos representativos para a gestão de cultura municipal foram: a ausência de estrutura física e espaços culturais (8DM); a comunicação e publicidade das ações culturais junto ao público (9DM); e, por último, a baixa adesão e participação social nos eventos propostos (10DM).

Apresentada a percepção dos representantes municipais sobre os desafios, serão abordadas agora as respostas para questões que visaram captar a percepção dos gestores municipais sobre o potencial de articulação. De modo geral, as respostas tendem a considerar este potencial como relevante ou elevado. Observa-se maior atribuição de relevância por parte dos municípios do que aquela atribuída pelos representantes da UDESC. A tabela a seguir condensa a análise dos dados sobre estas respostas e permite verificar os índices absolutos em ordem decrescente de relevância atribuída.

Figura 23 - Quadro da tabulação dos questionários: oportunidades municípios

		QUESTIONÁRIO - OPORTUNIDADES PARA ARTICULAÇÃO UDESC/ MUNICÍPIO														
		1OM	2OM	3OM	4OM	5OM	6OM	7OM	8OM	9OM	10OM	11OM	12OM	13OM	14OM	IA/MunRespOM
MUNICÍPIOS	Baln. Camboriú	3	2	2	3	2	1	3	2	3	2	2	2	1	4	0,46
	Chapecó	5	5	5	5	5	5	4	5	4	5	4	4	4	4	0,91
	Florianópolis	5	5	5	5	5	5	4	4	5	4	4	5	5	4	0,93
	Ibirama	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	3	4	5	0,94
	Joinville	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	0,80
	Lages	4	5	5	4	5	5	5	5	4	4	4	4	5	4	0,90
	Laguna	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	3	0,97
	S. Bento do Sul	5	5	5	4	5	5	4	4	3	4	5	5	3	2	0,84
DADOS ESTATÍSTICOS	Somatório	36	36	36	35	35	35	34	34	33	33	33	32	31	30	
	Moda	5	5	5	5	5	5	4	5	4	4	4	4	4	4	
	IA/QuestãoOM	0,90	0,90	0,90	0,88	0,88	0,88	0,85	0,85	0,83	0,83	0,83	0,80	0,78	0,75	
	Freq. Relativa	1OM	2OM	3OM	4OM	5OM	6OM	7OM	8OM	9OM	10OM	11OM	12OM	13OM	14OM	
	1	0%	0%	0%	0%	0%	10%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	0%	
	2	0%	10%	10%	0%	10%	0%	0%	10%	0%	10%	10%	10%	0%	10%	
	3	10%	0%	0%	10%	0%	0%	10%	0%	20%	0%	0%	10%	10%	10%	
	4	20%	10%	10%	30%	20%	10%	40%	30%	30%	40%	40%	30%	30%	50%	
5	50%	60%	60%	40%	50%	60%	30%	40%	30%	30%	30%	30%	30%	10%		

1OM	Integrando e participando das reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes	Apoio institucional	0,90
2OM	Fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação	Extensão/ Ensino	0,90
3OM	Formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação	Extensão/ Ensino	0,90
4OM	Formação de público pela inserção das atividades culturais no currículo acadêmico da Universidade	Extensão	0,88
5OM	Realização de eventos acadêmicos sobre a Gestão de Cultura	Extensão/Pesquisa	0,88
6OM	Acesso a recursos do Fundo Estadual de Cultural para viabilizar projetos em parceria com o município	Apoio institucional	0,88
7OM	A difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município	Extensão	0,85
8OM	Preservação do patrimônio cultural por meio de pesquisas acadêmicas	Pesquisa	0,85
9OM	Assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade	Extensão	0,83
10OM	Produção de informação por meio de críticas, estudos e pesquisas que orientem e auxiliem no planejamentos de ações no município	Pesquisa	0,83
11OM	Contribuir na articulação de ações mais estruturadas em parceria com o setor privado	Apoio Institucional	0,83
12OM	Fornecimento da infraestrutura física, complementar ao município, para a manifestação cultural;	Apoio institucional	0,80
13OM	Divulgação de eventos culturais do município pela Rádio UDESC (Florianópolis, Joinville e Lages) e junto à comunidade acadêmica dos centros de ensino.	Apoio institucional	0,78
14OM	Acompanhamento e avaliação das políticas culturais no município	Pesquisa	0,75

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Na percepção dos gestores municipais, entre as potencialidades de articulação com maior relevância estão: a integração e participação das reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes da UDESC (1OM); o fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação (2OM); a formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-

graduação (3OM); a formação de público pela inserção das atividades culturais no currículo acadêmico da Universidade (4OM); e a realização de eventos acadêmicos sobre a Gestão de Cultura (5OM).

A promoção da qualificação profissional para o setor artístico figurou com frequência dentre as respostas às questões abertas. Esta possibilidade foi exemplificada pelo oferecimento de oficinas de capacitação nas áreas de pintura, dança, música, teatro e oficinas de conservação e restauração de acervos. Registra-se também a menção ao apoio e presença institucional via participação efetiva nos conselhos e discussões sobre o Plano Municipal de Cultura e apoio aos eventos culturais existentes.

Uma média relevância foi atribuída aos itens: acesso a recursos do Fundo Estadual de Cultural para viabilizar projetos em parceria com o município (6OM); difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município (7OM); preservação do patrimônio cultural por meio de pesquisas acadêmicas (8OM); e assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade (9OM).

Menor nível de relevância foi atribuído para ações que tenham por objetivo: a produção de informação por meio de críticas, estudos e pesquisas que orientem e auxiliem no planejamentos de ações no município (10OM); contribuir na articulação de ações mais estruturadas em parceria com o setor privado (11OM); o fornecimento da infraestrutura física, complementar ao município, para a manifestação cultural (12OM); a divulgação de eventos culturais do município pela Rádio UDESC (Florianópolis, Joinville e Lages) e junto à comunidade acadêmica dos centros de ensino (13OM); e o acompanhamento e avaliação das políticas culturais no município (14OM).

Parte-se, neste trabalho, do princípio que conhecer a opinião dos gestores municipais envolvidos com o setor de cultura é fundamental para orientar o estabelecimento de parcerias articuladas com a Política de Cultura da UDESC nestes municípios. A figura a seguir apresenta um resumo da percepção geral do representante de cada município.

Figura 24 – Quadro de índices absolutos por município

Oportunidades		Desafios	
Município	Ind. Absoluto	Município	Ind. absoluto
Baln. Camboriú	0,46	Florianópolis	não respondeu
Joinville	0,80	Joinville	0,53
S. Bento do Sul	0,84	Chapecó	0,57
Lages	0,90	Baln. Camboriú	0,60
Chapecó	0,91	Ibirama	0,65
Florianópolis	0,93	Lages - SC	0,65
Ibirama	0,94	S. Bento do Sul	0,70
Laguna	0,97	Laguna/SC	0,75

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Observa-se, por meio dos índices absolutos de cada centro, uma tendência geral de maior reconhecimento do potencial das oportunidades frente às médias de valoração atribuída aos desafios. Considera-se que as respostas obtidas demonstram que os dados validam a categorização estabelecida neste trabalho. Os índices absolutos menores para os itens de desafios podem sugerir tanto um maior nível de desenvolvimento da política de cultura nos municípios ou que, talvez, estes itens não tenham tanta relevância na prática da gestão municipal de cultura. Da mesma forma, o elevado índice absoluto para os itens categorizados como oportunidades de articulação pode validar a pertinência desta categoria de análise.

5 DIRETRIZES E PROPOSTAS DE AÇÃO

Identificar os pontos de maior alinhamento entre as percepções dos representantes da UDESC e dos municípios pode apontar um caminho para estratégias de ações mais produtivas e efetivas no fortalecimento das ações culturais.

Ambos os agentes, UDESC e municípios, devem trabalhar para mitigar os desafios postos e potencializar as ações de articulação que promovam o desenvolvimento da política pública de cultura e dos índices de desenvolvimento socioeconômico. As figuras a seguir apresentam uma correspondência visual para facilitar a análise do alinhamento entre as percepções da UDESC e municípios da amostra.

Figura 25 – Quadro de análise dos desafios: teia DU/DM

Desafios UDESC				Desafios Municípios		
1DU	A percepção da cultura como um setor relevante na universidade	Valorização da Cultura	0,78	1DM	Recursos	0,89
2DU	Baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais nos Centros de Ensino	Circulação	0,74	2DM	Valorização da Cultura	0,86
3DU	Baixa adesão e participação da comunidade nos eventos propostos	Interesse social	0,74	3DM	Capacitação	0,83
4DU	Baixa disponibilidade de recursos para ações culturais na universidade	Recursos	0,72	4DM	Produção	0,74
5DU	Concentração histórica das iniciativas no Campus I	Política pública	0,68	5DM	Circulação	0,74
6DU	Baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município onde o campus está inserido	Produção	0,68	6DM	Política pública	0,74
7DU	Baixa formação ou capacitação dos recursos humanos para a gestão cultural na universidade	Capacitação	0,64	7DM	Política Pública	0,71
8DU	Comunicação e publicidade das ações culturais junto ao público	Comunicação	0,64	8DM	Estrutura física	0,71
9DU	Ausência de estrutura física e espaços culturais disponíveis	Estrutura física	0,60	9DM	Comunicação	0,71
10DU	A atual política de cultura da UDESC	Política Pública	0,54	10DM	Interesse social	0,69

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Ambos os atores consideram como desafios de baixa relevância a ausência de estrutura física e espaços culturais disponíveis (9DU/8DM), a burocracia da atual política pública de cultura (10DU/7DM) e a comunicação e publicidade das ações culturais junto ao público (8DU/9DM). Estas, portanto, não

devem representar ações prioritárias dentro da política de cultura da UDESC em parcerias estabelecidas nos municípios.

Média relevância foi atribuída ao item da concentração histórica das iniciativas governamentais em poucas regiões (5DU/6DM). Maiores divergências para a relevância atribuída aos desafios são encontradas nos itens: baixa adesão e participação da comunidade nos eventos propostos (3DU/10DM) e baixa formação ou capacitação dos recursos humanos para a gestão cultural (7DU/3DM). Recomenda-se que os itens considerados como desafios pela UDESC devem ser enfrentados no âmbito institucional interno. Estes itens podem ser transpostos em ações de articulação dependendo do interesse e oportunidade contextual. Porém, considerando este quadro atual, pode haver maior resistência para a implementação de parcerias, seja por parte da UDESC ou dos municípios, dependendo do caso e da diferença de percepção.

Entre os desafios, os itens de maior convergência de relevância percebida correspondem: ao baixo reconhecimento da cultura como um setor relevante para o desenvolvimento socioeconômico (1DU/2DM); os baixos índices na captação de recursos e/ou transferências voluntárias (4DU/1DM); a baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais (2DU/5DM); e o baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município (6DU/4DM). Ações dentro deste grupo de objetivos devem ser estabelecidas com maior prioridade estratégica no plano de ação das instituições para mitigar os desafios.

A figura a seguir apresenta o cruzamento entre a percepção da UDESC e municípios em relação às categorias de oportunidades de articulação.

Quanto às oportunidades de articulação, há concordância na baixa percepção da relevância estratégica do: acompanhamento e avaliação das políticas culturais no município (11OU/14OM); da preservação do patrimônio cultural por meio de pesquisas acadêmicas (10OU/10OM); fornecimento da infraestrutura física, complementar ao município, para realização da manifestação cultural (12OU/12OU); e produção de informação por meio de críticas, estudos e pesquisas que orientem e auxiliem no planejamento de ações no município (8OU/10OM).

As maiores divergências de opinião para o potencial de articulação ocorrem nos itens: divulgação de eventos culturais do município pela Rádio

UDESC (Florianópolis, Joinville e Lages) e junto à comunidade acadêmica dos centros de ensino (10U/13OM); formação de público pela inserção das atividades culturais no currículo acadêmico da Universidade (14OU/4OM); e a realização de eventos acadêmicos sobre a Gestão de Cultura (13OU/5OM).

Figura 26 – Quadro de análise das oportunidades: teia - OUxOM

Oportunidades UDESC			Oportunidades municípios		
10U	Divulgação de eventos culturais do município pela Rádio UDESC (Florianópolis, Joinville e Lages) e junto à comunidade acadêmica dos centros de ensino.	Apoio institucional 0,73	10M	Apoio institucional	0,90
20U	Integrando e participando das reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes	Apoio institucional 0,72	20M	Extensão/ Ensino	0,90
30U	A difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município	Extensão 0,67	30M	Extensão/ Ensino	0,90
40U	Formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação	Extensão/ Ensino 0,65	40M	Extensão	0,88
50U	Contribuir na articulação de ações mais estruturadas em parceria com o setor privado	Apoio Institucional 0,63	50M	Extensão/Pesquisa	0,88
60U	Assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade	Extensão 0,63	60M	Apoio institucional	0,88
70U	Fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação	Extensão/ Ensino 0,62	70M	Extensão	0,85
80U	Produção de informação por meio de críticas, estudos e pesquisas que orientem e auxiliem no planejamentos de ações no município	Pesquisa 0,62	80M	Pesquisa	0,85
90U	Acesso a recursos do Fundo Estadual de Cultural para viabilizar projetos em parceria com o município	Apoio institucional 0,62	90M	Extensão	0,83
100U	Preservação do patrimônio cultural por meio de pesquisas acadêmicas	Pesquisa 0,60	100M	Pesquisa	0,83
110U	Acompanhamento e avaliação das políticas culturais no município	Pesquisa 0,60	110M	Apoio Institucional	0,83
120U	Fornecimento da infraestrutura física, complementar ao município, para realização da manifestação cultural;	Apoio institucional 0,57	120M	Apoio institucional	0,80
130U	Realização de eventos acadêmicos sobre a Gestão de Cultura	Extensão/ Pesquisa 0,55	130M	Apoio institucional	0,78
140U	Formação de público pela inserção das atividades culturais no currículo acadêmico da Universidade	Extensão 0,53	140M	Pesquisa	0,75

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Algumas categorias ficaram com um nível intermediário de valoração em ambas as percepções: contribuir na articulação de ações mais estruturadas em parceria com o setor privado (50U/110M); assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade (60U/90M); e acesso a recursos do Fundo Estadual de Cultural para viabilizar projetos em parceria com o município (90U/60M).

Os pontos de maior convergência são a integração e participação da UDESC nas reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes (20U/10M); a formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação

(4OU/3OM); a difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município (3OU/7OM); e o fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação (7OU/2OM). Estes devem representar o foco das ações estratégicas da política de cultura da UDESC em sua articulação com os municípios da amostra.

As questões envolviam itens pertencentes às subcategorias de Pesquisa, Extensão, Ensino, Apoio institucional. De modo geral, verificou-se que a percepção da UDESC atribui maior relevância aos itens da categoria “apoio institucional”, seguida pela categoria “extensão”. Menor relevância é atribuída aos itens de “ensino” e, por fim, “pesquisa”. Quanto aos municípios, há maior relevância para os itens da categoria “extensão/ensino”. Menor relevância é atribuída às categorias de “pesquisa” e “apoio institucional”. Pode-se confirmar, assim, uma maior responsabilidade e relevância das ações de extensão para o desenvolvimento da articulação da UDESC com os municípios para o fortalecimento da política pública de cultura.

Diante dos apontamentos deste trabalho recomenda-se as seguintes diretrizes prioritárias de ação para UDESC no campo da política de cultura:

Diretriz A) Realizar ações para o reconhecimento da cultura como um setor relevante para o desenvolvimento socioeconômico (1DU/2DM) – Inclui-se aqui o fortalecimento da participação da UDESC nas reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes (2OU/1OM);

Diretriz B) Buscar soluções para os baixos índices na captação de recursos e/ou transferências voluntárias - Recursos (4DU/1DM);

Diretriz C) Formar recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação (4OU/3OM);

Diretriz D) Incentivar a circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais (2DU/5DM) pela produção e realização de eventos no município (3OU/7OM);

Diretriz E) Incrementar a diversidade de criação artística e cultural nos municípios (6DU/4DM) por meio da formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação (7OU/2OM).

Neste trabalho, após a definição destas diretrizes estratégicas de ação, considera-se importante que a determinação das mais adequadas táticas, metas e objetivos seja discutida e elaborada pelos agentes institucionais, de forma

participativa e aprofundada. Processo que deve englobar a colaboração de representantes da comunidade universitária e municipal, dentro das contingências e oportunidades contextuais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos levantados na revisão narrativa permitiram verificar a viabilidade, originalidade e relevância da situação-problema e da oportunidade de pesquisa. A partir da revisão narrativa da bibliografia foi possível constatar a importância da produção de estudos teórico-práticos que contribuam para a compreensão e construção de conhecimento visando o desenvolvimento deste campo de pesquisa e das práticas de gestão no setor cultural. Por meio destes estudos e conhecendo melhor a realidade e percepções dos agentes do setor, gestores e instituições públicas poderão estabelecer relações de parceria mais efetivas e eficientes com vistas ao desenvolvimento do setor cultural e suas implicações positivas em nossa sociedade.

O desenvolvimento trabalho permitiu melhorar a compreensão do processo formulação e implementação das políticas públicas de cultura com enfoque na relação entre a UDESC e os municípios onde possui campus presencial. Para subsidiar o processo empreenderam-se esforços na melhor compreensão dos conceitos de cultura, políticas públicas, o atual contexto das políticas de cultura no país e sua base normativa atual. Nesta seção são apresentadas as principais conclusões desta pesquisa e as considerações finais.

Os indicadores do IDMS de 2016 referentes à cultura nos municípios catarinenses destoam negativamente dentro da categoria sociocultural, que é composta também pelos itens educação, saúde e habitação. Verificou-se que há muito o que melhorar nos critérios que compõem a construção do índice de cultura. Dentro da composição do índice de desenvolvimento cultural os fatores que mais influenciam negativamente sua avaliação são a estrutura de gestão para promoção de cultura, seguido pelo montante de recursos investidos e pela infraestrutura de cultura nos municípios. A grande maioria dos municípios da amostra são referências econômicas e apresentam índice de desenvolvimento cultural acima da média de sua mesorregião de pertencimento. Este fato reforça a importância de parcerias e o seu potencial para disseminar práticas de desenvolvimento cultural junto aos municípios vizinhos, em cada mesoregião. O trabalho pode também fornecer dados para análises mais específicas, segmentadas por município.

Salvo as particularidades do campo de ação e competência de cada instituição, podemos considerar que a atual Política de Cultura da UDESC, de novembro de 2017, apresenta ampla similaridade de conceitos, princípios, diretrizes, objetivos e metas perante o Plano Nacional de Cultura. Este alinhamento foi ampliado se comparado a antiga política de cultura, permitindo maior descentralização e participação no desenvolvimento das ações em cultura. A atual política pode, desta forma, proporcionar maior capacidade de construção de uma linha de ação setorial institucionalmente mais integrada e articulada. Além disso, o levantamento documental e as entrevistas tornam evidente o esforço crescente das últimas gestões para o fortalecimento da atuação da universidade na área cultural.

Verificou-se ainda que a percepção dos gestores ligados à cultura na UDESC, bem como dos diretores de extensão dos centros de ensino, reconhece o potencial de articulação da política de cultura da instituição com os municípios onde possui campus presencial. Houve uma tendência em avaliar como relevantes os desafios e potencialidades apresentadas, salvo centros de ensino que declararam não possuir a vocação e estrutura para empreender as ações culturais. Quanto aos gestores municipais envolvidos com o setor de cultura, houve uma tendência de maior reconhecimento do potencial das oportunidades frente às médias de valoração atribuída aos desafios apresentados.

Foi realizado o cruzamento entre percepções dos gestores da UDESC e dos municípios, visando identificar oportunidades e propor ações para fortalecer a implementação do sistema nacional de cultura a partir da articulação da UDESC com municípios de Santa Catarina. Por meio da análise dos dados foi possível definir quais as ações mais alinhadas.

Entre os desafios, os itens de maior convergência de relevância percebida correspondem: ao baixo reconhecimento da cultura como um setor relevante para o desenvolvimento socioeconômico; os baixos índices na captação de recursos e/ou transferências voluntárias; a baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais; e o baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município. Ações dentro deste grupo de objetivos devem ser estabelecidas com maior prioridade estratégica no plano de ação das instituições para mitigar os desafios.

As oportunidades de maior convergência são: a integração e participação da UDESC nas reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes; a formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação; a difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município; e o fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação. Estes devem representar o foco das ações estratégicas da política de cultura da UDESC em sua articulação com os municípios da amostra.

As convergências sobre a relevância dos desafios e oportunidades corroboram com os apontamentos do referencial teórico: a baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais (REIS, 2009); segmentos e cadeias produtivas sem bases de dados e informações agregados (LINS, 2009 e 2011); baixos índices na captação de recursos e/ou transferências voluntárias; baixa formação ou capacitação para a gestão cultural; empreendedorismo cultural incipiente (SEC/MinC, 2011); políticas públicas de cultura não consolidadas; e baixos índices de institucionalização na gestão pública municipal (RUBIM, 2013; SARAVIA, 2006; VILUTIS, 2012).

A consecução da diretriz A, de realizar ações para o reconhecimento da cultura como um setor relevante para o desenvolvimento socioeconômico, inclui uma ampla gama de ações institucionais que impliquem no reposicionamento simbólico e na construção de um discurso de valorização do papel da cultura. Pode-se incluir aqui o fortalecimento da participação da UDESC nas reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes; o incentivo à produção de pesquisas e estudos acadêmicos transversais sobre o tema; A inclusão na agenda política do processo de implementação dos dispositivos previstos na nova política de cultura da instituição com o consequente fortalecimento da estrutura de gestão e ação cultural.

Buscar soluções para os baixos índices na captação de recursos e/ou transferências voluntárias constitui a diretriz B. Para realizar mais atividades e intensificar o impacto das ações culturais é indispensável o fortalecimento das fontes de recursos disponíveis. Possíveis ações para enfrentar os baixos índices na captação de recursos para cultura é a análise do direcionamento atual para o percentual do Fundo Estadual de Cultura, a que tem direcionamento legalmente

previsto a UDESC, e a posterior reivindicação de seu cumprimento. Parcerias com o setor privado podem ser estabelecidas via credenciamento fundações e termos de fomento específicos para a viabilização de projetos culturais. Nesse caso, além das normas dos editais próprios, é necessário observar a Resolução nº 087/2015 do Consuni, que regulamenta as relações entre a Udesc e as fundações de apoio. A Udesc passou a ter sua regra própria, com base na Lei Estadual nº 14.328/2008 (Lei Catarinense de Inovação) e no artigo 124 do seu estatuto.

A UDESC apresenta centros de ensino de referência em áreas que implicam o desenvolvimento das diretrizes C e E: Formar recursos humanos para a gestão Cultural e formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação. A ESAG, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, representa destaque nacional na área de administração de empresas e gestão pública. O CEART, Centro de Artes da Udesc, há mais de 30 anos figura como agente indutor do desenvolvimento artístico cultural do Estado. A instituição deve buscar formas de incentivar a pesquisa, ensino e extensão de temáticas visando o fortalecimento da política pública cultural de modo mais integrado, além de fomentar a disseminação dos conhecimentos produzidos para os municípios. A organização dos conhecimentos produzidos no formato didático que favoreça o ensino à distância pode complementar o modelo de capacitação presencial e potencializar a interiorização do conhecimento. Parcerias com as instituições de fomento regional e associações de municípios podem contribuir na viabilização desse processo.

A diretriz D, traduzida no incentivo a circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais pela produção e realização de eventos nos municípios já vem sendo contemplada por projetos como o Interiorizando o CEART. O projeto visa levar a produção artística e cultural do centro de artes para os municípios catarinenses de forma itinerante. Apesar disso, grande parte da produção artística e cultural fica restrita a região geográfica de Florianópolis sendo que o modelo de divulgação presencial envolve custos e complexidade logística. Uma alternativa estratégica para a disseminação da produção artística e cultural da UDESC pode ser o investimento na produção de conteúdos adequados para a disseminação nas plataformas e redes digitais da Internet.

É inegável a popularização e consolidação da internet como ferramenta de comunicação, informação, relacionamento social e entretenimento. Dessa forma a Internet fez surgir um novo tipo de cultura – cybercultura – que engloba todas as tecnologias de informação e comunicação. Da mesma maneira que a cultura influencia o surgimento de tecnologias, estas por sua vez também interferem na evolução cultural de uma sociedade.

O uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) ainda é subaproveitado pelos equipamentos culturais brasileiros, tais como instituições culturais, bibliotecas, cinemas, museus, teatros e pontos de cultura (CHI.br, 2016). As publicações promovidas pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil apresentam informações sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos equipamentos culturais brasileiros e sobre as práticas culturais da população e o uso das TICs. Estes conteúdos podem ser utilizados na elaboração de estratégias de comunicação inovadoras que intensifiquem e potencializem a disseminação da produção acadêmica, artística e cultural da UDESC por meio da Internet.

Pode-se considerar o alinhamento e coerência no inter relacionamento dos itens apontados como principais desafios e as maiores oportunidades de articulação com a revisão teórica realizada. De forma integrada aos municípios, conclui-se que a UDESC pode fomentar oportunidades para o contato do cidadão com as formas de manifestação e expressão da diversidade de identidade e criatividade. Colaborando para um processo no qual o cidadão passe a reconhecer a importância da sua formação cultural em sua vida e perspectivas de desenvolvimento.

A partir da experiência prática da gestão, juntamente com o cruzamento da teoria disponível, constrói-se uma importante noção empírica e racional sobre quais ações devem ser empreendidas para o fortalecimento da cultura nos municípios catarinenses e sua articulação com a universidade. Sendo assim, o trabalho pode representar uma ferramenta para diagnóstico sistemático e de gestão para acompanhar a evolução das dimensões priorizadas no decorrer do tempo.

Este trabalho buscou dar maior validade para estas percepções práticas com a utilização de métodos que aumentem o grau de representatividade dos resultados levantados. Colaborar para reforçar a importância da Cultura

enquanto direito fundamental, a formação de recursos humanos para o setor e a produção de informações acadêmicas na área de gestão da cultura na universidade e municípios. Os apontamentos das conclusões podem auxiliar na orientação do planejamento estratégico institucional de médio e longo prazo para a atuação nesta área da política pública de cultura.

Os objetivos específicos definidos neste trabalho foram todos cumpridos: (a) - Descrição da inter relação e nível de alinhamento da política cultural da UDESC com o Plano Nacional de Cultura. (Seção 4.1); (b) - Verificar como a UDESC (visão da UDESC) pode contribuir para a articulação e integração dos municípios ao SNC (seção 4.2); e (c) - Verificar a percepção dos gestores municipais de cultura referente a contribuição da UDESC na integração dos municípios ao SNC (visão dos municípios - seção 4.3). Por fim, o objetivo geral foi cumprido (seção 5) por meio da apresentação de propostas de ações estratégicas, mais assertivas e prioritárias, para desenvolver a articulação da UDESC com os municípios onde possui campus presencial visando o fortalecimento e articulação de suas políticas de cultura.

O trabalho não visa esgotar o tema, mas sim desenvolver a discussão e o estabelecimento de pesquisas acadêmicas que incentivem novas estratégias de ação e resultados na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; GUTIERREZ, Gustavo Luis. **SUBSÍDIOS TEÓRICOS DO CONCEITO CULTURA PARA ENTENDER O LAZER E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física, Campinas, v. 2, n. 1, p.48-62, jul. 2004.

BALABAN, M. D. “**Os indicadores quantitativos da cultura**”. In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (orgs.). Um olhar sobre a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da Funarte, 1998.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar , 2012.

(BAUMAN, Zygmunt (2013). **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 111p.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura – Entenda o Plano**. 2017. Disponível em: <<http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>>. Acesso em: 22 jan. 2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRITTO, Neuza H. BOULLOSA, Rosana. **Planos Municipais de cultura: guia de elaboração** - Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2017. 100 p. ilustr.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil do século XXI: cenários e desafios. In: CULTURA, Ministério da. **PLANO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA: Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. 156 p.

CALABRE, Lia. Gestão cultural municipal na contemporaneidade. In. Políticas culturais: reflexões e ações / organização de Lia Calabre. – São Paulo : Itaú Cultural; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.305 p.

CAMARA DOS DEPUTADOS. PROJETO DE LEI N.º 4.271, DE 2016 – SNC. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1432570.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2017

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Cultura e tecnologias no Brasil [livro eletrônico]: um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação** / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.br. - São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/cultura-e-tecnologias-no-brasil.pdf>> Acesso em: 22 set. 2017

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros** [livro eletrônico] / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. – São Paulo, 2017. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_CULT_2016_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017

COSTA, F. L. da (Org.). **Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França**. Salvador: EDUFBA, 2013. p 35-50.

EASTON, D. **A Framework for Political Analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall.1965.

ENECULT, 2015. **Políticas culturais e universidades**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult/politicas-culturais-e-universidades/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

FCC. Conselho Estadual de Cultura – SC. Nota Pública CEC em 19 dez de 2017. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://conselho.cultura.sc/wp-content/blogs.dir/9/files/COMPROMISSOS-CULTURA-2018.pdf>> Acesso em: 22 jan. de 2018.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. _____ . Introdução à metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

IANNI, Otávio. A idéia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KNOPP, Glauco da Costa; DARBILLY, Leonardo Vasconcelos Cavalier; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; SIMÕES, Janaína Machado. **Cultura e Desenvolvimento**. In: Marcelo Milano Falcão Vieira, Rosimeri Carvalho da Silva e Marcio Silva Rodrigues. **Cultura, Mercado e Desenvolvimento**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.

JACOB, Elin. Classification and categorization: a difference that makes a difference. *Library trends*, v. 52, n.3, p. 515-540, 2004.

LARAIA, R B. **Cultura: um conceito antropológico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LASWEL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LINS, Cristina. **Reflexões sobre indicadores e estatísticas culturais**. In: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de. **ECONOMIA DA CULTURA: ideias e vivências**. Rio de Janeiro: E-livre, 2009. p. 61-70.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC. Conselho Nacional de Política Cultural. Secretaria de Articulação Institucional – SAI. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1429051/Documento+B%C3%A1sico+do+SNC.pdf/685edb37-c1c7-4018-96ef-37a7fd97c99c>>

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC. Conselho Nacional de Política Cultural. Secretaria de Articulação Institucional – SAI. **Sistema Nacional de Cultura - Guia de Orientação para os Municípios - Perguntas e Respostas**. Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Pano Nacional de Cultura**. Disponível em: <<<http://pnc.cultura.gov.br/entenda-o-plano/>>>. Acesso em: 22 nov de 2017

O Globo. Notícia: **MinC, um ministério à deriva em meio a tempestades do governo Temer**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/minc-um->

[ministerio-deriva-em-meio-tempestades-do-governo-temer-21485901#ixzz4qiKPNEFd](http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/sistemas_de_cultura.pdf) Acesso em: 22 jan. 2018

PEIXE, João Roberto. **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. COLEÇÃO POLÍTICA E GESTÃO CULTURAIS. SISTEMA NACIONAL DE CULTURA.** Salvador, 2013. Disponível em <http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/sistemas_de_cultura.pdf> Acesso em: 21 jan. 2018

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura e Desenvolvimento - estratégias nacionais e panorama global.** In: REIS, Ana Carla Fonseca; MARCO, Kátia de. **ECONOMIA DA CULTURA: ideias e vivências.** Rio de Janeiro: E-livre, 2009. p. 25-38.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais: estado da arte no Brasil. In: COSTA, F. L. da (Org.). **Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França.** Salvador: EDUFBA, 2013. p 51-72.

RUBIM, A. A. Trabalho: Brasil. **POLÍTICAS CULTURAIS DO GOVERNO LULA / GIL: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS.** Apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado por Antonio Albino Canelas Rubim *entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-BA.

SARAVIA, E. Financiamento das atividades culturais. In: COSTA, F. L. da (Org.). **Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França.** Salvador: EDUFBA, 2013. p 97-144.

SARAVIA, E. ENAP Escola Nacional de Administração Pública. **Políticas públicas;** coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SIMÕES, Janaína e VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **A atuação do estado e do mercado na trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil.** In: Marcelo Milano Falcão Vieira, Rosimeri Carvalho da Silva e Marcio Silva Rodrigues. **Cultura, Mercado e Desenvolvimento.** Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAID. 1957

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, vol. 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 27 jul. 2015.

UDESC. **Catálogo de Extensão UDESC 2016 – UDESC**. Disponível em <[http://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Cat logo de Extens o 2016 1482175304438.pdf](http://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Cat%20logo%20de%20Extens%20o%2016%201482175304438.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2017.

UDESC. RESOLUÇÃO Nº 084/2011 – CONSUNI. **Institui e regulamenta a Política de Cultura da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC**. Disponível em <[://www.secon.UDESC.br/consuni/resol/2011/084-2011-cni.pdf](http://www.secon.UDESC.br/consuni/resol/2011/084-2011-cni.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2016.

UDESC. Conselho Superior de Pesquisa e Extensão – CONSEPE. **Processo nº 155/2017/UDESC. 2017.** Disponível em: <<http://secon.udesc.br/consepe/pautas/plenario/2017/01-08-2017/propostas/Proc-155-2017.pdf>> Acesso em: 22 jan. 2018.

UDESC. RESOLUÇÃO Nº 056/2017 – CONSUNI. **Institui e regulamenta a Política Institucional de Cultura, o Comitê de Cultura e o Programa de Apoio à Cultura (ProCult) da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC**. Disponível em < <http://secon.udesc.br/consuni/resol/2017/056-2017-cni.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

UFPA. PROEX. **Carta do Fórum de São Bernardo do Campo, em 13 de maio de 2016.** Disponível em: <http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/DIVERSOS/CartaSBC.pdf> Acesso em: 22 jan. 2018

UNESCO. **A Declaração do México sobre Políticas Culturais**. Paris: UNESCO, 1982.

UNESCO. **Declaração universal sobre a diversidade cultural**. In: BRANDT, L. (Org.) *Diversidade cultural*. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras: Instituto Pensarte, 2005. p.207-214.

VILUTIS, L. **Planos Municipais de Cultura e participação social no fortalecimento de políticas culturais**. Políticas Culturais em Revista, v. 5, p. 135-150, 2012.

ANEXO A – CARTA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (FORPROEX)

Fórum de Pró-Reitores
de Extensão
das Universidades Públicas
Brasileiras

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras - FORPROEX

CARTA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Reunidos em São Bernardo do Campo, Universidade Federal do ABC - SP, entre os dias 11 e 14 de maio de 2016, durante o **XXXIX Encontro Nacional do FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras**, os Pró-Reitores de Extensão debateram alguns desafios e perspectivas para a Extensão Universitária brasileira, com atenção especial para as Políticas Públicas para a Extensão Universitária no Contexto da Diversidade; Extensão e Desenvolvimento territorial; Grupo de trabalho sobre Indicadores da Extensão; Agenda sobre Revistas da Extensão e Proposta de uma Política Cultural para as Universidades Brasileiras, respeitados os princípios éticos e legais que norteiam a ação no âmbito da Educação e da Extensão Universitária Pública.

O **FORPROEX**, diante do cenário atual, manifesta seu descontentamento com os desdobramentos da crise política e econômica no país e suas consequências para os direitos civis, políticos e sociais da maioria da população, como a extinção de importantes Ministérios e Secretarias responsáveis pelas políticas públicas de inclusão social, e a fragilização das liberdades democráticas no desenvolvimento das ações acadêmicas e administrativas das instituições públicas de ensino superior.

Assim, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras, destaca os pontos principais na agenda de compromissos institucionais:

- Aprimorar as formas de interlocução com os órgãos responsáveis pelas políticas públicas para a extensão universitária no contexto da diversidade, diante da reestruturação que resultou na extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Cultura que reduz espaços de discussão sobre políticas de cultura, educação popular e de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas, ameaçando direitos garantidos pela Constituição Federal. O Fórum defende de forma intransigente a necessidade de manutenção e ampliação das ações de extensão que valorizam e apoiam as afirmações das identidades raciais, sociais, de gênero e de território das populações vulneráveis.

- Fomentar e ampliar as discussões com o CNPq e os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento agrário e a agricultura familiar para que as políticas de institucionalização dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento de Territorial sejam consolidadas nas IES, com a garantia de recursos adequados à sua efetivação.

- Aprofundar as discussões junto ao FORPLAD, à ANDIFES e ao MEC visando a inserção de indicadores de extensão no cálculo da matriz orçamentária das IFES, garantindo um aporte de recursos percentual adequado ao desenvolvimento da extensão no ensino superior, tendo em vista a implementação da estratégia 12.7 do PNE que prevê “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

- Mobilizar os extensionistas das IES na divulgação da produção acadêmica da extensão dispensando especial atenção à qualidade das Revistas de Extensão, sendo necessária a capacitação de pessoas para a melhoria do processo editorial e avaliativo de tais periódicos.
- Ressaltar a importância das discussões e ações que se consolidaram nos últimos anos no âmbito das políticas culturais para as universidades brasileiras, estabelecendo uma intensa articulação entre o Plano Nacional de Educação - PNE, o Plano Nacional de Cultura - PNC e o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3, garantindo o aporte de recursos adequados para a implementação da Política Nacional de Formação Artística e Cultural.
- Assegurar, junto aos órgãos responsáveis, o imediato repasse e a manutenção dos recursos necessários ao cumprimento dos projetos já aprovados em editais para o desenvolvimento da extensão, bem como a manutenção dos editais e programas estratégicos, dentre os quais PROEXT, PRONERA, Mais Cultura, PET, PNAIC, Mais Educação e PIBID e em programas de fomento nas áreas de formação, extensão e cultura como Corredor Cultural.

Finalmente, manifesta-se em favor da rigorosa observação da legalidade e dos Princípios Constitucionais; posiciona-se a favor da Democracia como bem fundamental e pelos princípios que norteiam a Democracia Representativa vigente em nosso país; posiciona-se contra todos os atos que relativizam os direitos fundamentais e conquistas sociais, que se pautam na adoção de práticas autoritárias, verdadeiros atos antidemocráticos de força, justificadas em nome da “ordem pública” e das práticas de exceção a serviço de interesses políticos particularistas.

Defende a apuração rigorosa de todos os fatos que ameaçam a sociedade brasileira em seus avanços e conquistas essenciais de uma sociedade democrática, plural e diversa que se fundamenta nos princípios que garantem a dignidade da pessoa humana.

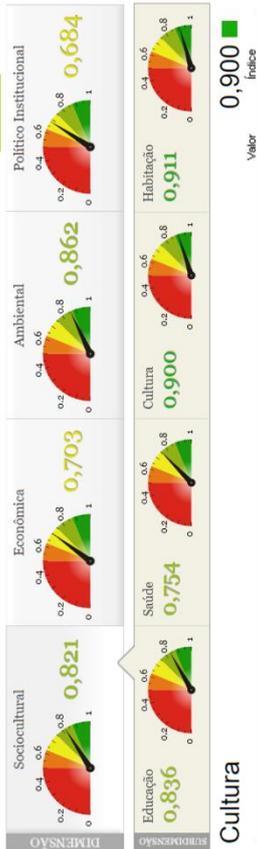
Desta forma, o **FORPROEX** solicita os esforços institucionais do **MEC**, **CONIF**, **ANDIFES** e **ABRUEM**, no sentido de apoiarem os pontos acima mencionados e encaminhar às instâncias pertinentes as questões apresentadas naquilo que lhes couber.

São Bernardo do Campo, 13 de maio de 2016.

ANEXO B – IDMS 2016 dos municípios da amostra



Índices do Município de Joinville - 2016 IDMS: 0,768



Cultura

Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura

Adesão ao Sistema Nacional de Cultura (Fonte = MUNIC - IBGE/MINC, Ano de Referência = 2016)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Conselho de Política Cultural (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Fundo Municipal de Cultura Exclusivo (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Material ou Imaterial (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Plano Municipal de Cultura (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Infraestrutura Cultural

Equipamentos Socioculturais (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 13,257

Meios de Comunicação (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 5,696

Iniciativas Culturais da Sociedade

Atividades Artesanais (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 3,440

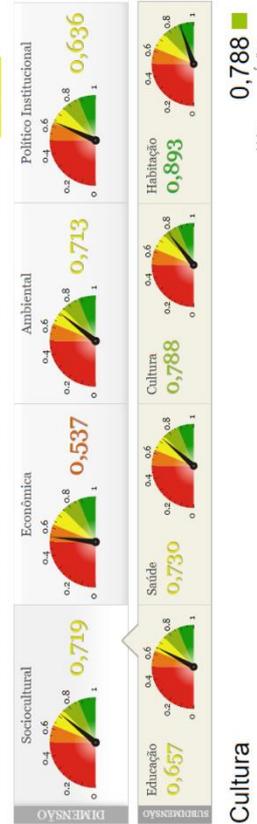
Grupos Artísticos (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 13,726

Recursos na Cultura

Investimento em Cultura Per Capita (Fonte = FINBRA - STN, Ano de Referência = 2015)
 Unidade: R\$ | Min: 0,000 | Max: 35,760

Investimento em Cultura sobre a Receita Corrente Líquida (Fonte = Fibra - STN, Ano de Referência = 2015)
 Unidade: % | Min: 0,000 | Max: 2,834

Índices do Município de Lages - 2016 IDMS: 0,651



Cultura

Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura

Adesão ao Sistema Nacional de Cultura (Fonte = MUNIC - IBGE/MINC, Ano de Referência = 2016)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Conselho de Política Cultural (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Fundo Municipal de Cultura Exclusivo (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Material ou Imaterial (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Plano Municipal de Cultura (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Infraestrutura Cultural

Equipamentos Socioculturais (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 13,257

Meios de Comunicação (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 5,696

Iniciativas Culturais da Sociedade

Atividades Artesanais (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 3,440

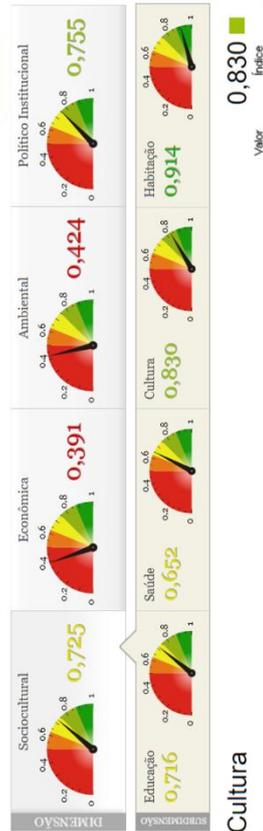
Grupos Artísticos (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)
 Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 13,726

Recursos na Cultura

Investimento em Cultura Per Capita (Fonte = FINBRA - STN, Ano de Referência = 2015)
 Unidade: R\$ | Min: 0,000 | Max: 35,760

Investimento em Cultura sobre a Receita Corrente Líquida (Fonte = Fibra - STN, Ano de Referência = 2015)
 Unidade: % | Min: 0,000 | Max: 2,834

Índices do Município de Laguna - 2016 IDMS: 0,574



Cultura

0,830
Índice
Valor

Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura

Adesão ao Sistema Nacional de Cultura (Fonte = MUNIC - IBGE/MINC, Ano de Referência = 2016)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Conselho de Política Cultural (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Fundo Municipal de Cultura Exclusivo (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Material ou Imaterial (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Piano Municipal de Cultura (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Infraestrutura Cultural

Equipamentos Socioculturais (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 13,257

Meios de Comunicação (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 5,895

Iniciativas Culturais da Sociedade

Atividades Artesanais (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 3,440

Grupos Artísticos (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 13,726

Recursos na Cultura

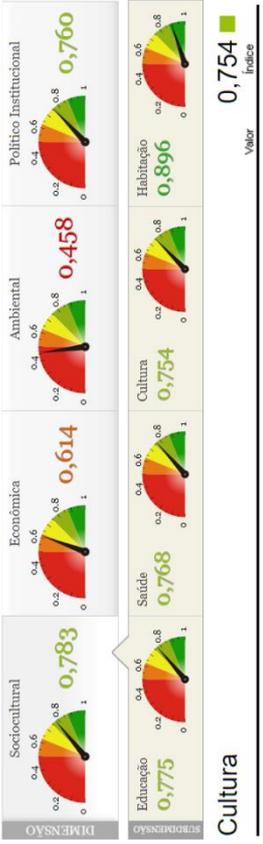
Investimento em Cultura Per Capita (Fonte = FINBRA - STN, Ano de Referência = 2015)

Unidade: R\$ | Min: 0,000 | Max: 35,760

Investimento em Cultura sobre a Receita Corrente Líquida (Fonte = Finbra - STN)

Unidade: % | Min: 0,000 | Max: 2,834

Índices do Município de Pinhalzinho - 2016 IDMS: 0,654



Cultura

0,754
Índice
Valor

Estrutura de Gestão para Promoção da Cultura

Adesão ao Sistema Nacional de Cultura (Fonte = MUNIC - IBGE/MINC, Ano de Referência = 2016)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Conselho de Política Cultural (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Fundo Municipal de Cultura Exclusivo (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Legislação de Proteção ao Patrimônio Cultural Material ou Imaterial (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Piano Municipal de Cultura (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 1,000

Infraestrutura Cultural

Equipamentos Socioculturais (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 13,257

Meios de Comunicação (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 5,895

Iniciativas Culturais da Sociedade

Atividades Artesanais (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 3,440

Grupos Artísticos (Fonte = MUNIC - IBGE, Ano de Referência = 2014)

Unidade: un | Min: 0,000 | Max: 13,726

Recursos na Cultura

Investimento em Cultura Per Capita (Fonte = FINBRA - STN, Ano de Referência = 2015)

Unidade: R\$ | Min: 0,000 | Max: 35,760

Investimento em Cultura sobre a Receita Corrente Líquida (Fonte = Finbra - STN, Ano de Referência = 2015)

Unidade: % | Min: 0,000 | Max: 2,834

APÊNDICE A – REVISÃO NARRATIVA

	Autoria	Instituição	Título do artigo	Palavras-chave	Periódico - ISSN	Qualis Capes	País	Objetivo do estudo	Elementos no que se refere ao uso na disseminação
1	Janaína Machado Simões. Marcelo Milano Falcão Vieira.	Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor da Ebape/FGV.	A influência do Estado e do mercado na administração da cultura no Brasil entre 1920 e 2002*	cultura; indústria cultural; campo organizacional; Estado; mercado.	RAP - 0034-7612	A2	BR	Análise histórica sobre a evolução e dinâmica do tema	Compreensão da evolução desta relação
2	Hoyêdo Nunes Lins	* Doutor em Geografia (Organização do Espaço) pela Université de Tours (François Rabelais), França. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Regional pela University College of Swansea, Reino Unido. Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais, com participação como membro permanente dos programas de pós-graduação em Economia e em Relações Internacionais, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: hnlins@cse.ufsc.br	ECONOMIA DA CULTURA E AMBIENTE URBANO: termos do debate e ensaio de análise sobre Florianópolis	Economia da cultura. Desenvolvimento urbano. Florianópolis.	REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.120, p.231-256, jan./jun., 2011	B3	BR	Análise da Economia da Cultura em Florianópolis	Este artigo se ocupa da economia da cultura, expressão que se refere a um conjunto amplo de atividades envolvidas na produção e comercialização de bens e serviços culturais, e que despertam uma grande e crescente atenção no plano internacional. É indicativo desse interesse o crescimento das pesquisas sobre o assunto, em vários casos salientando as conexões entre economia da cultura e desenvolvimento socioeconômico principalmente em meio urbano.
3	Aguado Quintero, Luis Fernando Palma Martos, Luis	Doctor en Análisis Económico Aplicado e Historia Económica, Universidad de Sevilla, US, España. Profesor-Investigador, Departamento de Economía, Pontificia Universidad Javeriana, Seccional Cali, Colombia. E-mail: ifaguado@gaverianacalli.edu.co. *** Doctor en Ciencias Económicas, Universidad de Sevilla, US, España. Profesor-Investigador, Departamento de Economía e Historia Económica, Universidad de Sevilla, US, España. E-mail: lpalma@us.es.	Factores que limitan la participación cultural. Una mirada desde la economía de la cultura	Participación cultural; factores estructurales; economía de la cultura.	Revista de Ciencias Sociales rcs_luz@yahoo.es Universidad del Zulia Venezuela - ISSN: 1315-9518	A2	VEZ	preguntan ¿por qué la participación cultural se sitúa en un reducido segmento de la población total? En este artículo se rastrean las respuestas ofrecidas al interrogante anterior a partir de una cuidadosa revisión de la literatura teórica y empírica producida desde la economía de la cultura.	Motivos que influyen en la participación y consumo cultural
4	Rosana Icasatti Corazza	Faculdades de Campinas (Facamp)	Criatividade, inovação e economia da cultura: abordagens multidisciplinares e ferramentas analíticas	Criatividade; Inovação; Cultura; Desenvolvimento.	Revista Brasileira de Inovação, Campinas (SP), 12 (1), p.207-231, janeiro/junho 2013 - ISSN 1677-2504	B3	BR	Este artigo-reseña examina contribuições cruciais a esse debate, identificando sua procedência institucional, deslindando seu histórico e suas propostas e levantando, a partir das obras resenhadas, pontos relevantes para a compreensão dos rumos do pensamento contemporâneo em Economia sobre as relações entre criatividade, inovação e cultura.	Neste artigo-reseña foram revisadas contribuições à literatura acadêmica e de cunho político-institucional nas áreas emergentes da economia da cultura e da economia criativa.

5	MnC		PLANO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA: Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014	1. Cultura 2. Economia Criativa 3. Desenvolvimento, Ministério da Cultura	ISBN - 978-85-60818-08-8	?						
6	FGV Projetos	FGV	Caracterizando o Brasil, gastos públicos, mercado de trabalho, consumo familiar, estudos setoriais	Economia da cultura no Brasil	FGV Projetos - a cultura na economia brasileira - ISBN 978-85-64878-32-7	?	BR		Muitos dados atuais e bem elaborados			
7	Valdir Roque Dallabrida	Professor e pesquisador com atuação no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado	Economia, Cultura e Desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema	Economia, Cultura; Desenvolvimento; Teorias do Desenvolvimento	Revista Brasileira de Regional&DR - v. 7, n. 2, p. 282-299, mai-jun/2011, Taubaté, SP	B2	BR	Revisão e levantamento histórico sobre as teorias de desenvolvimento e suas percepções sobre a relação: Economia, cultura e desenvolvimento	base teórica para orientar o papel da cultura no desenvolvimento. Diferença entre Desenvolvimento X crescimento econômico. Compreender a Escola do Desenvolvimento			
8	Vonia Engel Giovana Goretti Feijó de Almeida		A CULTURA NO PROCESSO TEMPORÁRIO DE TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA NA ARTICULAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	Cultura; Tecnologia; Estratégia; Regionalização; Economia.	Espaço Plural - Ano XVI • No 32 • 1º Semestre 2015 • p.224-242 - ISSN 1981-478X	B4	BR	Revisão teórica sobre o tema	Os resultados asinham que a tecnologia tem um papel estratégico na ampliação dos aspectos culturais dos lugares em um mundo cada vez mais globalizado por um lado e mais regionalizado por outro.			
9	Rosimeri Carvalho da Silva; Eloise Livramento Dellagnelo; Marcio Silva Rodrigues	1 Doutora em Administração. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional. rosimeri.carvalho@ufrgs.br. 2 Doutora em Administração. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do grupo de Pesquisa Observatório da Realidade Organizacional. eloise@cse.ufsc.br.	A RELAÇÃO ENTRE CULTURA, MERCADO E DESENVOLVIMENTO NA VISÃO DE MARCELO MILANO FALCÃO VIEIRA	Cultura. Desenvolvimento. Mercado. Campo da Cultura.	GESTÃO Org - Vol. 10, No especial, p. 409 - 424, dez. 2012	B3	BR	Análise da obra de um autor sobre o tema. Neste texto procuramos evidenciar as concepções de Marcelo Vieira sobre a relação entre a cultura, o mercado e o desenvolvimento.	Apresentar o que foi pesquisado sobre o tema			
10	Laura Mary Marques Fernandes	Doutoranda em Geografia e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Turismo e do Território do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará, Brasil. E-mail: lauralucas66@hotmail.com	Turismo, cultura e desenvolvimento	Turismo, cultura e desenvolvimento	• G&DR - v. 9, n. 3, p. 354-358, set-dez/2013, Taubaté, SP, Brasil • ISSN 1809-239X	B2	BR	Resenha do livro: BRASILEIRO, Maria Dilma; MEDINA, Julio César C.; COROLANO, Luzia (Org.). Turismo, cultura e desenvolvimento. Campinas Grande: EDUEFB, 2012, 240 p.	Resume um livro com diversos artigos interessantes ao tema			
11	h: Marcelo Milano Falcão Vieira, Rosimeri Carvalho da Silva e Marcio Silva Rodrigues,		Cultura e Desenvolvimento.	Cultura, Mercado e Desenvolvimento. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.		?						
12	MAGNUS LUIZ ENWENDORFER; JUSSARA DE MACEDO VIANA,		"Gestão Cultural para o Desenvolvimento: noções, políticas e experiências na América Latina".	Revista Organizações em Contexto, jan-jun/2016, Vol. 12 Issue 23, p.479-486. 8p.		B2		1809-1040				

13	Luis César Herrero Prieto *	Universidade de Valladolid. Departamento de Economía Aplicada. Dirección de contacto: Grupo de Investigación Reconocido en Economía de la Cultura; E.U. Estudios Empresariales. Paseo Prado de la Magdalena s/n: 7005 Valladolid. Teli: +34 983 423 577 Fax: +34 983 423 056; Email: herrero@emp.uva.es.	La contribución de la cultura y las artes al desarrollo económico regional	economía de la cultura, economía regional, desarrollo económico, estudios sectoriales: ocio.	Investigaciones Regionales. 19 – Páginas 177 a 202 Sección Panorama y Debates - 1695-7253	?	ESP	El presente artículo expone los principales determinantes que se producen entre la cultura, entendida como una manifestación artística, y el desarrollo económico regional, en un doble sentido.	Impacto da cultura no curto e longo prazo
14	Itaú - Gestão cultural	Observatório Itaú Cultural.	Artigos sobre Gestão cultural	1. Política cultural. 2. Gestão cultural. 3. Economia da cultura. 4. Consumo cultural. 5. Instituições culturais.	Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 6, (jul./set. 2008). – São Paulo, SP : Itaú Cultural, 2008. Trimestral ISSN 1981-125X	?	BR	Diferens artigos sobre Gestão Cultural	
15	LINS, Cristina.		Reflexões sobre indicadores e estatísticas culturais.	Indicadores e estatísticas culturais	In: REIS, Ana Carla Fonseca; MA RCO, Kátia de. ECONOMIA DA CULTURA: ideias e vivências. Rio de Janeiro: E Livre, 2009. p. 61-70.	?			
16	Amir Borges Ferreira Neto* Ricardo da Silva Fregugliet* Bernardo de Abreu Guelber Fajardot	PRGEA - Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: amineto@gmail.com. † PRGEA - Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: ricardo.fregugliet@ufjf.edu.br. ‡ EBANFE/Fundação Getúlio Vargas. Email: bogueber@gmail.com	DIFERENCIAIS SALARIAIS PARA O SETOR CULTURAL E OCUPAÇÕES ARTÍSTICAS NO BRASIL	Diferenciais Salariais; Economia da Cultura; Vidas de Se- leção; Decomposição de Oaxaca.	Economia Aplicada, v. 16, n. 1, 2012, pp. 49-76 ISSN 1413-8050	B1	BR	Este artigo analisa o diferencial de salários dos trabalhadores do setor cultural e dos artistas no Brasil usando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2002 a 2007.	Em geral, trabalhadores do setor cultural e artistas são melhores remunerados que os demais trabalhadores, notando-se a importância da correção do viés e dos controles de efeitos fixos de gerações.
17	Vitória, José Ricardo; Lopes Martins, Barbara Calçado; Emmendoerfer, Magnus; Abrantes Floravante, Alexandre Sette		Estado, Políticas Públicas e os Desafios para a Descentralização: a Experiência da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.	Administração Pública Artes e Patrimônio Desenvolvimento Regional Economia da Cultura Gestão Cultural	Administração Pública e Gestão Social. outubro 2015, Vol. 7 Issue 4, p206-217. 12p.	B1			
18	CUNHA, Maria Helena		Formação do profissional de cultura: desafios e perspectivas.	Cultura Educação a distância Gestão	Políticas Culturais em Revista. 2011, Vol. 4 Issue 1, p95-105. 11p.	B3			
19	Luis Fernando Aguado Quintero*	Profesor asistente (en comisión de estudios), Departamento de Economía, Pontificia Universidad Javeriana, Cali. Correos electrónicos: lfaguado@javerianacali.edu.co y lfaguado@us.es.	Estatísticas culturales. Una mirada desde la economía de la cultura*	Economía de la cultura, bienes culturales, valor cultural, estadísticas culturales.	XXVI ENANGRAD - 2015	B1	CO	Revisão da literatura e da produção de indicadores estatísticos	Boa revisão histórica

20	Valesca Persch Reichelt Bárbara Schons Boller	MARKETING CULTURAL: O PA TROCÍ NO DE EVENTOS ESUA INFLUÊNCIA! NAS ESTRATÉGIAS DE BRANDING.	Estratégia de Marketing Cultural. Patrocínio. Identidade de Marca. Branding.	?	BR	O Marketing Cultural tem se caracterizado como uma alternativa à propagação tradicional. Esta ferramenta vem sendo utilizada através do investimento em patrocínios e realização de atividades culturais, permitindo um maior contato da marca com o seu público-alvo. C	Os resultados encontrados demonstram que as ações culturais podem ter impacto na percepção e na construção da imagem da marca pelo consumidor, sendo necessárias as ações realizadas seja em mídias e que o engajamento com este público seja constante.
21	Joyce Ajaz Coelho	Espaços Culturais como Estratégia de Comunicação de Marca Casos: Oi, Vivo, Citibank e HSBC		?	BR	Em relação ao desafio de identificar associações que realmente diferenciam a marca e criem ressonância junto aos clientes, ou seja, que tenham significado e relevância para eles, as marcas analisadas ainda estão um pouco perdidas. Os investimentos feitos em comunicação e marketing são extremamente pulverizados.	Como o crescente uso do entretenimento como uma estratégia de comunicação, foi identificado um campo de estudo pouco explorado e, consequentemente, inúmeras lacunas a serem preenchidas.
22	Daniela Müller de Quevedo* Cássio Schonarth** Ernani Cesar de Freitas*** Denise Castilhos de Araújo****	O MARKETING CULTURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A CULTURA	Incentivo à Cultura; Marketing Cultural; Responsabilidade	B4	BR	O objetivo principal deste estudo foi identificar a percepção das empresas financiadoras e produtoras a respeito das leis de incentivo à cultura e as possibilidades de investimentos no segmento cultural.	Os resultados deixaram transparecer que já é uma realidade para as empresas pesquisadas o uso do marketing cultural como ferramenta de conexão entre opiniões que transparecem através de projetos culturais e o que a empresa deseja transmitir como imagem de sua organização ou de sua marca.
23	Tiago Costa Martins; Victor Silva Oliveira; Joel Felipe Guindani; Marcela Guimarães Silva	Política e economia da cultura: a alocação dos recursos públicos municipais	Cadeia produtiva; Cultura Regional; Investimentos em cultura.	B1	BR	O relato da pesquisa procura articular política e economia da cultura ao perceber que o gasto público de um município expressará as preferências alocativas em termos de política cultural.	A partir de uma gama de indicadores conclui-se que os municípios apresentaram uma queda acentuada nos investimentos em cultura.
24	Profa. Dra. Eloise Dellagnelo (UFSC) Prof. Dr. José Márcio Barros (FUC Minas/UEMG) Profa. Dra. Rosimeri Carvalho (UFRRGS)	Planos de Cultura: desafios institucionais, políticos e metodológicos.		B3	BR	Resumos de artigos sobre política pública do plano nacional de cultura	Fonte de artigos sobre Plano nacional de cultura
25	Maia Alves, Eder P.	Cultura, mercado e desenvolvimento: a construção da agenda contemporânea para as políticas culturais	cultura, desenvolvimento, economia criativa.	A2	BR	Para compreender a especificidade desse processo, é preciso explorar o terreno teórico, político e institucional no qual as categorias de cultura e desenvolvimento nutririam uma antinomia frontal, entre os anos de 1950 e 1980.	Compreensão da cadeia econômica

26	Maria Amélia Jundurian Corá	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais	Políticas públicas culturais no Brasil: patrimônio imaterial; Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.	Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 48(5):1093-1112, set/out. 2014	A2	BR	Este artigo parte do entendimento de que as políticas públicas culturais do Estado brasileiro vêm ganhando destaque nos últimos anos.	Assim, esta pesquisa busca realizar um levantamento histórico sobre as políticas públicas culturais voltadas para os patrimônios no Brasil.
27	Cristina Amélia Carvalho1 Rosimeri Carvalho da Silva2 Rodrigo Gameiro Guimarães3		Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul	Sistema Nacional de Cultura; política cultural; gestão da cultura; gestão municipal; região Sul; planejamento.	Cadernos EBAPEBR (FGV) - ISSN 1679-3951	A2	BR	SNC nos municípios do sul	
28	organização de Lia Calabre.		Políticas culturais: reflexões e ações /		— São Paulo : Itaú Cultural; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.305 p	B3		Políticas Públicas de Cultura	Fundamentação teórica sobre Políticas Públicas de Cultura
29	RUBIM, A. C.		Políticas culturais: estado da arte no Brasil.		In: COSTA, F. L. da (Org.). Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França. Salvador: EDUFBA, 2013, p.51-72.	B3		Políticas Públicas de Cultura	Fundamentação teórica sobre Políticas Públicas de Cultura
30	RODRIGUES, Luiz Augusto F.1 luizaugustorodrigues@iduff.br CA STRO, Flávia Lages de2 flaviagalves@iduff.br		Política Cultural e Gestão Participativa.	Gestão cultural Gestão participativa Política cultural	Políticas Culturais em Revista, 2012, Vol. 5 Issue 1, p.142-155. 14p. 1983-3717	B3		Políticas Públicas de Cultura	Fundamentação teórica sobre Políticas Públicas de Cultura
31	Kauark, Glutiana1		Os direitos culturais no Plano Nacional de Cultura.	Direitos Culturais Direitos Humanos Plano Nacional de Cultura Política Cultural	Políticas Culturais em Revista, 2014, Vol. 7 Issue 1, p.119-135. 17p.	B3		Políticas Públicas de Cultura	Fundamentação teórica sobre Políticas Públicas de Cultura
32	Ventura, Tereza		Cultura e justiça social: uma política cultural de novos direitos?	Desigualdade Direito Justiça Movimentos sociais Política	Políticas Culturais em Revista, 2012, Vol. 5 Issue 1, p.109-125. 17p.	B3		Políticas Públicas de Cultura	Fundamentação teórica sobre Políticas Públicas de Cultura
33	SOUZA, Celina.		Políticas Públicas: Uma revisão da literatura.		Sociologia, Porto Alegre, n. 16, vol. 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.	A1		Políticas Públicas de Cultura	Fundamentação teórica sobre Políticas Públicas de Cultura

34	Alexandre Barbalho	Em tempos de crise: o MNC e a politização do campo cultural brasileiro			Políticas Culturais em Revista v. 10, n. 1 (2017): Dossiê - Políticas Culturais e Crise	B3	Políticas Públicas de Cultura	Fundamentação teórica sobre Políticas Públicas de Cultura
35	Patrícia Mareschy Duarte da Costa; Sonia Regina Mendes dos Santos; Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun	Extensão Universitária e o Campo da Política Cultural		Cultura. Extensão. Formação.	v. 1, n. 3 (2009) Revista Meta: Avaliação	B1	Extensão e Cultura na Universidade	Fundamentação teórica sobre Cultura na Universidade
36	SOUZA, Marize Figueira de.	De 'cultura e universidade' para 'mais cultura nas universidades': o estudo de uma trajetória de articulação entre MNC e MEC, no período de 2003 a 2013.	Ministério da Educação Ministério da Educação Educação Políticas Culturais Universidades Educação Cultura	Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.	?		Extensão e Cultura na Universidade	Fundamentação teórica sobre Cultura na Universidade
37	BARBALHO, Alexandre; CUNHA, Maria Helena.	Cultura e educação.		Políticas Culturais em Revista. 2011, Vol. 4 Issue 1, p1-3. 3p.	B3	Extensão e Cultura na Universidade	Extensão e Cultura na Universidade	Fundamentação teórica sobre Cultura na Universidade
38	SILVERIO, RENATA COSTA; NUNES, ROGERIO DA SILVA	CULTURA NA UNIVERSIDADE: O PROJETO 12:30 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA		Internacional de Gestão Universitária - https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136066	?	Extensão e Cultura na Universidade	Extensão e Cultura na Universidade	Fundamentação teórica sobre Cultura na Universidade

APÊNDICE B – A POLÍTICA DE CULTURA DA UDESC E O PNC

CONCEITOS	
Art. 215 e 216-A, Constituição Federal de 1988; http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf - p30 valores e conceitos	RESOLUÇÃO Nº 084/2011 – CONSUNI E 2017 e RESOLUÇÃO Nº 056/2017 – CONSUNI
O Plano Nacional de Cultura apresenta os seguintes conceitos e valores norteadores:	Artigos 1º e 2º
1 – A Cultura como um conceito abrangente, como expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento;	Art. 1º reconhece a importância da cultura, nas dimensões: simbólica, cidadã e econômica, para o desenvolvimento humano
2 – A cultura brasileira como algo dinâmico, que expressa as relações entre o passado, presente e futuro da nossa sociedade;	A Cultura na UDESC é construída no espaço da transversalidade de relações e significações na área cultural, tendo o caráter de inclusão social, promovendo e dialogando com a diversidade de manifestações empreendidas pela comunidade universitária e a sociedade,
3 – As relações com o meio ambiente como parte integrante dos repertórios e das escolhas culturais;	
4 – A sociedade brasileira como geradora e dinamizadora de sua cultura, a despeito da omissão ou interferência autoritária do Estado e da lógica específica do mercado;	Compreende a necessidade de articular um espaço aberto e plural às manifestações culturais desenvolvidas na comunidade; de forma articulada com o ensino, a pesquisa e a extensão.
5 – O Estado com o dever de atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais; e	
6 – Ao Ministério da Cultura cabe formular, promover e executar políticas, programas e ações na área da cultura.	

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	
Art. 216-A, Constituição Federal de 1988; LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.	RESOLUÇÃO Nº 056/2017 – CONSUNI
Princípios do SNC:	Princípios (expande e abrange as antigas diretrizes)
1 – Diversidade das expressões culturais;	I. Praticar e estimular uma visão ampliada de cultura: a. base da formação do ser humano; b. criadora e transformadora de sentidos; c. espaço para manifestações artísticas; d. preservação de memória, patrimônio: museus, bibliotecas, arquivos e coleções; e. guarda, e realização de catalogação, e a preservação de acervos; f. estímulo a práticas sócioesportivas; g. lazer, entretenimento e recreação. II. Reconhecer a diversidade e a abrangência: a. presença de todas as formas de manifestação; b. participação ampla de

	<p>todos os segmentos, independentemente de gênero, raça, etnia, orientação sexual, condição socioeconômica ou formação; c. participação ampla de todas as áreas do conhecimento; d. garantia de condições de adaptação e de acessibilidade.</p>
2 – Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;	<p>IV. Reconhecer e respeitar os direitos culturais cidadãos: a. reconhecimento da cultura como fundamento para formação e para a transformação pessoal e coletiva da comunidade universitária e de comunidade externas – o exercício da cidadania; b. amplo acesso aos bens culturais materiais e imateriais; c. formação de agentes e meios facilitadores para a produção de todas as linguagens artísticas e culturais; d. acolhimento para as ações culturais de toda a sociedade.</p>
3 – Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;	
4 – Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;	<p>V. Criar, fortalecer e manter condições estruturais que estimulem: a. aporte financeiro específico para ações voltadas à arte/cultura, provenientes de todas as áreas do conhecimento acadêmico; b. espaços físicos adequados e adaptados para a realização efetiva de arte/cultura;</p>
5 – Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;	Procult
6 – Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;	
7 – Transversalidade das políticas culturais;	<p>III. Criar e manter em todos os setores acadêmicos um ambiente que estimule o processo de criação: a. cultura como eixo transversal na formação em todas as áreas de conhecimento; b. estimule ao pensamento coletivo, plural, diverso e criativo; c. incentivo à multi, à inter e à transdisciplinaridade nas dinâmicas e nos processos culturais; d. ocupação artística e cultural dos espaços do ambiente acadêmico, criando possibilidades para o exercício pleno da cidadania e seus direitos fundamentais.</p>
8 – Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;	
9 – Transparência e compartilhamento das informações;	
10 – Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;	
11 - Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.	<p>(Nova estrutura de gestão prevê a descentralização de gestão deslocando a concentração da Reitoria para ou Centros de ensino)</p>
12 - ampliação progressiva dos recursos contidos nos	

orçamentos públicos para a cultura.	
-------------------------------------	--

OBJETIVOS		
LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.	RESOLUÇÃO Nº 056/2017 – CONSUNI	
Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura:	Capítulo 3 - Dos Objetivos	Do Programa de Apoio à Cultura (ProCult) Art 10º II. Na relação com a sociedade:
I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira;		a. Desenvolver e fortalecer programas que propiciem a inclusão, o reconhecimento da diversidade e o fomento à criatividade no âmbito das diferentes expressões culturais;
II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;	11 - Contribuir para manutenção, reconhecimento e revitalização do cultural, histórico, natural e memorial catarinense;	b. Construir e fortalecer parcerias institucionais entre os campus da Udesc e municípios das regiões onde se localizam as unidades de ensino da Universidade, visando à realização de manifestações culturais e artísticas;
III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;		e. Articular esforços com bibliotecas, arquivos, museus, teatros, centros culturais e coletivos visando à produção e promoção de bens culturais;
IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;		h. Ampliar, também pela via da arte e da cultura, o diálogo com a sociedade, tornando público e criando mecanismos para aprender e ampliar atividades em conjunto com comunidades externas e internas.
V - universalizar o acesso à arte e à cultura;	4- Contribuir para o acesso à cultura pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa à UDESC;	
VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;	1 - Promover o diálogo intercultural com os diversos grupos de identidades existentes no estado, visando construir uma agenda comum e colaborativa entre as políticas educacionais e culturais; 8 - Qualificar espaços e equipamentos culturais para formação e fruição do público interno e externo à Universidade;	f. Incentivar o diálogo com as demais instituições de ensino superior públicas do Estado de Santa Catarina e também de outros estados por meio do FORPROEX, possibilitando a consolidação de uma política cultural articulada e unificada;
VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;	7 - Incentivar a produção de conhecimento científico na área de arte e cultura na UDESC;	g. Realizar trocas acadêmicas em artes e em cultura com instituições de ensino superior – públicas e privadas – de toda região em que estão sediadas as unidades de ensino da Udesc;

VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental;	9 - Ampliar através da cultura a participação da universidade no desenvolvimento socioeconômico sustentável do estado;	
IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;	12 - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e rede de artistas, gestores, financiadores e demais protagonistas da cultura.	
X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;	5 - Desenvolver ações para integrar as expressões culturais populares, eruditas, de ordem regional, nacional e local, aos saberes acadêmicos;	
XI - qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;		
XII - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;		
XIII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;		
XIV - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;		
XV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;		
XVI - articular e integrar sistemas de gestão cultural.	1 - Promover na Universidade a Institucionalização do PNC e das diretrizes regionais e nacionais da FORPROEX; III: 2 - Consolidar a execução de ações públicas de cultura na esfera estadual, regional e local; 10 - Estimular e efetuar parcerias, intercâmbios e convênios com entidades públicas e privadas de cultura;	c. Articular proativamente a política cultural universitária com políticas regionais e locais; d. Vincular esse segmento da Universidade com as estruturas de governo relacionamento à gestão da cultura, garantindo que a Udesc seja reconhecida como espaço de gestão, produção e realizações de ações culturais;

ESTRUTURA	
Art. 216-A, Constituição Federal de 1988;	RESOLUÇÃO Nº 056/2017 – CONSUNI
Obrigatórios - I - órgãos gestores da cultura;	PROEX - CCult
II - conselhos de política cultural;	Do Comitê de Cultura
III - conferências de cultura;	(Reuniões da PROEX e FORPROEX)
IV - planos de cultura;	Do Programa de Apoio à Cultura (ProCult) engloba o Plano Bianual de Atividades de Cultura da Udesc,
V - sistemas de financiamento à cultura;	Art. 7º. O financiamento das ações de cultura será proveniente de recursos: I. Do Fundo de Cultura do Estado de Santa Catarina; II. De instituições públicas e/ou privadas de fomento; III. De percentual acordado em contratos e/ou convênios firmados com entidades financiadoras; IV. Do pagamento por prestação de serviços.
Facultativos - VI - comissões intergestores;	
VII - sistemas de informações e indicadores culturais;	Capítulo IV - III. Mapear o campo da cultura na universidade para estabelecimento de diagnósticos e proposição de ações de acompanhamento através do Sistema de Mapeamento das Ações Culturais;
VIII - programas de formação na área da cultura;	
IX - sistemas setoriais de cultura.	

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA NAPOLEÃO/ PROEX

1 **Pergunta 1 - Quais os maiores desafios para gestão cultural na**
2 **universidade e a realização de sua política de cultura?**

3

4 Resposta: O principal desafio que envolve a questão do desenvolvimento
5 da cultura na instituição diz respeito à questão orçamentária. Talvez este seja
6 um dilema presente quando se trata da cultura em outros patamares, a exemplo
7 do próprio MinC, das secretarias de Cultura. O tratamento que se dá à cultura é
8 um tratamento residual, de gastos que não são considerados investimentos. Em
9 muito avançaram as discussões no que tange a questão da política nacional da
10 cultura. Nesse contexto do governo Lula e Dilma houve toda uma preocupação
11 em dar o ordenamento jurídico adequado, pautado num diálogo amplo com
12 aqueles que são gestores e atores da cultura. Estamos tirando um proveito
13 significativo destes debates nacionais para organização interna da universidade
14 em sua política de cultura.

15 Outro desafio é a própria incorporação destes conceitos e diretrizes
16 nacionais no plano de cultura universitário. Pode-se lançar um edital para suprir
17 uma demanda cultural, porém este irá esbarrar na limitação orçamentária. São
18 criados os elementos constitutivos dessa política de cultura, conselho, plano
19 bianual, o fundo e depois tem que tornar efetiva essa política. Esse é um grande
20 desafio.

21

22 **Pergunta 2: Considera o fortalecimento dos Recursos Humanos para**
23 **gestão de cultura como um dos desafios?**

24

25 Resposta: Na estrutura da UDESC temos o CEART, centro com expertise
26 na área de produção cultural. Temos pessoas qualificadas e disponíveis para
27 levar arte e cultura para todo o estado, falta a estrutura. É preciso cuidar da parte
28 de infraestrutura e orçamentária. Os centros, estes sim, são desprovidos do
29 aparato necessário para promover cultura, seja espaços como teatros, estrutura
30 de sonorização e uma equipe técnica voltada para isso. Há uma
31 “Proexdependência”. O que mudaria se tivéssemos lançado um edital de Cultura
32 que viesse a dotar os centros com algum valor orçamentário e que gerasse

33 elementos facilitadores para o contrato de empresas para realização de eventos.
34 Hoje os centros do interior têm as suas dificuldades em termos de promoção da
35 atividade cultural. Estamos buscando mitigar a todo custo isso com algumas
36 ações, mesmo não tendo ainda nossa nova política de cultura aprovada nas
37 instâncias superiores. Hoje ela está no CONSEPE.

38

39 **Pergunta 3 - Qual a realidade e o contexto da gestão de cultura na UDESC**
40 **atualmente?**

41

42 Resposta: Se me permite, gostaria de retomar um contexto histórico de
43 nosso período de gestão. Em linhas gerais, assumimos a Pró- Reitoria de
44 Extensão em maio de 2016, mal completamos um ano de gestão. A
45 Coordenadoria de Cultura já tinha um rol de realizações importantes dando
46 suporte aos centros e sobretudo focada em realizações culturais no campus I.
47 Não que não desse atenção ao interior, mas sim de uma forma mais precária.
48 Isso envolve os desafios de orçamento, infraestrutura, corpo funcional, na Proex
49 e nos centros. Havia ainda uma política de cultura desatualizada, datada de
50 2011. Antecedendo essa resolução, a cultura vivenciou um momento até
51 favorável com o lançamento de um edital de 2010, no valor de 400 mil reais,
52 dividido entre os centros. Diria que aquele foi um momento rico que antecedeu
53 a resolução de política cultural. Porém, entre 2011 e 2017, muito se avançou
54 nessa discussão sobre cultura no país. Então essa resolução passou a
55 apresentar muitas defasagens, a exemplo do tratamento e compreensão que
56 deve ser dado a questão cultural enquanto sistema, enquanto rede de ação.
57 Nesse sentido pensamos a existência na UDESC de um conselho de Cultura,
58 que haja um fundo orçamentário para cultura, um edital, plano de metas e tudo
59 que faz parte na nova resolução de Política Cultural que está tramitando. Essa
60 proposta igualmente nasce de demandas do Plano Nacional e da relação de
61 demandas dos Fórum de Pró-reitores de Extensão. Há muitos especialistas que
62 apresentaram, tanto no âmbito regional quanto nacional, essas discussões sobre
63 a cultura nas suas universidades e a proposição de um novo plano de cultura.
64 Conseguimos capitanear muitas dessas informações para subsidiar o que
65 consideramos uma resolução de cultura ultra-moderna, que irá dotar a instituição

66 de outro nível de capacidade normativa na área cultural. Estamos quase
67 conseguindo esta conquista.

68 Percebemos que se trata de um processo que leva tempo, pois engloba
69 discussões amplas para a qualidade do resultado. Nada a curto prazo.
70 Começamos a gerar convênios e parcerias com órgãos como SESC, Aliança
71 Francesa, FIESC, FCC Congesc, com algumas Secretarias Municipais,
72 principalmente com o município de Chapecó, representado pela Roselaine
73 Vinhas, uma gestora que tem uma compreensão de cultura que perpassa as
74 gestões, transcendendo épocas. Era uma política de respeito aos artistas, nada
75 de forma residual ou sem pretensões de dotação orçamentária e de incremento
76 da estrutura.

77

78 **Pergunta 4 - Quais as ações estão sendo realizadas com o objetivo de**
79 **fortalecimento interação no setor cultural com os municípios**
80 **catarinenses?**

81

82 Resposta: Estamos sendo criativos em lidar com os poucos recursos. Isto
83 tem a ver com um contexto e conjuntura de escassez. Penso que essa época de
84 escassez no plano econômico será superada e que vai gerar dividendos
85 elevados em termos de recursos financeiros que devem ser drenados para
86 contemplar da maneira mais justa possível na universidade. Com estes recursos
87 ficará mais fácil superar os desafios e remunerar bem o artista, ter um teatro à
88 disposição para a realização da cultura em sua diversidade de manifestações.

89 Quando falo no investimento em parcerias, uma articulação deve ser feita
90 entre a universidade e os municípios. Temos visitado alguns municípios onde há
91 uma fundação cultural, com estrutura de teatro, mas onde não chegam os
92 artistas, não há circulação. É interessante mencionar que quando levamos os
93 artistas, formados ou em formação, geramos uma oportunidade para formação,
94 para inserção no mercado do trabalho, para repensar a gestão de cultura pois
95 há muito aprendizado nestas vivências. Há algo importante para UDESC,
96 enquanto estrutura multicampi, com unidades de ensino em todo o estado, e a
97 implicação de responsabilidade com o desenvolvimento destes municípios, além
98 de onde está sediada sua reitoria.

99 Há uma concentração histórica das atividades culturais em cultura por
100 parte do estado no litoral. Essa lógica foi quebrada por Chapecó, que deslocou
101 a força da cultura estadual para o interior. A UDESC atualmente tem muita força
102 em Florianópolis, pela presença do centro de artes. Precisamos mudar essa
103 ordem, a exemplo de Chapecó.

104 Apresentamos uma política de gestão junto à reitoria de
105 interiorização do Ceart. Apesar das limitações dos recursos, com criatividade
106 temos desenvolvido o projeto “Interiorizando o CEART”. Conseguimos levar
107 espetáculos de qualidade, como “A Era do Rádio” para cidades como Lages,
108 Chapecó, Joinville e apoiando eventos locais com a presença de artistas e
109 professores ligados à UDESC. O espetáculo “Alto da Compadecida” dará
110 continuidade a este projeto. É uma nova roupagem e modelo de fazer cultura na
111 UDESC, que está em andamento. Interiorizar o Ceart, levar arte aos quatro
112 cantos do estado. Aprender com estes municípios e suas realizações no âmbito
113 da cultura, realizando trocas e interações que lembram os pontos de cultura do
114 ministro Gilberto Gil, que gosto muito.

115 Não há arrogância dos professores universitários em achar que vão levar
116 cultura e não aprender nada de volta, que não haverá um retorno indutor de uma
117 mudança endógena, como é comum acontecer. Isso, ancorado na estrutura de
118 rede que foi montada, com todos os apoiadores, é o que facilita a viabilização
119 das atividades em tempos de escassez. Agora haverá o alinhamento maior com
120 a nova política de cultura. O ambiente me parece estar bem construído. Porém,
121 para tanto a universidade precisa ter pessoas com capacidade, sobretudo de
122 pessoas na área de gestão de cultura. Considero que a Proex UDESC tem uma
123 figura emblemática, realizadora, que é o Ivan Tonon. Com uma equipe reduzida
124 e muito trabalho, a duras penas, elevar a cultura a esta condição que falamos.
125 De ter uma política de cultura moderna e atual, construir uma estrutura de rede
126 com vários convênios e interiorizando o Ceart. Isso sem deixar de fazer as coisas
127 que tradicionalmente já realizamos nos centros práticas mais enraizadas como
128 o projeto Misturada e o Festival de Bandas. Claro que temos noção que há limites
129 para esta atuação em virtude do desgaste desta concentração das atividades de
130 planejamento, execução e controle.

131

132 **Pergunta 5 - Quais as próximas ações que estão sendo pensadas para**
133 **gerar este fortalecimento das ações de cultura na Extensão?**

134 Resposta: A próxima etapa seria viabilizar a contratação de empresas
135 externas que assumam a produção dos eventos para que o Coordenador
136 potencialize sua ação de forma mais estratégica. Quando falo na coordenadoria
137 de cultura, falo do papel coligado as outras coordenadorias de extensão que
138 acabam se relacionando e demandando ações conjuntas. Há um diálogo com as
139 coordenadorias de esporte, eventos, assuntos estudantis e a própria
140 coordenadoria de extensão. É um contexto complexo de atuação no qual o Ivan
141 consegue se colocar à disposição para o fortalecimento do sistema. A carta de
142 serviços e o catálogo de extensão, por exemplo, teve início na Coordenação de
143 Cultura. Eles permitem o domínio da territorialização e sobre o que é feito de
144 cultura nos centros e municípios. O que tornou isso possível foi dar espaço para
145 que o coordenador realizasse seu trabalho sem barreiras internas e com apoio.
146 Eu, enquanto Pró-reitor, juntamente com a direção da instituição, tenho noção
147 exata do papel de formação educativo da Cultura. A visão orgânica e integral da
148 formação do estudante onde a cultura tem um papel fundamental e transversal.

149 Vale o registro da importância do Ivan nessa construção e de como uma
150 pessoa com vocação e desejo pode fazer a diferença e transformar a cultura em
151 um fator de diferença na formação do estudante. Cada pessoa que se coloca
152 disponível para trabalhar com cultura é importante, cada um com seu grau de
153 capacidades. Há aqueles que fazem a diferença. Assim como a Roselane Vinhas
154 faz a diferença na cultura do estado.

155 É preciso estabelecer parcerias entre estes agentes para que ganhemos
156 escala no potencial de ação regional e nacional. Estamos começando a
157 trabalhar, por exemplo, na internacionalização da extensão, e isso inclui a
158 cultura. O Brasil por si já apresenta uma riqueza regional sem tamanho. Para
159 muitos, essa expansão deve ser viabilizada com a Europa. Porém, acreditamos
160 que o começo deve ser simples, eficiente e para onde geralmente não olhamos.
161 Há muito o que ser feito e explorado sobre cultura na América Latina. Estamos
162 abertos e atentos para esse caminho nos próximos anos. Tudo paralelamente
163 ao fortalecimento cultura onde possui campus.

164 Temos a representação no CONGESC, com a professora Daiane Dordete
165 Steckert Jacobs, e este é um caminho. Temos que estar atentos aos debates

166 que envolvem cultura no estado. Não podemos fazer a gestão da Cultura da
167 Universidade desprovido da relação, do conhecimento, das vivências que estão
168 fora dos muros da Universidade. Isto temos feito com maestria e o resultado tem
169 sido dar grandes saltos de qualidade em um curto espaço de tempo. Isto se nota
170 também na própria Extensão, onde está a cultura também, onde nos inserimos
171 no FORPROEX com uma postura ativa, inclusive ao ponto de estar trazendo o
172 fórum nacional para Florianópolis, em maio, para discutir a extensão universitária
173 brasileira em um debate que reflete diretamente na cultura. Claro que podemos
174 desdobrar essa relação com os municípios. As redes têm um grande potencial.
175 Quando falamos do SESC, que tem toda uma estrutura pelo estado, podemos
176 abrir frentes para ir capilarizando e disseminando nossas ações em parceria. O
177 universo de possibilidades de parcerias, convênios e discussões é muito amplo.
178 Há muito por fazer, há muita riqueza regional por apoiar e gerar um processo de
179 aprendizagem.

180 Eventos sobre gestão cultural devemos valorizar e incentivar. Não temos
181 aproveitado eventos para sistematizar as discussões e potencializar e
182 esquematizar ações, trocando conhecimento com o ambiente externo. Temos
183 que buscar efetivar este movimento.

184 Claro que orçamento pesa para a Universidade e para a Secretaria de
185 Cultura. A cobrança deve ser esta mesmo, entendendo cultura enquanto
186 investimento. Os artistas fazem muito bem essa pressão. Nós, na Universidade,
187 não fazemos diferente, todos os enfoques que são dados para a cultura nas
188 reuniões de colegiado são de considerar como investimento. Pensando na
189 própria imagem da instituição nessa relação com os municípios, porque estamos
190 levando cultura, a capacidade de aproveitar potenciais que estão ali latentes ou
191 ociosas como estruturas físicas em desuso, por exemplo. Tudo torna a
192 universidade mais presente e visível na comunidade. São questões pertinentes
193 que está tratando nos municípios.

194 Teu trabalho trará contribuições pertinentes. Teu trabalho é um exemplo
195 na contribuição da Pesquisa universitário para a área de cultura. É uma pessoa
196 da administração que está abordando o tema. Penso no pessoal do Ceart que
197 está tratando do assunto, assim como na FAED e outros centros que realizam
198 uma abordagem de forma transversal. Este é um processo muito rico.
199 Potencializar a coordenação de cultura é fortalecer o desenvolvimento de

200 pesquisas. Está acontecendo o ENECULT, deveríamos estar participando
201 dessas discussões, em virtude da concentração de trabalho não foi possível.
202 Temos o laboratório de patrimônio cultural e material em parceria com o Iphan.
203 A estrutura precisa ser dinamizada e a extensão tem que dar suporte aos
204 laboratórios. É um tema que guarda uma questão especializada mas há potencial
205 de desenvolvimento.

206 Há também a perspectiva da curricularização da extensão. A cultura,
207 dependendo de como pode ser articulada, assim como o esporte, significa que
208 cada curso deve dotar os alunos desta possibilidade na carga horária para uma
209 formação mais humanística e universitária.

210 O apoio e articulação com o setor privado gera polêmicas na universidade
211 por alguns setores considerarem a privatização da instituição. Devemos encarar
212 essa relação como como interações naturais do sistema posto. Até porque os
213 entes privados utilizam recursos públicos para realizar atividades culturais.
214 Devemos incentivar essa parceria público privada, deve haver um equilíbrio e
215 diálogo. Claro que com todo o regramento que não permita acontecer algo
216 escuso, contando com a presença de órgãos colegiados na gestão desta política.
217 Evitando a ação exclusiva das entidades privadas.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA IVAN TONON/ CCULT

1 **Pergunta 1 - Quais os maiores desafios para gestão cultural na**
2 **universidade e a realização de sua política de cultura.**

3

4 Resposta: Penso que o principal é posicionar a cultura, o processo de
5 fomento, desenvolvimento e fruição da arte e da cultura dentro do eixo de ensino,
6 pesquisa e extensão que é o que a Universidade geralmente tem como
7 prioridade. Acredito que essa é uma visão de várias gestões de universidades,
8 que a cultura permeia todos esses processos formativos, educativos e que ela
9 deve se posicionar como uma possível forma de ligar essas áreas e de inclusive
10 enquanto uma linguagem alternativa de comunicação, seja o público interno ou
11 externo. Mas isso é um desafio, porque nem sempre a cultura é percebida desta
12 forma. Muitas vezes ela é vista como algo acessório, que possa cobrir algumas
13 pequenas lacunas de eventos ou de outras coisas mais periféricas. Então, a
14 cultura tem que ser colocada no centro, o que é um pouco difícil.

15

16 **Pergunta 2 - Podemos considerar este um problema interno institucional.**
17 **Você pode comentar sobre um desafio externos à Universidade?**

18

19 O relacionamento da cultura com o nosso estado tem uma característica
20 específica, nem todos os estados são assim, mas aqui nós temos uma política
21 estadual de cultura pouco consolidada. Isso quer dizer que não temos leis de
22 incentivo à cultura adequadas nem um sistema de cultura estadual consolidado.
23 Então, essa ausência de políticas públicas de cultura acaba puxando a
24 necessidade de que a Universidade, por ter uma ação na cultura através do seu
25 centro de artes (CEART), tome protagonismo nessa produção artística. Ela tem
26 o protagonismo, mas tem uma dificuldade de ter o protagonismo na questão de
27 fomento, porque não existe uma verba específica para isso e nem é o objetivo
28 fim da instituição de outros atores social que não a própria Universidade. Isso
29 acaba gerando um certo conflito. Por vezes a Universidade quer suprir essa
30 lacuna, que é deixada pelo Estado, por vezes não quer. Mas, querendo ou não,
31 essa lacuna é uma realidade que está posta. Então está é sim uma dificuldade.
32 Foge da competência da UDESC.

33

34 **Pergunta 3 - Como a UDESC pode contribuir para fortalecer a política de**
35 **cultura nos municípios onde possui campus presencial?**

36

37 Primeiramente, a universidade não deve ser o principal ator, e acho que
38 ela não deve se reconhecer como o principal ator de fomento à cultura... ela é
39 um dos atores. O primeiro passo é que todos os centros presenciais onde
40 existem diretores de extensão, que esses diretores se percebam como diretores
41 de extensão, cultura e assuntos estudantis, análogo à Reitoria. Se isso
42 acontecer, vai ser mais ou menos natural que essas direções de extensão,
43 cultura e assuntos estudantis se relacionem com os órgãos de gestão cultural
44 dos municípios.

45 Isso vai fazer com que nossos diretores interajam com eles e isso gere
46 alguns produtos que semeiem novos outros, aí sim produtores, agentes culturais
47 e artistas, que podem ser alunos da UDESC em muitos casos, no sentido de
48 fortalecer a política pública municipal. Esses artistas podem ser da comunidade
49 se apresentando na UDESC ou da UDESC se apresentando na comunidade.
50 Que eles tenham esse conhecimento da possibilidade de que, não havendo,
51 podem ser criadas leis, um sistema e fundo municipais de cultura.

52 Acredito que esses diretores de extensão, cultura e comunidade, tendo
53 isso incorporado e disseminando esse conhecimento, faz muita diferença.
54 Porque em muitos locais uma direção de extensão, cultura e comunidade é algo
55 razoavelmente forte. Principalmente em municípios menores como Ibirama,
56 Laguna, Pinhalzinho. Eles interagindo com a sociedade, imbuídos dessa
57 perspectiva de que a cultura tem um papel importante na formação dos
58 estudantes que estão lá e da sociedade como um todo, isso tem uma tendência
59 grande de melhorar a gestão pública local na área de cultura.

60

61 **Pergunta 4 -Na sua percepção, enquanto coordenador de Cultura, o quadro**
62 **atual de diretores de extensão, cultura e comunidade nos centros**
63 **contempla essa percepção enquanto agente de fomento cultural?**

64

65 Eu percebo que existe vontade de interagir, e uma vontade crescente
66 desde que eu tenho trabalhado com a cultura na universidade, de ter ações

67 culturais nos seus centros de ensino, seja vindo de fora ou de dentro em
68 interação com a sociedade local. Agora, a questão de políticas públicas de
69 cultura, essa não é bem disseminada, Talvez a universidade não tenha ainda
70 incorporado isso como meta, mas também vai da aptidão ou propensão de cada
71 diretor de extensão.

72 Acho que no momento os diretores, até pelo maior volume de trabalho,
73 consideram-se primeiramente como diretores de Extensão, talvez Extensão e
74 assuntos estudantis, que tem seus editais de permanência e auxílio
75 regularmente lançados. Assim acaba sobrando pouco tempo e energia para
76 pensar na parte cultural. Penso que esse é o quadro geral. Existe uma gradação,
77 em maior ou menor nível em cada centro. E a cultura, dentro destes três pilares
78 da função de direção de extensão, cultura e comunidade é o menos atendido.

79

80 **Pergunta 5 - Você acredita que um dos pontos de gargalo é ter uma equipe**
81 **e estrutura própria mais desenvolvida para buscar trabalhar essa área**
82 **melhor?**

83

84 Penso que a Universidade tendo isso claro, esse papel de interação e
85 fomento da cultura nos municípios, inclusive da questão de gestão de políticas
86 públicas de cultura, o ideal seria que tivesse um servidor ou parte de horas de
87 um servidor junto à estas direções para focar atenção nesse trabalho. Inclusive
88 na parte de políticas públicas, é possível por exemplo, havendo envolvimento
89 das direções de extensão, que tenha a participação de um servidor da UDESC
90 no conselho de políticas públicas dos municípios onde a instituição está inserida.
91 Isso faz bastante sentido e pode ser pensado caso seja percebido como
92 essencial por parte da instituição.

93 Há uma grande lacuna na cultura, seja na produção ou circulação. Mas
94 em compensação a cultura não morre. Tendo vontade de efetuar parcerias, e a
95 universidade tem grande potencial, ela pode fazer surgir manifestações culturais
96 que às vezes ficam dormentes pela possibilidades de chegar conhecimento,
97 recursos e até espaços culturais, os artistas acabam ficando num ciclo
98 descendente. Se a universidade tiver uma posição mais atuante, incorporando a
99 cultura como um papel institucional, isso vai fazer, certamente, com que os
100 municípios tenham uma produção cultural e uma gestão municipal de cultura que

101 de apoio a essa produção. Eu não acredito que venha primeiro a gestão pública
102 de cultura e depois a produção de cultura, ambas devem ser trabalhadas
103 paralelamente ou então incentivada a produção e depois a gestão.

104

105 **Pergunta 6 - A experiência do projeto “Interiorizando o Ceart” se alinha à**
106 **ideia de fomentar cultura nos municípios.**

107

108 Sem dúvida, a UDESC tendo o CEART, que aí sim tem a função de
109 produzir arte de ponta, e isso é feito, fica o desafio para a instituição levar isso
110 para mais cidades onde estamos presentes. Quando isso é feito gera no mínimo
111 um intercâmbio dos alunos e professores artistas com os artistas produtores
112 locais. que conta é automático o retorno e abertura de novas perspectivas Um
113 exemplo é que o espetáculo realizado, faz com que os representantes do
114 município questionem o quando é possível gerar novas apresentações da
115 orquestra acadêmica, do coral, como funcionam essas parcerias e sementes de
116 novas parcerias. Um professor de música pode ir capacitar um coral municipal,
117 é possível, basta ter o interesse de ambas as artes e articular a ação. Essas
118 ações materializadas geram um ciclo de novas possibilidades, isto é interessante

119

120 **Pergunta 7 - Estas ações do interiorizando o CEART afetam a percepção**
121 **interna sobre a importância da cultura no reconhecimento da UDESC pela**
122 **sociedade e como um indutor de posicionamento institucional positivo?**

123

124 Sem dúvida, a medida em que a UDESC se apresenta com espetáculos
125 de altíssima qualidade e mobiliza uma sociedade de algum município, a direção
126 superior da universidade reconhece que, sim, nós temos produção de pesquisa,
127 temos ensino, extensão mas também temos cultura forte que precisa de recursos
128 e tem um papel importante. O que falta depois talvez seja aliar esse
129 reconhecimento para não ficar apenas na parte de produção de eventos e entrar
130 na institucionalização da universidade.

131

132 Em municípios maiores, como a gestão cultural nos municípios está
133 sempre aquém do que poderia, exceto Chapecó, que é atualmente a melhor
134 gestão pública de cultura municipal no estado da qual tenho conhecimento. A

135 universidade tem um papel enorme. Mesmo em Joinville e Florianópolis. Há uma
136 densidade muito grande de produção, mas a universidade em Florianópolis, por
137 ter o centro de artes, tem muita a contribuir em Joinville, por exemplo. Em linhas
138 gerais, penso que a universidade sempre tem a contribuir com a gestão de
139 cultura e com o processo artístico. Claro que onde o município já tem algo
140 estruturado fica mais fácil. Quando isso está mais latente, fica um pouco mais
141 difícil, porém mais relevante ainda. Só que para que isso acontece, precisa estar
142 imbuída de ter a cultura e a gestão cultural como um papel relevante dentro da
143 sociedade onde ela está inserida.

144

145 **Pergunta 8 - Você considera que ela deveria ter uma ação estratégica em**
146 **relação a essas particularidades de cada município?**

147

148 Se fosse para delinear uma estratégia mais incisiva de ação, eu voltaria
149 para um modo de atuação mais segmentado. Por exemplo, aproveitar a aptidão
150 de Laguna com a arquitetura e patrimônio histórico para que isto vire referência
151 na gestão pública de cultura na área de valorização do patrimônio histórico e
152 museológico, focando recursos e energia nesse sentido. Em outras cidades
153 também pode ser feito algo similar, resumindo, escolhendo uma área de atuação
154 para focar esforços e recursos. Essa definição de área deve ser feita em
155 consenso com os municípios. Sem perder de vista a gestão cultural como um
156 todo, mas atuando em uma parte para ajudar o todo, até porque, se entramos
157 em todas as áreas fica um pouco mais difícil de ter sucesso.

APÊNDICE E – CATEGORIZAÇÃO E REFERENCIAL

Categoria: OPORTUNIDADES		FONTES DE CATEGORIZAÇÃO				ENTREVISTAS	
Subcategoria	Grupo de atividades	Questões	REF. TEÓRICO	FECAM	BASE NORMATIVA	Napoléão	Ivan Tonon
				Indicadores SÍDEMS	UDESC - RESOLUÇÃO Nº 056/2017 – CONSUNI		
					PNC (Art. 215 CF) e Art. 216-A CF de 1988; LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.		
Ensino/ Extensão	Criação cultural	Fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação	SARAVIA, 2013 p. 100; ENECULT, 2015	Iniciativas culturais da sociedade; Recursos na Cultura	Princípios IV - c. formação de agentes e meios facilitadores para a produção de todas as linguagens artísticas e culturais;		Linhas 4-11; 113- 119
Ensino/ Extensão	Capacitação de gestores culturais	Formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação	SARAVIA, 2013 p. 100; Brito e Bouloisa (2017); ENECULT, 2015	Recursos na Cultura; Estrutura para a gestão	IV c. formação de agentes e meios facilitadores para a produção de todas as linguagens artísticas e culturais		Linhas 4-11
Extensão	Circulação da produção cultural	A difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município	SARAVIA, 2013 p. 100; Calabre (2013); ENECULT, 2015; REIS, 2009	Iniciativas culturais da sociedade	Art. 10 - II - b. Construir e fortalecer parcerias institucionais entre os campus da Udesc e municípios das regiões onde se localizam as unidades de ensino da Universidade, visando à realização de manifestações culturais e artísticas;		Linhas 4-11; 45-49; 108-119
Extensão	Acessoria	Assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade	CALABRE, 2009 p.81; Brito e Bouloisa (2017); ENECULT, 2015	Iniciativas culturais da sociedade; Estrutura para a gestão	Art. 10 - II - b. Construir e fortalecer parcerias institucionais entre os campus da Udesc e municípios das regiões onde se localizam as unidades de ensino da Universidade, visando à realização de manifestações culturais e artísticas;		0
Extensão	Formação de público	Formação de público pela inserção das atividades culturais no currículo acadêmico da Universidade	Calabre (2013); ENECULT, 2015; REIS, 2009		Art. 10 - II - e. Articular esforços com bibliotecas, arquivos, museus, teatros, centros culturais e coletivos visando à produção e promoção de bens culturais;	Linhas 206-209	0
Extensão/ Pesquisa	Eventos acadêmicos	Realização de eventos acadêmicos sobre a Gestão de Cultura	RUBIM, 2013, p. 64; Calabre (2013); Peixe (2013)	Iniciativas culturais da sociedade	Art. 10 - II - f. Incentivar o diálogo com as demais instituições de ensino superior, públicas do Estado de Santa Catarina e também de outros estados por meio do FORPROEX, possibilitando a consolidação de uma política cultural articulada e unificada; g. Realizar trocas acadêmicas em artes e em cultura com instituições de ensino superior – públicas e privadas – de toda região em que estão sediadas as unidades de ensino da Udesc;	Linhas 180-183	0
Recursos	Estrutura física	Fornecimento da infraestrutura física, complementar ao município, para realização da manifestação cultural;	UNESCO, 2005, p. 211; SARAVIA, 2013 p. 100; CALABRE, 2009 p.81	Iniciativas culturais da sociedade; Recursos na Cultura; Infraestrutura Cultural	V. Clari, fortalecer e manter condições estruturais que estimulem: b. espaços físicos adequados e adaptados para a realização efetiva de arte/cultura;		0
Recursos	Recursos financeiros	Acesso a recursos do Fundo Estadual de Cultural para viabilizar projetos em parceria com o município	UNESCO, 2005, p. 211; Simões e Vieira (2010, p. 39); Peixe (2013)	Recursos na Cultura	Art. 7°. O financiamento das ações de cultura será proveniente de recursos: I. Do Fundo de Cultura do Estado de Santa Catarina; II. De instituições públicas e/ou privadas de fomento; III. De percentual acordado em contratos e/ou convênios firmados com entidades financeiras; IV. Do pagamento por prestação de serviços; Art. 10 - II - c. Articular positivamente a política cultural universitária com políticas regionais e locais; d. Vincular esse segmento da Universidade com as estruturas de governo relacionamento a gestão da cultura, garantindo que a Udesc seja reconhecida como espaço de gestão, produção e realizações de ações culturais;		0
Recursos/ Comunicação	Comunicação	Divulgação de eventos culturais do município pela Rádio UDESC (Florianópolis, Joinville e Lages) e junto à comunidade acadêmica dos centros de ensino.		Iniciativas culturais da sociedade; Infraestrutura Cultural	Art. 10 - II - b. Construir e fortalecer parcerias institucionais entre os campus da Udesc e municípios das regiões onde se localizam as unidades de ensino da Universidade, visando à realização de manifestações culturais e artísticas;		0

Apelo Institucional	Articulação entre agentes	10	Contribuir na articulação de ações mais estruturadas em parceria com o setor privado	IANNI, 2004 apud SIMÕES e VIEIRA, 2010, p. 17; UNESCO, 2005, p. 211; Calabre (2013 p 37)	Estrutura para a gestão	Cap3 - 10 - Estimular e efetuar parcerias, intercâmbios e convênios com entidades públicas e privadas de cultura;	CAPÍTULO IV – DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais; 3.2 Estabelecer redes de equipamentos culturais geridos pelo poder público, pela iniciativa privada, pelas comunidades ou por artistas e grupos culturais, de forma a propiciar maior acesso e o compartilhamento de programações, experiências, informações e acervos. 1.3 Estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura e a coordenação entre os diversos agentes econômicos (governos, instituições e empresas públicas e privadas, instituições bancárias e de crédito) de forma a elevar o total de recursos destinados aos setores culturais e atender às necessidades e peculiaridades de suas áreas.	Linhas 68-76; 134-141; 210- 217	3
Apelo Institucional	Presença em Conselhos de Cultura	11	Integrando e participando das reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes	(SOUZA, 2006, p.20); UNESCO, 2005, p. 211; VILITUS, 2012, p. 137; SARAVIA, 2013 p. 100; Calabre (2013)	Estrutura para a gestão	Cap3 - 1 - Promover o diálogo intercultural com os diversos grupos de identidades existentes no estado, visando construir uma agenda comum e colaborativa entre as políticas educacionais e culturais; 12 - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e rede de artistas, gestores, financiadores e demais protagonistas da cultura	CAPÍTULO V – DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL - estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de participação da sociedade civil, ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores	Linhas 164-179	2
Pesquisa	Política Pública	12	Acompanhamento e avaliação das políticas culturais no município	Saravá (2006, p. 28); (SIMÕES e VIEIRA, 2010, p. 32); Peixe (2013); CALABRE, 2009 p.81; ENECULT, 2015	Estrutura para a gestão	Cap.3 - item 7 - Incentivar a produção de conhecimento científico na área de arte e cultura na UDESC; 1 - Promover na Universidade a Institucionalização do PNC e das diretrizes regionais e nacionais da FORPROEX; III: 2 Consolidar a execução de ações públicas de cultura na esfera estadual, regional e local;	9 – Transparência e compartilhamento das informações; Capítulo IV - 4.6 Incentivar e apoiar a inovação e pesquisa científica e tecnológica no campo artístico e cultural, promovendo parcerias entre instituições de ensino superior, institutos, organismos culturais e empresas para o desenvolvimento e o aprimoramento de materiais, técnicas e processos; 1.2 Consolidar a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNLIC como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura.	Linhas 194-205	2
Pesquisa	Informações qualificadas	13	Produção de informação por meio de críticas, estudos e pesquisas que orientem e auxiliem no planejamento de ações no município	UNESCO, 2005, p. 211; CALABRE, 2009 p.81; ENECULT, 2015; REIS, 2009	Estrutura para a gestão	Cap.3 - item 7 - Incentivar a produção de conhecimento científico na área de arte e cultura na UDESC; Capítulo IV - III. Mapear o campo da cultura na universidade para estabelecimento de diagnósticos e proposição de ações de acompanhamento através do Sistema de Mapeamento das Ações Culturais;	9 – Transparência e compartilhamento das informações; Capítulo IV - 4.6 Incentivar e apoiar a inovação e pesquisa científica e tecnológica no campo artístico e cultural, promovendo parcerias entre instituições de ensino superior, institutos, organismos culturais e empresas para o desenvolvimento e o aprimoramento de materiais, técnicas e processos.	Linhas 194-205	3
Pesquisa	Preservação do patrimônio cultural	14	Preservação do patrimônio cultural por meio de pesquisas acadêmicas	SARAVIA, 2013 p. 100		d, preservação de memória, patrimônio: museus, bibliotecas, arquivos e coleções; e, guarda, e realização de catalogação, e a preservação de acervos;	Art. 2º, II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial; IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções; 2.6 Mapear, registrar, salvaguardar e difundir as diversas expressões da diversidade brasileira, sobretudo aquelas correspondentes ao patrimônio imaterial, às paisagens tradicionais e aos lugares de importância histórica e simbólica para a nação brasileira.	Linhas 200-205	4
Pesquisa	Desenvolvimento sustentável	15 - udesc	Pesquisas orientadas à inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico	MinC, 2018 - Site, conceitos sobre cultura	Estrutura para a gestão	Cap3 - 9 - Ampliar através da cultura a participação da universidade no desenvolvimento socioeconômico sustentável do estado;	Art. 2º, VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental; CAPÍTULO IV – DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico, promover as condições necessárias para a consolidação da economia da cultura induzindo estratégias de sustentabilidade nos processos culturais; 4.1 Incentivar modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade regional sem prejuízo da diversidade, por meio da exploração comercial de bens, serviços e conteúdos culturais.	Linhas 95-98; 155-163	2

CATEGORIA: DESAFIOS		FONTES DE CATEGORIZAÇÃO				ENTREVISTAS		
Subcategoria	Grupo de atividades	Questões	REF. TEÓRICO	FECAM	BASE NORMATIVA	Napoleão	Nº citações	
				Indicadores SIDEMS	UDESC - RESOLUÇÃO Nº 066/2017 - CONSUNI	PNC (Art. 215 CF e Art. 216-A CF de 1988; LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.		
Ensino/Extensão	Citação cultural	1. Baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município onde o campus está inserido	SEC/MinC, 2011; Rubim (2013)	Iniciativas culturais da sociedade	II. Reconhecer a diversidade e a abrangência; III. Criar e manter em todos os setores acadêmicos um ambiente que estimule o processo de criação;	I - Diversidade das expressões culturais; Art. 2o I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; CAPTULO II - Da diversidade - Reconhecer e valorizar a diversidade proteger e promover as artes e expressões culturais	Linhas 4-11; 101-103	3
Ensino/Extensão	Capacitação de gestores culturais	2. Recursos humanos para a gestão cultural na universidade	SEC/MinC, 2011	Estrutura para a gestão	IV c. formação de agentes e meios facilitadores para a produção de todas as linguagens artísticas e culturais	Diretrizes, Estratégias E Ações : Anexo Cap I - Qualificar a Gestão Cultural; Fomentar a Cultura;	Linhas 120-124; 149-154	7
Extensão	Circulação da produção cultural	Baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais nos Centros de Ensino	SEC/MinC, 2011; REIS, 2009	Iniciativas culturais da sociedade	IV b. amplo acesso aos bens culturais materiais e imateriais; Vd. ocupação artística e cultural dos espaços do ambiente acadêmico, criando possibilidades para o exercício pleno da cidadania e seus direitos fundamentais.	Princípios: 2 - Universalização do acesso aos bens e serviços culturais; 4 - Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; Art. 2º, III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais; VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional. Cap. 3 - 4- Contribuir para o acesso à cultura pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa à UDESC;	Linhas 4-11; 101-103	4
Apoio Institucional - Recursos	Recursos Financeiros	Baixa disponibilidade de recursos para ações culturais na universidade	SEC/MinC, 2011	Recursos na Cultura	V. Criar, fortalecer e manter condições estruturais que estimulem: a. aporte financeiro específico para ações voltadas à arte/cultura, provenientes de todas as áreas do conhecimento acadêmico;	12 - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.	Linhas 5 - 8; linhas 27-28; 48-49; 82-88	5
Apoio Institucional - Recursos	Estrutura física para cultura	Ausência de estrutura física e espaços culturais disponíveis	XI ENECULT	Infraestrutura Cultural	Vb. espaços físicos adequados e adaptados para a realização eletiva de arte/cultura, d. ocupação artística e cultural dos espaços do ambiente acadêmico, criando possibilidades para o exercício pleno da cidadania e seus direitos fundamentais. Cap3 - 8 - Qualificar espaços e equipamentos culturais para formação e fruição do público interno e externo à Universidade;	4 - Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; CAPTULO III - DO ACESSO - Universalizar o acesso aos brasileiros à arte e à cultura qualificar ambientes e equipamentos culturais para a formação e fruição do público permitir aos cidadãos o acesso às condições e meios de produção cultural	Linhas 138-143	4
Apoio Institucional/Extensão	Política pública	Concentração histórica das iniciativas no Campus I	RUBIM, 2013	Recursos na Cultura/Iniciativas Culturais	PROCLUT: Nota estrutura de gestão prevê a descentralização de gestão deslocando a concentração da Reitoria para os Centros de ensino. Cap. 3 - 11 - Contribuir para manutenção, reconhecimento e revitalização do cultural, histórico, natural e memorial catarinense;	2 - Universalização do acesso aos bens e serviços culturais; 4 - Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; 1,6 Aprimorar o mecanismo de incentivo fiscal, de forma a aproveitar seus recursos no sentido da desconcentração regional, sustentabilidade e alinhamento às políticas públicas.	Linhas 99-103	2
Apoio Institucional/Extensão	Comunicação	Comunicação e publicidade das ações culturais junto ao público	XI ENECULT	Infraestrutura Cultural	IVd. acolhimento para as ações culturais de toda a sociedade.	Art. 2º, XV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;	Linhas 141-145	2
Apoio Institucional/Extensão	Interesse social	Baixa adesão e participação da comunidade nos eventos propostos	UNESCO, 1982 p 39	Iniciativas culturais da sociedade	IVd. acolhimento para as ações culturais de toda a sociedade.	2 - Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;	Linhas 93-98;	1
Apoio Institucional	Política de Cultura	A atual política de cultura (da UDESC e dos municípios)	Saravá (2006, p. 28); Secchi (2010) ; (SOUZA, 2006, p.20); VILTUS, 2012, p. 137; RUBIM, 2013	Estrutura de Gestão	Cap. 3 - 11 - Contribuir para manutenção, reconhecimento e revitalização do cultural, histórico, natural e memorial catarinense;	Art. 2º, XII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura: XVI - articular e integrar sistemas de gestão cultural.	Linhas 4-11; 65-71; 101-103; 129-131	4
Apoio Institucional	Valorização da Cultura no Desenvolvimento	A percepção da cultura como um setor relevante na universidade	(SIMÕES e VIEIRA, 2010, p. 31)	Estrutura de Gestão	I. Praticar e estimular uma visão ampliada de cultura: IV. Reconhecer e respeitar os direitos culturais cidadãos:	7 - Transversalidade das políticas culturais; 10 - Democratização dos processos decisórios com participação e controle social; 1.10 Promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio.	Linhas 4-14; 19-25; 37-44; 52-59; 72-78; 125-129	8
Pesquisa	Informações gerenciais	11 - Segmentos e cadeias produtivas Mun, sem bases de dados agregados	LINS, 2009 e 2011	Estrutura para a gestão	SISTEMA DE INFORMAÇÕES	ANEXO PLANO NACIONAL DE CULTURA; DIRETRIZES, ESTRATEGIAS E AÇÕES CAPTULO I: a disponibilização de informações e dados qualificados;	Linhas 48-51; 112- 119	0
Pesquisa	Empreendedorismo cultural Mun, incipiente	12 - Empreendedorismo cultural Mun, incipiente	SEC/MinC, 2011	Iniciativas culturais da sociedade	Diretrizes, Estratégias E Ações : Anexo Cap I - Qualificar a Gestão Cultural; Fomentar a Cultura; Estruturar e regular a economia da cultura.	Art. 2º, IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;		4

APÊNDICE F – ROTEIROS DE ENTREVISTA

UDESC - ROTEIRO DE ENTREVISTA	
1	Qual seu nome?
2	Qual o seu centro de ensino?
3	Você considera que a UDESC pode colaborar no fortalecimento da política municipal de cultura nas cidades onde possui campus presencial?
4	De que forma ela pode colaborar no fortalecimento da política municipal de cultura?
<p>Atribua o valor de 1 a 5 para definir o nível de relevância dos itens a seguir enquanto DESAFIOS para o fortalecimento da Política Cultural da UDESC.</p> <p>ESCALA: 1 - Irrelevante, 2 - Baixa relevância, 3 - Média relevância, 4 - Relevante, e 5 - Elevada relevância</p>	
5	Baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município onde o campus está inserido
6	Baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais nos Centros de Ensino
7	A percepção da cultura como um setor relevante na universidade
8	Baixa disponibilidade de recursos para ações culturais na universidade
9	Recursos humanos para a gestão cultural na universidade
10	Ausência de estrutura física e espaços culturais disponíveis
11	A atual política de cultura da UDESC
12	Concentração histórica das iniciativas no Campus I
13	Comunicação e publicidade das ações culturais junto ao público
14	Baixa adesão e participação da comunidade nos eventos propostos
<p>Em uma escala de 1 a 5, nos itens a seguir, como o senhor(a) avalia o potencial/ necessidade de articulação da UDESC para contribuir no fortalecimento da Política Pública em Cultura nos municípios em que possui campus presencial?</p> <p>1 - Irrelevante, 2 - Baixo potencial, 3 - Médio potencial, 4 - Relevante, e 5 - Elevado potencial</p>	
16	Acompanhamento e avaliação das políticas culturais no município
17	Produção de informação por meio de críticas, estudos e pesquisas que orientem e auxiliem no planejamentos de ações no município
18	Preservação do patrimônio cultural por meio de pesquisas acadêmicas
19	Pesquisas orientadas à inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico
20	Fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação
21	Formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação

22	A difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município
23	Assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade
24	Formação de público pela inserção das atividades culturais no currículo acadêmico da Universidade
25	Realização de eventos acadêmicos sobre a Gestão de Cultura
26	Fornecimento da infraestrutura física, complementar ao município, para realização da manifestação cultural;
27	Acesso a recursos do Fundo Estadual de Cultural para viabilizar projetos em parceria com o município
28	Divulgação de eventos culturais do município pela Rádio UDESC (Florianópolis, Joinville e Lages) e junto à comunidade acadêmica dos centros de ensino.
29	Contribuir na articulação de ações mais estruturadas em parceria com o setor privado
30	Integrando e participando das reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes

MUNICÍPIOS - ROTEIRO DE ENTREVISTA	
1	Qual seu nome?
2	Qual município representa?
3	Qual o nome do órgão de Gestão Cultural no seu município?
4	Qual seu cargo/ função no órgão gestor?
5	Você considera que a UDESC pode colaborar no fortalecimento da política municipal de cultura?
6	De que forma ela pode colaborar no fortalecimento da política municipal de cultura?
	Atribua o valor de 1 a 5 para definir o nível de relevância dos itens a seguir enquanto DESAFIOS para o fortalecimento da Política Cultural no seu município. 1 - Irrelevante, 2 - Baixa relevância, 3 - Média relevância, 4 - Relevante e 5 - Elevada relevância
7	Baixo índice ou diversidade de criação artística e cultural no município
8	Baixa circulação da produção de bens e serviços artísticos e culturais
9	Segmentos e cadeias produtivas sem bases de dados agregados
10	Baixos índices na captação de recursos e/ou transferências voluntárias
11	Baixa formação ou capacitação dos recursos humanos para a gestão cultural
12	Empreendedorismo cultural incipiente
13	Ausência de estrutura física e espaços culturais
14	Burocracia da atual Política pública de cultura
15	Concentração histórica das iniciativas governamentais em poucas regiões e cidades
16	Aproveitamento da Cultura local e seu patrimônio na atratividade turística e desenvolvimento econômico
17	Comunicação e publicidade das ações culturais junto ao público
18	Baixa adesão e participação social nos eventos propostos
	Em uma escala de 1 a 5, como avalia o potencial/ necessidade de articulação da UDESC para contribuir no fortalecimento da Política Pública em Cultura no seu município segundo os seguintes itens: 1 - Irrelevante, 2 - Baixo potencial, 3 - Médio potencial, 4 - Relevante, e 5 - Elevado potencial
19	Acompanhamento e avaliação das políticas culturais no município
20	Produção de informação por meio de críticas, estudos e pesquisas que orientem e auxiliem no planejamentos de ações no município
21	Preservação do patrimônio cultural por meio de pesquisas acadêmicas

22	Fomento à formação artística para a cultura em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação
23	Formação de recursos humanos para a gestão Cultural em cursos de extensão, graduação, especialização e pós-graduação
24	A difusão dos bens e atividades culturais pela produção e realização de eventos no município
25	Assessoria ao desenvolvimento de programas e projetos culturais na sociedade
26	Formação de público pela inserção das atividades culturais no currículo acadêmico da Universidade
27	Realização de eventos acadêmicos sobre a Gestão de Cultura
28	Fornecimento da infraestrutura física, complementar ao município, para a manifestação cultural;
29	Acesso a recursos do Fundo Estadual de Cultural para viabilizar projetos em parceria com o município
30	Divulgação de eventos culturais do município pela Rádio UDESC (Florianópolis, Joinville e Lages) e junto à comunidade acadêmica dos centros de ensino.
31	Contribuir na articulação de ações mais estruturadas em parceria com o setor privado
32	Integrando e participando das reuniões do Conselho Municipal de Cultura por meio de representantes